

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

GILBERTO DE ASSIS BARBOSA DOS SANTOS

O SENTIDO DA REPÚBLICA EM *ESAÚ E JACÓ*, DE  
MACHADO DE ASSIS



ARARAQUARA – S.P.

2015

GILBERTO DE ASSIS BARBOSA DOS SANTOS

## **O sentido da República em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.

2015

**GILBERTO DE ASSIS BARBOSA DOS SANTOS**

Estudo sobre o sentido que a passagem da Monarquia para a República adquire no penúltimo romance de Machado de Assis: Esaú e Jacó, publicado em 1904.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

**Bolsa:** CAPES

**Data da defesa:** 30/03/2015

**Membros componentes da banca examinadora**

---

Presidente e Orientador: Professor-doutor Carlos Henrique Gileno – UNESP – ARARAQUARA

---

**Membro Titular:** Professor-doutor José Antonio Segatto – UNESP – ARARAQUARA

---

**Membro Titular:** Professora-doutora Vera Alves Cepeda – UFSCar – SÃO CARLOS

*Francisco Barbosa dos Santos (in memorian)*

*Geny Pereira dos Santos (in memorian)*

**Agradecimentos àqueles que fizeram parte da historia dessa dissertação**

A Andreia Cristina de Melo Minotti, esposa por confiar na realização deste trabalho e caminhada desde as primeiras linhas do projeto de pesquisa. Ao meu filho Miguel Francisco Minotti dos Santos que cresceu junto com esse trabalho, reconhecendo e compreendendo as ausências do pai durante a realização dos créditos no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – na FCL – Campus de Araraquara.

Também às minhas irmãs Maria Cristina dos Santos, Rosana Márcia dos Santos, Eunice Pereira dos Santos, Eliane Francisca Pereira dos Santos Caldeira pelo apoio desde a graduação em Ciências Sociais na década de 90. Não poderia deixar de enfatizar aqui aquela que não viveu para ver a concretização deste trabalho, minha mãe, Geny Pereira dos Santos falecida pouco depois da minha aprovação para ingressar no Mestrado.

Ao professor Ulisses Bueno Marques Júnior que, na condição de diretor da FASSP (Faculdade de Saúde São Paulo) me possibilitou dar aulas na graduação em Enfermagem e Fisioterapia enquanto eu realizava solitariamente a pesquisa para dar corpo a esse trabalho.

Ao professor-doutor Marcelo Siqueira Ridenti pelo estímulo durante a graduação, me instigando sempre a compreender as intrincadas chaves que mantem o poder longe do cidadão comum. Dos primeiros passos na investigação científica surgia minha monografia sobre o movimento Tenentista.

Estendo os meus agradecimentos à amiga Raquel Facina VendraminiFantucci.

Ao amigo desde os tempos de graduação e agora na orientação na realização desta dissertação, o professor-doutor Carlos Henrique Gileno.

Agradeço à banca de qualificação formada pelos professores-doutores José AntonioSegatto e Sylvia Helena Telaarolli de Almeida Leite que fizeram importantes observações sobre aquele trabalho inicial, sem os quais, o resultado não seria esse que ai está.

Aos colegas da pós-graduação em Ciências Sociais, bem como aos professores com quem pude discutir alguns pontos desse trabalho durante a realização das aulas que eles ministraram.

Ao amigo e professor de Língua Portuguesa e Inglesa Valdir Lopes pela revisão do texto dissertativo.

A CAPES, pela bolsa de estudos concedidas nos últimos dois anos, sem a qual não seria possível concluir a dissertação em tempo hábil.

*“[...] conhecer o passado é indispensável para pensar e atuar no presente, mas sem a ilusão de que isso necessariamente envolva escolhas melhores [...]”*

*Marcelo Ridenti*

## **Resumo**

Esta dissertação tem como objetivo compreender o sentido da representação que Machado de Assis faz da passagem da Monarquia a República. A transposição de um fato histórico para a ficção se encontra no penúltimo romance que o cronista publicou em 1904: *Esau e Jacó*. Entre outras personagens, nesta narrativa os leitores encontrarão personagens que podem personificar a polaridade que existe entre monarquistas e republicanos nas últimas décadas do Império que vinha cambaleando desde o final dos anos 60 do século XIX. A presente análise fundamenta-se, sobretudo, na maneira como os eventos que levaram o desaparecimento do reinado brasileiro aparece nesta enunciação, de forma a possibilitar aos narratários entenderem o jogo político que havia naquele período e como as danças partidárias foram mantidas pelo novo regime, inaugurado no final do Brasil Oitocentista.

**Palavras-chaves:** Machado de Assis; Literatura; Monarquia e República; Política

## **Abstract**

This dissertation has the objective to understand the sense of the representation that Machado de Assis does of the way of the monarchy until republic. The transposition of a historic fate for the fiction is at the penultimate romance that the chronicler published in 1904: *Esaú and Jacó*. Between others characters, in this narrative the readers will find characters that can impersonate there polarity between monarchists and republicans at the last decades of the empire that had been reeling from the final 60s of the XIX century. This analysis is based, especially, in the way how the events leading the disappearance of the reign Brazilian appears in this enunciation, so as to allow to readers understand the politic game that was in that time and how the partisan dances were maintained by the new regime, opened in the final of the Brazil nineteenth century.

**Key words:** Machado de Assis, Literature, Monarchy and Republic, Politic



## ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>02</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Machado de Assis: o homem entre as letras.....</b>	<b>14</b>
Segundafase.....	26
<b>Capitulo 2</b>	
<b>O Brasil retratado por Machado de Assis .....</b>	<b>38</b>
<b>Capitulo 3</b>	
<b>Representação da História do Brasil em Esaú e Jacó.....</b>	<b>51</b>
Coisas Futuras e o fim do escravismo.....	56
Questão militar.....	63
A dança política do Império.....	64
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Representação da História do Brasil em Esaú e Jacó.....</b>	<b>51</b>
Coisas Futuras e o fim do escravismo.....	56
Questão militar.....	63
A dança política do Império.....	64
<b>Capítulo4</b>	
<b>Entre dois regimes: Monarquia e República</b>	
<b>(“Noite de 14”... “Manhã de 15”).....</b>	<b>73</b>
Quinze anos de República (1889-1904).....	75
O sentido da República.....	82
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>91</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>97</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>108</b>

## Introdução

Esta dissertação é fruto de um projeto de pesquisa que surgiu durante a elaboração da monografia escrita como parte exigida para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela UNESP (1994). O trabalho, sob a orientação do professor-doutor Marcelo Ridenti, realizado na FCL (Faculdade de Ciências e Letras) – campus de Araraquara, teve como tema o movimento tenentista e a sedição dos jovens militares ocorrida nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

Durante a execução daquele trabalho de finalização de curso, nos deparamos com várias questões, como por exemplo, a presença dos militares na política nacional. Aos consultarmos as fontes que poderiam nos responder tais indagações, observamos que eles tiveram participação ativa na queda da Monarquia Constitucional Parlamentar, instalando em seguida a República Federativa e Presidencialista. A extinção do Império ocorreu na madrugada do sábado, 15 de Novembro de 1889 e desferido por militares descontentes com o tratamento que o Exército estava recebendo do monarca e dos gabinetes indicados por D. Pedro II<sup>1</sup>.

Esta foi a primeira inquietação motivadora da pesquisa que empreendemos no mestrado; a segunda apareceu durante a leitura do poema *Tristeza do império* (2013), composto por Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

Os conselheiros angustiados/ante o colo ebúrneo/das donzelas opulentas/que ao piano abemolavam/“bus-co a cam-pi-nase-re-na/pa-rali-vresus’pi-rar”,/esqueciam a guerra do Paraguai,/o enfado bolorento de São Cristóvão,/a dor cada vez mais forte dos negros/e sorvendo mecânicos/uma pitada de rapé,/sonhavam a futura libertação dos instintos/e ninhos de amor a serem instalados nos arranha-céus de Copacabana, com rádio e telefone automático (DRUMMOND, 2013, p. 88).

Os treze versos retratam as angústias existentes nos bastidores da Monarquia e “o enfado bolorento de São Cristóvão<sup>2</sup>”. Quais seriam as tormentas que afligiam os conselheiros e todos aquelas pessoas que viviam sob o auspício da Corte em pleno “colo ebúrneo”? A terceira interpelação nos ocorreu a partir da primeira leitura do penúltimo

---

<sup>1</sup> - John Schulz: *O Exército na política* (1994).

<sup>2</sup> - Um dos imóveis da família real brasileira que compunha a Corte Monárquica. Localizado na Quinta da Boa Vista, no hoje bairro de São Cristóvão. Machado de Assis, sob o pseudônimo de Lélío escreveu uma crônica publicada no dia 9 de setembro de 1884, ironizando a decadência e o descrédito que a Monarquia vinha tendo. Cinco anos depois, o Império deixa de existir enquanto regime político no Brasil.

romance elaborado pelo escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1904): *Esau e Jacó* (2008).

Nessa obra, existem várias enunciações que retratam o período que antecedeu a queda da Monarquia, bem como os primeiros anos da República. Entretanto, essa leitura não deu conta de algumas das questões que formulamos anteriormente: ou seja, como os militares se envolveram na política brasileira? Uma segunda leitura deste romance nos trouxe novas inquietações que vieram se somar às já existentes, além da necessidade de se entender como foi feita a transição do Império à República. Compreender essa transposição de um regime para o outro, significava esclarecer uma parte das indagações.

Todavia, na medida em que lembranças do romance vinham à tona, novas inquietações surgiam. Uma delas dizia respeito à forma como o escritor apresentava, no âmbito literário, aqueles fatos. Seria *Esau e Jacó* uma resposta ou a maneira como o ficcionista tratou a queda da Monarquia e para tanto usou o seu texto para expressar, de forma metafórica, suas observações sobre momentos importantes da vida política brasileira? A obra foi composta por Machado de Assis nos primeiros anos do século XX e publicada em 1904, portanto 15 anos depois do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) eliminar o Império, porém, sem conseguir exterminar seus vícios e práticas políticas, conforme o escritor, por intermédio do conselheiro José Marcondes Aires, aponta em determinadas passagens do seu romance.

Não podemos deixar de enfatizar que, para o próprio escritor, o universo da arte não deveria ser utilizado como ferramenta para expressões ideológicas<sup>3</sup>. Neste sentido, ler *Esau e Jacó* em busca de um posicionamento de seu autor sobre aqueles fatos seria uma tarefa a não ser empreendida, seguindo os próprios preceitos de seu autor. Segundo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), a obra de arte só o é enquanto espiritualidade e, desta forma, existe no plano das ideias.

O interesse humano, o valor espiritual de um acontecimento, de uma ação, de um caráter individual, em seu desenvolvimento e finalidade, são pela obra de arte apreendidos e realçados de um modo mais puro e transparente do que a da realidade ordinária, não artística. A obra de arte é, por isso, superior a qualquer produto da natureza que não efetua esta passagem pelo espírito. Assim, o sentimento e a ideia que, em pintura, inspiram uma paisagem conferem a essa obra do espírito um lugar mais elevado do que o da paisagem tal como existe em estado natural. Tudo que pertence ao espírito é superior ao que se encontra

---

<sup>3</sup> - Joaquim Maria Machado de Assis: *Instinto de Nacionalidade* (1910, p. 7-28).

em estado natural. E não esqueçamos que ser de natureza algum representa ideais divinos, que só a obra de arte pode exprimir (HEGEL, 1991, p. 35).

Desta forma, ao criar personagens que existem apenas no plano ficcional, o escritor Machado de Assis idealizou o que acreditou ter sido a queda do Império e a deposição da Corte de D. Pedro II e a chegada de um novo regime: a República. Porém, não o faz na condição de historiador que, segundo Aristóteles relata os acontecimentos como foram. Entretanto, no plano ficcional, o poeta conta não o que ocorreu, porém relata as coisas como poderiam ter sido (ARISTÓTELES, 1999, p. 47).

Se, por um lado, o folhetinista carioca compõe suas obras a partir da matéria que existia à sua volta, por outro aponta que a sua obra não tem como objetivo tratar da opinião política de seu autor. Desta forma, como então é possível trabalhar seus textos como mecanismo analítico para se entender um momento significativo do Brasil Oitocentista, entre eles, a troca do regime monárquico para o republicano? É importante salientar que o romancista trabalhou na imprensa do Rio de Janeiro, depois conseguiu uma colocação no Diário Oficial e, em seguida, foi deslocado para o Ministério da Agricultura, onde permaneceu por longo tempo, período em que compôs a maior parte de sua obra romanesca.

Sendo assim, na condição de funcionário público e ligado a alguns setores da sociedade carioca que aparecem de forma irônica em seus textos e estilizada a partir de outras referências textuais, como o Antigo e o Novo Testamento, Machado aponta para os leitores que tanto Monarquia quanto República surge do mesmo ventre, a exemplo dos filhos de Rebeca, que brigaram em suas entranhas antes de nascerem e passaram a vida todo em divergências.

Igualmente, ao dar o nome de Pedro e Paulo aos dois principais protagonistas do romance que será analisado nesta dissertação, o romancista objetivava demonstrar que, assim como no Novo Testamento, os apóstolos Pedro<sup>4</sup> e Paulo<sup>5</sup> têm divergências no que diz respeito à implantação do cristianismo como religião, no plano ficcional a dupla representaria a dualidade do mesmo regime que da noite para o dia mudou de nome,

---

<sup>4</sup> - Sobre este apóstolo recaiu a tarefa de organizar a Igreja de Cristo na terra cujo responsável moderno passou a ser o Papa.

<sup>5</sup> - “Paulo tinha uma coisa nova a oferecer a todos: a ideia da salvação por meio da morte e da ressurreição de Jesus. Segundo Paulo, Deus, por amor, enviara seu Filho para sofrer e morrer com a finalidade de tirar os homens do seu estado humano e levá-los para além de todo sofrimento e morte” (RUDEN, 2013, p. 15). Somente essa concepção sugere aos leitores machadianos uma miríade de interpretações sobre os motivos que levaram o escritor carioca a dar o nome de Paulo ao republicano.

alterando sua estrutura governativa: Império para República, porém manteve as mesmas articulações políticas que eram praticadas durante a vigência da Monarquia.

Esse processo de se apropriar dum outro discurso para dar sustentação à sua narrativa, amplamente utilizado pelo ficcionista brasileiro, é conhecido como intertextualidade, na condição de uma teoria que se insere numa ideia totalizante do texto que engloba “suas relações com o sujeito, o inconsciente e a ideologia numa perspectiva semiótica” (NITRINI, 2000, p. 158).

Segundo Leyla Perrone-Moisés (1993, p. 63), a intertextualidade pode ser compreendida como o trabalho de cada texto em relação aos outros, ou seja, um grande diálogo entre obras que constitui a literatura em que cada uma aparece como nova voz, fazendo soar diferentes vozes interiores, criando novas estruturas. Ela explica ainda que o escritor, ao fazer uso do intertexto, constrói em suas obras um mundo espiritual e outro linguístico autônomo e a coexistência dos mesmos, “longe de tender para a unificação final, mantém a permanência da pluralidade” (PERRONE-MOISÉS, 1993, p. 60).

Portanto, ao apropriar-se das narrativas bíblicas, sejam elas presentes tanto no Antigo quanto Novo Testamento, Machado externou, a partir da perspectiva ficcional, seu *olhar*<sup>6</sup> sobre os acontecimentos da segunda metade do século XIX, acreditamos que ele pretendia atar as duas pontas dos fatos que culminaram com o advento de um novo regime, isto é, do sistema monárquico de um lado e o republicano do outro.

Sendo possível apontar que o ficcionista pode ter se utilizado do seu romance para apontar que, embora Monarquia e República sejam substantivos femininos distintos em suas características enquanto regimes políticos, na prática, quando o primeiro foi substituído pelo segundo, não apresentou uma substancial ruptura. Também possibilita especular que Machado apresenta a inexistência da participação popular naqueles episódios que marcaram o fim do Império. Desta forma, a Proclamação da República não teria sido “uma revolução social”, mas sim um reordenamento dos grupos que se alternavam no poder, seguido de uma expansão econômica e política dos proprietários rurais (SCHULZ, 1994, p. 121).

---

<sup>6</sup> - Olhar aqui é entendido como móvel, portanto, diferente do que se entende por ponto de vista. Desta forma, é abrangente, incisivo, cognitivo, emocional, passional. “O olho que perscruta e quer saber objetivamente das coisas pode ser também o olho que ri ou chora, ama ou detesta, admira ou despreza. Quem diz olhar diz, implicitamente, tanto inteligência quanto sentimento” (BOSI, 2000, p. 10).

Essa observação da não presença da população - mais especificamente dos cortesãos na queda do Império - corrobora com a frase do jornalista e propagandista republicano Aristides da Silveira Lobo (1838-1896) que ficou famosa, justamente por conta do seu enunciado, dando conta de que, o povo assistiu a queda da Monarquia, bestializado, acreditando se tratar de uma parada militar<sup>7</sup> (CARVALHO, 1991, p. 9).

Ainda: sendo Machado de Assis monarquista e cavaleiro da Ordem Rosa Cruz, outorga concedida pelo governo imperial como forma de evidenciar a importância que o homenageado tinha para a esfera intelectual e artística, não deixou de apontar, por meio da ficção, o desgaste que a realeza brasileira sofria desde o final da década de 60 do século XIX. Um exemplo dessa abordagem encontra-se numa crônica publicada no dia 9 de setembro de 1884 no jornal carioca *Gazeta de Notícias*. O texto é assinado por Lélío<sup>8</sup> – pseudônimo que o cronista utilizou durante o tempo em que publicou os textos, ou seja, entre 1883 e 1887.

A crônica trata de uma festa dedicada ao São Benedito, promovida em prol de algumas entidades assistenciais. O evento acontece na residência imperial e por se tratar de uma reunião destinada às instituições de caridade, em seu final seria realizado um leilão. Ironicamente, o cronista aponta que o leiloeiro se chama Augusto República. A designação sugere uma série de interpretações que nos possibilitam compreender qual era a intenção do autor do texto jornalístico.

Decompondo o nome, é possível indicarmos que Machado, por intermédio de Lélío, estava apontando que a Monarquia já não vinha bem desde há quase duas décadas em vários sentidos e, por isso, doou apenas frango para serem comercializados e os valores arrecadados destinados às obras de caridade. Augusto, além de ser nome próprio, é também adjetivo e significa magnífico, grandioso, venerável. Portanto, para nós, ao dar esse nome ao personagem que leiloará os brindes ofertados pelo monarca, o ficcionista quer apontar que a República pode surgir das entranhas do próprio Império que estava carcomido pelo fisiologismo estimulado pelo Imperador através da alternância na chefia ministerial, ou seja, ora ele estava com os Conservadores, ora com os Liberais.

---

<sup>7</sup> - A historiadora Maria Tereza Chaves de Mello afirma em seu livro *A República consentida* (2007) que, contrário à afirmação de Aristides Lobo, a população teve participação efetiva nos atos que marcaram o fim da Monarquia, inclusive com forte presença dos libertos que integraram a *Guarda Negra*. A autora sustenta seus argumentos a partir de uma ampla pesquisa realizada em diversos jornais e outras fontes históricas da época.

<sup>8</sup> - Lélío é um dos protagonistas do livro de Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), *Da República*. Ele conversa com Cipião, entre outras personagens. Esta é uma das mais importantes obras filosóficas de Cícero. Nela, o autor aborda questões relativas ao Estado, sua constituição e suas leis ([www.jahr.org](http://www.jahr.org)).

Para analisar a contribuição do folhetinista na compreensão da sociedade brasileira do século XIX, sem se deixar levar pelos aspectos político-partidários do período, se mantendo imparcial ante os problemas ocasionados por uma forma específica de se conduzir as coisas de um Estado patrimonialista e clientelista, incluímos Machado de Assis na condição de integrante de um grupo de intelectuais que discutiam os problemas que o Brasil Oitocentista enfrentava.

Entre essas personalidades destacamos Francisco de Paula Brito (1809-1861), primeiro editor do Brasil imperial. O jornalista Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva (1836-1912) que teve importante participação na propaganda republicana e posteriormente o primeiro ministro das relações exteriores da República entre 1889 e 1891. Durante o período em que Machado de Assis escrevia *Esaú e Jacó*, Quintino era presidente (atual governador) do Estado Rio de Janeiro (1900-1903).

O ficcionista ainda era próximo do jornalista e político Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895). Na condição de Grão-Mestre da Maçonaria, publicou importantes textos durante a chamada Questão Religiosa. Na vigência do Império, foi também um dos autores do Manifesto Republicano de 1870. Após a Proclamação da República em 1889, participou da elaboração do anteprojeto da Constituição de 1891. Foi Senador da República entre 1890 e 1895.

Machado de Assis teve contatos com o ex-presidente da província de Goiás, Caetano Figueiras (1830-1882). Fez parte do círculo literário que se reunia em torno do jornal *A marmota fluminense*, formado pelo poeta, jornalista e senador monárquico Otaviano Costa (1825-1889), patrono da cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras. Era amigo do escritor José Martiniano de Alencar (1829-1877) que, além de ter uma vasta contribuição romanesca, também foi jornalista, político e Ministro da Justiça durante o Império. Teve relacionamento pessoal com o autor de *Memórias de um Sargento de Milícias*<sup>9</sup> (2007), Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) que, além de se dedicar a literatura, foi médico, professor, jornalista e diretor da Tipografia Nacional, onde conheceu Machado. O cronista Machado também dialogou com o jornalista e

---

<sup>9</sup> - Obra brasileira “que recorda uma das feições mais características do nosso período colonial. Cenários, tipos, costumes – o major Vidigal, comandante da polícia, com a sua companhia de granadeiros armados de chibata. Leonardo Pataca, Maria Regalada, Luizinha, o mestre de reza, as beatas de mantilha, o rancho das baianas na procissão, o domingo do Espírito Santo, o fogo no campo – tudo isso é bem nosso, é acentuadamente nacional” (PUJOL, 2007, p. 12).

crítico literário Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero<sup>10</sup> (1851-1914). Embora participasse de um círculo ativamente político,

Machado de Assis encarava com indiferença a agitação da política. Quando Quintino Bocaiúva, ao convidá-lo para a redação do *Diário do Rio de Janeiro* [grifos do original], procurou conhecer-lhe as opiniões (e eram íntimos!), vimos a confissão do novo jornalista: *não as tinha fixas nem determinadas*. Não as teve depois. Não as teve nunca. Acolhido no seio de liberais, vivendo entre liberais, querido de Otaviano e Saldanha Marinho, íntimo de Quintino e Pedro Luís, não se deixou contaminar da infecção política. Desviou cautamente os olhos da “infecção messalina”, de que tanto se queixava Otaviano. Em toda a sua obra, não há vestígio de preferências ou inclinações suas no meio da luta dos partidos e das pessoas. Considerava odiosa a disciplina dos partidos e a natural sujeição dos homens às necessidades aos interesses comuns [grifos do original] (PUJOL, 2007, p. 19).

Mesmo tendo essa indiferença à política partidária de que fala Pujol, em uma crônica publicada no dia 09 de julho de 1893, no jornal *Gazeta de Notícias*, quatro anos após a queda da Monarquia, o cronista dialoga com Sílvio Romero com quem tivera entrevero estético por conta da publicação de seu romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1998). A opinião do crítico, ligado à escola de Recife, encontra-se no livro *Machado de Assis* (1992).

O acirramento das tensões entre ambos atinge seu apogeu em 1897, no trabalho do crítico sobre o escritor. *Machado de Assis* pode ser entendido como a produção de um discurso que encerra o posicionamento-limite assumido pelo crítico naturalista, buscando influir na modulação do cânone, reconhecendo a legitimidade do romancista, porém tentando tirar-lhe a proeminência absoluta como homem de letras no Brasil. O livro se propunha a realizar uma análise comparativa com Tobias Barreto. Nesse momento, Sílvio Romero deixa entrever sua própria trajetória, como um intelectual do Nordeste que, paulatinamente, era deslocado a posições de menor prestígio em relação ao domínio hegemônico do grupo fluminense. Já se colocava naquele período a questão regional ligada às formas de consagração intelectual. Dadas as similaridades entre as biografias de Machado e Tobias Barreto, a comparação entre ambos era uma tarefa atrativa para um crítico que buscasse as regularidades do caráter cultural no estudo de variáveis como personalidade, raça e meio. Dedicado, nostalgicamente, ao próprio Tobias Barreto e outros “amigos” da Escola do Recife, o estudo é, na realidade, uma apologia do seu confrade; uma tentativa de colocá-lo em comparação, palmo a palmo, com Machado.

---

<sup>10</sup> - Em 30 de maio de 1870, ainda na condição de estudante, Sílvio Romero em Pernambuco, escreveu um texto no jornal pernambucano *A crença*, criticando o que chamou de lirismo subjetivista e humorismo pretensioso presentes nos livros *As falenas* e nos *Contos Fluminenses*, publicados naquele ano por Machado de Assis (MAGALHÃES JR. 2008, p.147).



Localizando Machado “como um espírito de transição entre os românticos e os sectários das recentes teorias”, Sílvio Romero declara a necessidade da militância na política intelectual, sustentando que, “no meio da agitação em que atualmente se debate a nossa pátria, não haverá provavelmente nem tempo nem lazer para se apreciarem escritos puramente literários”. Uma vez que o crítico sergipano prepara a leitura de seu próprio trabalho, reiterando a necessidade de participação política como missão do “homem de letras” e estabelecendo a perspectiva militante como premissa fundamental para a atividade crítica e da criação, ficaria fácil, páginas adiante convencer o leitor da desconexão aparente da obra de Machado para o presente (PASSOS, 2014, p. 169-170).

Em seu livro *Parlamentarismo e presidencialismo na República Brasileira* (1893), portanto, quatro anos depois de o Império ruir e a família real ser desterrada, Sílvio Romero, criticando os rumos que o novo regime estava tomando, afirmava que o mesmo se tornava incapaz de criar no país uma República que seria de fato livre em virtude da elite que possuía (COSTA, 2010, p. 18).

E, depois este sistemático desdém pelo povo, declarado incompetente para fazer a escolha de seus representantes políticos e acoimado de vícios no manejo desse dinheiro, como fazem, *verbi-gratia* [grifos do original], os positivistas, é nada menos do que a pretensão desairosa e extravagante de dividir ainda e sempre a maioria válida de uma nação em dois grupos – de um lado os privilegiados, os possuidores sem monopólio das luzes e da dignidade moral, e de outro lado, os ineptos e viciados, os incapazes de qualquer ação política acertada! Àqueles, o governo, a direção, o mando, aos outros a eterna tutela, a minoridade, a incompetência perpétua. É o regime do privilégio na sua mais recente edição, porém, sempre o privilégio, queremos dizer o abuso e a compreensão (ROMERO, 1893, p. 56-57).

Sílvio Romero dizia que o “banqueirismo governativo não passa de uma aristocracia do dinheiro, de um particularismo do capital, a mais viciada e bastarda de todas as aristocracias” (1893, p. 58).

Posto isso, vejamos como Machado de Assis trata da mesma questão em uma crônica da série *A Semana* e publicada no jornal *A Gazeta de Notícias* do dia 9 de julho de 1893, portanto, mesmo ano em que o livro de Sílvio Romero era publicado. O objetivo do texto jornalístico é abordar a presença de estudantes da Escola Militar na Câmara dos Deputados para protestar contra um deputado, representante do Estado de Minas Gerais. Ele teria feito comentários envolvendo a organização da instituição militar, cujo conteúdo foi considerado ofensivo pelos manifestantes. “O protesto foi tão barulhento que os deputados tiveram de suspender a sessão, e, nos dias seguintes, houve várias moções de protesto na Câmara” (ASSIS, 1996, p. 263-264).

O ficcionista começa a crônica<sup>11</sup> fazendo uma comparação entre as impressões de um pintor e um comandante militar sobre uma batalha campal. Segundo ele, o primeiro se ocupará em demonstrar os horrores dos combates a partir das expressões dos soldados, enquanto o segundo, sem nenhuma preocupação com a perspectiva estética, ou representação artística das batalhas, trabalha a questão estratégica para se chegar a um resultado positivo almejado pelos seus superiores. Após essas explicações iniciais e comparativas entre o artista e o militar, como é próprio da escrita metafórica machadiana, cujo objetivo, segundo o crítico literário Antônio Candido, para expor o que havia sob dos esmaltes, isto é, a verdadeira face da cutícula<sup>12</sup>.

Digo tudo isso, que talvez seja banal... Mas o que não é banal debaixo do sol, desde o amor até o empréstimo? Digo tudo isso a propósito do acontecimento central da semana, o caso dos estudantes e da Câmara dos Deputados. Esse acontecimento teve para os homens políticos um aspecto. Condenando ou atenuando o ato, combinando ou divergindo na solução da crise, os políticos estão de acordo com os seus próprios olhos, aos quais o sucesso apareceu como um incidente na vida pública (ASSIS, 1996, p. 263-264).

Por esse pequeno fragmento da crônica é possível compreendermos como o romancista interpretava as questões políticas, não somente a brasileira, mas também a global e pela data da publicação do texto na imprensa carioca (09 de julho de 1893), observamos que o autor estava fazendo referências à passagem da Monarquia para a República e o fato dos mesmos políticos que gravitavam em torno da Coroa, continuarem usufruindo dos benefícios conferidos pelo governo àqueles que se mantêm sob o auspício do poder, mesmo no regime republicano. O que nos permite indicar que Machado dialogava com Sílvia Romero, pois este também apontava a permanência no regime republicano dos grupos que gravitavam em torno da corte deposta anos antes.

Em outro trecho da crônica, o autor muda o foco de sua narrativa, apontando que “os leigos também rezam, e pela cartilha dos padres” (ASSIS, 1996, p. 264). Novamente o texto nos permite uma série de interpretações, começando pelo viés metafórico, o enfoque dado à enunciação não diz respeito à religião, mas pode

---

<sup>11</sup> - A crônica pode ser classificada dentro do grupo da memorialística “[...] quando narrada em primeira pessoa, tem o propósito de comentar, refletir, dissertar ou palestrar sobre um ou mais temas que envolvem a experiência pessoal do narrador” (BETELLA, 2007, p. 18).

<sup>12</sup> - De acordo com Antônio Candido, sob o autor de Dom Casmurro, que respeitava para ser respeitado, “[...] funcionava um escritor poderoso e atormentado que recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. Na razão inversa da sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas” (SOUZA, 1995, p. 20-21).

possibilita leitura indicando as manifestações políticas advindas dos estudos da Escola Militar. Portanto, é possível atribuímos ao período em tela, a hipótese de que o cronista estava tratando de outro assunto, talvez abordando a questão da República em manter alguns políticos que fizeram parte da Monarquia e em virtude disso, o governo se pautava pelas diretrizes do regime eliminado.

Permite outros desdobramentos, caso queiramos reportar tal assertiva à sociedade brasileira daquele período que, assim como o fiel que reza através da condução dos integrantes do clero, também aceitava tudo, conforme os discursos dos políticos<sup>13</sup>. “Aplicando esta observação da fonética à psicologia política, não se pode dizer que entre *emoção* e *moção* [grifos do original] há, com a mesma perda da letra inicial, uma filiação evidente?” (ASSIS, 1996, p. 264), eis a pergunta formulada pelo cronista que a explicará em seguida.

No régimen imperial, uma emoção destas levava à moção imediata. A Constituição republicana não mudou os hábitos morais dos homens, e, no meio da agitação produzida pela manifestação escolar, a primeira fórmula que ocorreu para consubstanciar os sentimentos da Câmara foi a moção, e não uma, nem duas, mas seis, sete. A consequência é que o parlamentarismo parece estar ainda na massa do sangue -, outra ideia banal -, mas eu hoje estou banal como um triste molambo velho (1996, p. 264).

É importante ressaltarmos que a análise desse texto jornalístico tem um duplo sentido: o primeiro é apontar que a narrativa proporciona a compreensão de que seu autor estava dialogando com uma das pessoas que fazia parte do seu círculo de relacionamento, inclusive com quem tinha divergências por questões estéticas. O segundo é demonstrar que, Machado de Assis, mesmo se recusando a emitir opiniões sobre questões políticas, o fazia de forma velada a partir de suas crônicas que, em certa medida, eram transpostas depois para seus romances e contos.

Essa visão de mundo fica externada no parágrafo em que o cronista se ocupa em fazer a seguinte explicação: “Concluir daí que sou parlamentarista é imitar aquele homem que me dizia, uma vez, notando-lhe eu que certa casa estava pintada de amarelo” (1996, p. 264). O diálogo seguinte diz que tudo depende de quem olha ou observa algo, pois não adianta ficar perguntando, já que a resposta será a mesma.

---

<sup>13</sup> - Sobre essa questão, interessante a leitura do conto *Capítulo dos chapéus* (2004), em que o autor narra uma sessão no Legislativo brasileiro sob o olhar de duas mulheres, Clara e Sofia, sendo que uma delas era namorada de um congressista e tinha por hobby assisti-lo discursando no parlamento, mesmo que seus pares não estivessem prestando atenção no que estava sendo dito.

O que eu digo é que esta bota parlamentarista há de levar tempo a descalçar. Que não seja próprio do clima, não serei eu que o negue; mas a minha questão no capítulo das botas (Sganarello achou um capítulo dos chapéus) é que a bota parlamentar, por menos ajustada que haja sido ao pé, há de levar tempo a arrancá-la. São costumes. Fazia doer os calos e cambava para o lado de fora, mas era de fábrica inglesa. Westminster & Companhia, e nós sempre gostamos de fábricas estrangeiras<sup>14</sup>. Nos primeiros tempos éramos todos franceses; no segundo reinado passamos aos bretões<sup>15</sup>. Vida, patrícios, vida para a indústria nacional<sup>16</sup>! (ASSIS, 1996, p. 264-265).

Tendo isso como premissa é que desenvolvemos a presente dissertação de mestrado, pretendendo demonstrar o sentido que a República adquire no penúltimo romance machadiano, publicado nos primeiros anos do século XX e após 15 anos da eliminação da Monarquia. Para apontarmos esse vetor, dividimos o texto em quatro partes: o primeiro capítulo enfoca o escritor Machado de Assis e sua produção ficcional; o segundo sua contribuição para se interpretar o Brasil Oitocentista, cuja obra literária é um excelente referencial para os pesquisadores que pretendem se debruçar sobre a transição política e social da Monarquia Constitucional Parlamentar para os primeiros anos da República Federativa e presidencialista.

No terceiro capítulo, analisamos como o período histórico retratado por Machado de Assis aparece no corpus do romance *Esaú e Jacó*(2008). A narrativa engloba os últimos anos da Monarquia, começando no final dos anos 60, quando os Conservadores chegam ao poder em mais uma das ações do Imperador que sempre apontava que a escolha contava com a anuência do Conselho de Estado, e encerramos primeiros anos da República, já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), com os irmãos Pedro e Paulo desempenhando as funções de deputados na República, porém divergindo sobre os rumos que o regime tomou depois de seu advento.

---

<sup>14</sup> - Parece-nos que aqui o cronista quer de fato apontar a ideia de que os brasileiros, principalmente os políticos gostam de importar ideologias para serem implantadas aqui, como por exemplo, o liberalismo que deveria ser transformado para se adaptar às estruturas escravistas, bem como o modelo de República importado dos Estados Unidos. Sobre isso, ver *As ideias fora do lugar* (2000), de Roberto Schwarz.

<sup>15</sup> - Aqui, em nossa interpretação, Machado faz alusão à influência que os ingleses exerciam sobre o Brasil, principalmente depois da chegada da Família Real em 1808 e a abertura dos portos às nações amigas, leia-se Inglaterra, cuja Marinha fez segurança as naus lisboetas que abrigavam a corte portuguesa que fugia da sanha conquistadora napoleônica. Há ainda o fato de que o Brasil pagou a dívida da Independência fazendo um empréstimo a um banco inglês. Havia também pressões feitas pelo capitalismo inglês ao país, para que este eliminasse o trabalho escravo e adotasse o modelo de mão de obra assalariada.

<sup>16</sup> - É possível especularmos que com essa finalização de sua crônica, o seu autor estava pedindo o desenvolvimento da indústria nacional, tendo em vista que muitos dos produtos consumidos aqui pelos brasileiros vinham do exterior e neste sentido, havia a pressão do capitalismo internacional para transferir para cá suas filiais. Sobre esse assunto ver *A luta pela industrialização do Brasil* (1978), de Nícia Vilela Luz.

Apontaremos como as questões escravistas e militares aparecem no romance e também abordaremos o baile da Ilha Fiscal, o último do Império brasileiro em que se evidencia do ponto de vista ficcional, como as articulações políticas eram feitas na Monarquia e depois com o surgimento da República, a situação permanecem a mesma já que a esposa de Batista o induz a falar com o Marechal Floriano Peixoto sobre a possibilidade do advogado e ex-conservador nos tempos de Monarquia conseguir uma colocação na estrutura republicana.

No terceiro capítulo trataremos de algumas passagens do romance *Esau e Jacó* nas quais fica evidente, para nós, a maneira como Machado de Assis retratou a mudança de regime: ou seja, apenas como alteração na nomenclatura, a exemplo da tabuleta que identificava a confeitaria do Custódio. Além desse episódio, há outros em que as personagens principais do enredo conversam na noite anterior à queda da Monarquia, porém, o tema não diz respeito às supostas agitações que levaram a ruptura com o sistema imperial, mas sim a provável nomeação do Conservador Batista, convertido em Liberal pela articulação política de sua esposa, Cláudia. Na manhã do dia seguinte, já é República, porém, a substituição de um regime pelo outro não alterou em nada a vida da população, conforme Machado de Assis representa o fato sob o *olhar* do Conselheiro Aires. Desta forma, o leitor pode ser levado a concluir a partir da leitura deste penúltimo romance, que a República não substituiu a Monarquia.

## CAPÍTULO 1

### Machado de Assis: o homem entre as letras

Debruçar-se sobre os textos do escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), é para nós a possibilidade de desvendarmos parte de seus apontamentos e representações das observações que fez sobre o mundo que o cercava, isto é, o Brasil da segunda metade do século XIX, já que “[...] o poeta só o é poeta porque se vê cercado de figuras que vivem e atuam diante dele e em cujo ser mais íntimo seu olhar penetra” (NIETZSCHE, 1992, p. 59). Desta forma, a Nação que aparece nas páginas compostas por Machado, é estruturada no trabalho escravo, mas que buscava se modernizar, abraçando o ideário liberal, porém o reinterpretando de maneira que se adaptasse às condições locais e uma sociedade regida pelo monarquismo constitucional parlamentar – sistema político que perdurou até novembro de 1889 quando foi extinto após um golpe militar comandado pelo Exército Brasileiro, surgindo em seu lugar uma República Federativa e Presidencialista.

Sendo assim, entendemos que, ao contrário do que muitos autores e pesquisadores afirmaram, inclusive por meios ficcionais como o narrador do romance *Eu vos abraço, milhões* (2010), do escritor gaúcho Moacyr Scliar (1937-2011), Machado não deixou de apontar em suas prosas romanescas, nos contos ou crônicas, os problemas que a população vivenciava no Brasil Oitocentista, entre eles, a violência que o escravidão legou ao escravagista afetando também o cativo.

Na obra de Scliar, construída a partir de uma carta que a personagem Valdodeixa ao seu neto relatando suas memórias concentradas em sua maioria no Rio de Janeiro no final da década de 20 do século XX, o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1998) aparece como um ficcionista conservador, reacionário que não se ocupou em apresentar, em suas narrativas, as principais problemáticas que o povo brasileiro sofreu nas últimas décadas do século XIX – período em que transcorrem as histórias machadianas. Portanto, de acordo com as reflexões do narrador de *Eu vos abraço*,

*milhões*, Machado teria se ocupada apenas em retratar, em seus textos, a vida dos grupos que faziam parte das estruturas dominantes na época.

Mas quem era esse escritor, ufanado por uns e contestado e até detestado por outros, criador de narradores singulares como Brás Cubas, cuja enunciação não seguia o mesmo fluxo nem em um curto parágrafo sequer, “mudando de assunto, opinião ou estilo quase que a cada frase” (SCHWARZ, 2000, p. 30)?

Machado de Assis -para Carlos Fuentes (2005) “[...] foi um rebelde quixotesco” – ou simplesmente Machadinho como era conhecido no círculo de amigos, nasceu no Rio de Janeiro<sup>17</sup>, então sede do Império brasileiro, em uma casa simples no morro do Livramento, no dia 21 de junho de 1839. O ficcionista era filho do pintor de paredes Francisco de Assis e da portuguesa, Maria Leopoldina Machado de Assis. Muitos pesquisadores da obra machadiana, como Carlos Faraco, atestam que o cronista frequentou a chácara do Livramento sob o auspício da rica proprietária, também sua madrinha de batismo, Maria José de Mendonça Barroso, que morre vítima de varíola. Ela era viúva do Brigadeiro Bento Barroso Pereira (1785-1837) que havia sido Senador imperial.

Em 1845, o escritor perde a sua única irmã e quatro anos depois falece a mãe Maria Leopoldina, vítima de tuberculose. Em 1854 o pai Francisco de Assis contrai segunda núpcia com Maria Inês que será auxiliada pelo adolescente Machadinho na comercialização de doces para auxiliar no sustento da família. Mesmo diante das dificuldades financeiras, o filho do pintor Francisco, se esforçava para sair da vida sofrida que levava no Morro do Livramento, hoje Ladeira do Livramento.

Até esse momento, Machado de Assis estava atrelado à vida do subúrbio carioca, entretanto, a efervescência intelectual da Corte<sup>18</sup> o atraía muito, principalmente na Rua do Ouvidor, logradouro em que os transeuntes pertencentes à classe detentora do poder desfilavam, se divertiam tudo sob as vistas do jovem suburbano que trabalhava

---

<sup>17</sup> - Nessa época a cidade, que possuía iluminação a gás apenas na área central, com cheiro horrível e águas estagnadas por todo lado, contava com um transporte muito precário, tinha uma população de aproximadamente 300 mil, sendo que a metade era composta por escravos (FARACO, Apud ASSIS, 1998, p. 2).

<sup>18</sup> - “A palavra ‘corte’ significava tanto a residência do imperador quanto a cúpula de uma elaborada hierarquia de privilégios. Na base da hierarquia estavam fidalgos, de sangue nobre ou azul. Este status podia ser herdado, obtido por nomeação a uma das ordens de cavalaria ou adquirido por ordenação como oficial militar. Como imperador do Brasil, D. Pedro I manteve três ordens de cavalaria da monarquia portuguesa – Cristo, São Bento d’Aviz e São Tiago da Espada – e estabeleceu outras três –Cruzeiro, Pedro I e Rosa” (BARMAN, 2012, p. 28). Esta última teve em Machado de Assis um dos nomeados. A condecoração aconteceu no dia 16 de março de 1867 quando o escritor foi outorgado com “[...] o grau de Cavaleiro da Ordem Rosa, juntamente com dois franceses: o jornalista Émile Adet e o editor Baptiste-Louis Garnier e o brasileiro José da Silva Costa” (MAGALHÃES JR, 2008, p. 49).

como caixeiro numa livraria. Além disso, ele era também visto com frequência no Gabinete Português de Leitura, espaço que abrigava um acervo com mais de 16 mil livros.

No dia 12 de janeiro de 1855, portanto, aos 16 anos, ainda adolescente, Machado publica o seu primeiro trabalho literário, o poema *Ela*. Os versos são estampados na revista *Marmota Fluminense* pertencente a Francisco de Paula Brito (1809-1861). A sua livraria era ponto de encontro dos novos talentos da época e o recém-poeta passou a ser colaborador efetivo do periódico.

Perto de completar 17 anos, no dia 9 de setembro de 1856 – dois dias após o Brasil comemorar 34 anos de sua Independência –, o ficcionista publica no jornal carioca *Correio Mercantil*<sup>19</sup> o poema *O grito do Ipiranga* que é datado do dia 7<sup>20</sup> daquele mês. Embora os versos sejam relativos à juventude de seu autor, Wilton Marques (2015) esclarece que eles trazem em si diversas peculiaridades do romantismo, especialmente no que diz respeito à “[...] representação de aspectos ligados à realidade local (natureza, oceano, etc.) como marcas de nacionalidade literária, o que, em termos machadianos, também é uma novidade literária”.

Após a publicação desses versos, Machado começa a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional e nos tempos livres passa a escrever mais intensamente. Neste emprego, conhece o diretor do órgão, o escritor Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) autor do livro *Memórias de um sargento de milícias* (2007). Em 1858 retorna à livraria de Paula Brito na condição de revisor de a *Marmota*, integrando a partir daí a sociedade de literatura humorística Petalógica, criada pelo proprietário da livraria. É nesse grupo que constrói o seu círculo de amizades mantendo relações com Manoel Antônio de Almeida, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), José Martiniano de Alencar (1829-1877), Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), entre outros literatos que frequentavam o local.

No início da década de 60 daquele século, o autor de contos singulares como *Pai contra mãe* (2004) começa a trabalhar como jornalista no *Diário do Rio de Janeiro*, sendo redator-chefe Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva (1836-1912), como

---

<sup>19</sup> - Este jornal era dirigido por Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) que exerceu o cargo de Senador liberal no Império entre 1867 a 1889, além das funções de jornalista, advogado, diplomata e poeta brasileiro.

<sup>20</sup> - Este poema esquecido do escritor carioca foi recentemente descoberto pelo professor Wilton Marques, do Departamento de Letras da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) durante pesquisa sobre a obra poética de Machado de Assis entre 1854 e 1860 publicada no jornal *Correio Mercantil*. Em seus 76 versos decassílabos distribuídos por nove estrofes irregulares, o leitor encontrará uma louvação ao Brasil e a D. Pedro I sendo comparado a Napoleão Bonaparte.



“não se contentava em ser apenas jornalista e ansiava por se transformar em homem de negócio” (MAGÃLHÃES JR, 2008, p. 8), transformou Machado em seu braço direito no periódico.

A experiência do ficcionista na imprensa carioca terá grande utilidade em sua escrita, tendo publicado nos jornais capítulos de boa parte de sua obra romanesca, inclusive transpondo para seus romances alguns fatos que explorou em suas crônicas. Esse recurso literário vem sendo pesquisado como fontes primeiras, pois o escritor faz do texto jornalístico um ensaio do que pretende desenvolver futuramente em seus romances.

Fontes podem ser todo e qualquer material utilizado pelo artista antes de produzir sua obra: lembranças infantis, sonhos, histórias particulares ou coletivas, a tradição local ou nacional, escritos próprios ou alheios. Genericamente *fontes*[grifo do original] correspondem a um significante que pode acolher tudo que precede a obra, pertencendo à sua fase de gestação e produção (ZILBERMAN,2004, p. 18).

Desta forma, um trabalho analítico sobre boa parte das crônicas, dos mais de seiscentos textos publicados por Machado na imprensa do Rio de Janeiro, juntamente com seus nove romances e o conto-romance *O Alienista* (1996), seria interessante para se compreender a singularidade dessas narrativas e de como as mesmas podem ser elevadas “[...] ao mesmo estatuto de suas obras”, já que “o que deveria ser efêmero, por causa do veículo em que era publicado, tornou-se perene e fonte riquíssima de estudos literários, sociais e históricos” (CALLIPO, 2005, p. p. 1).

Há pesquisadores, como o brasilianista John Gledson (1990, p. 11), que acreditam que as crônicas, compostas para consumos imediatos e nos dias seguintes à suas produções pelos seus valores intrínsecos, possam ser lidas pelos leitores contemporâneos em virtude de suas abordagens divertidas e sagazes apresentando pontos fundamentais do período em que circularam.

Sendo assim,

[...] a crônica ocupa, na obra de Machado de Assis, um lugar especial; estava, por assim dizer, no seu sangue; com ela se identificou de tal modo que, sem avaliarmos o papel que essa modalidade literária desempenhou ao longo de sua trajetória, corremos o risco de ficar com uma visão incorreta do perfil literário (MÓISES, 2002, p. 109).

Ainda no âmbito dos textos jornalísticos machadianos usados como referenciais para se pensar momentos significativos da história brasileira, entre eles, o fim do

monarquismo e o advento da República, seguidos de suas consequências é possível apontarmos os seus significados porque “[...] o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Retomando a vida de um dos maiores escritores brasileiros, se é que seja possível desvendar muito das particularidades de Machado de Assis<sup>21</sup>, no início de sua carreira publica mais textos poéticos e peças teatrais que deveriam ser lidas e não encenadas, segundo o amigo Quintino Bocaiúva. Se por outro lado, na segunda metade da década de 60 do século XIX, aumenta o seu trabalho na condição de jornalista, por outro, “[...] começam a lhe ser dirigidas cartas e mais cartas abertas, pelas colunas do *Diário do Rio de Janeiro* [grifos do original], sinal de seu crescente prestígio jornalístico” (RAIMUNDO JR, 2008, p. 32).

Além da atividade na imprensa e poética, o autor de *Helena* (1981), atua no ramo de traduções de romances franceses para a Língua Portuguesa. Entre as obras, destaca-se o texto “*O barbeiro de Sevilha*, de Caron de Beaumarchais, representado em recital de gala em 7 de setembro de 1866, com a presença do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina” (RAIMUNDO JR, 2008, p. 36). O escritor carioca também verteu para o português em 1866, o romance de Victor Hugo *Os trabalhadores do mar* que foi saudado com grande expectativa pelos jornais do Rio, entre eles, o *Diário do Rio de Janeiro*, que publicou a versão, posteriormente editada em livro no final daquele ano em três volumes.

Nesse período, Machado se dedicou à crítica literária, escrevendo análises dos romances de José de Alencar: *Iracema* (1865); *O culto do dever* (1866), composto pelo seu amigo Joaquim Manuel de Macedo e *Cantos Fantásticos* (1920) de Fagundes Varela (1841-1875), entre outras obras. Em 1864, mesmo ano que faleceu seu pai Francisco de Assis, publica seu primeiro livro de poemas *Crisalidas*. Três anos após a obra vir à pública, Machado é nomeado para o cargo de ajudante de publicação do diretor do Diretor do Diário Oficial, posto em que ficará até 1874.

Paralelo às atividades literárias e jornalísticas, Machado de Assis, após rápido namoro, se casa com a portuguesa Carolina Augusta Xavier de Novais. A cerimônia

---

<sup>21</sup> - O escritor “[...] reteve deliberadamente os fatos de sua vida privada, pois aparentemente sentia que tais fatos não tinham nada que ver com sua vida espiritual e que o conhecimento deles traria somente empecilhos à apreciação de suas obras” (CALDWELL, 2002, p. 12).

acontece no dia 12 de novembro de 1869. A noiva irmã de seu amigo Faustino Xavier de Novais, que morreu três meses antes, em 16 de agosto de 1869. Ela viera da Europa para cuidar de Faustino, e também, conforme muitos biógrafos apontam, para escapar de um amor que não teve vida longa. A celebração das núpcias contraídas pelo até então jornalista, tradutor, poeta Machado ocorre na capela particular da casa de Rodrigo Pereira Felício (1820-1872), o Conde de São Mamede, no Cosme Velho.

No mesmo ano de seu casamento, Machado publica o seu primeiro livro de contos: *Contos avulsos* (1994), composto por sete narrativas breves<sup>22</sup>, entre elas, *O segredo de Augusta* e *Miss Dólar* cuja história é centrada numa cachorra que nomeia a enunciação. “Tudo, personagem e conflitos, gravita ao seu redor, como um legítimo antepassado do cão que contracena em *Quincas Borba* [1985]” (MÓISES, 2002, p. 118).

Para entendermos o que os contos significam na prosa machadiana<sup>23</sup>, compreendemos essa forma de enunciação como “uma máquina infalível destinada a cumprir a sua missão narrativa com a máxima economia de meios” (CORTAZAR, 1993, p. 228). Nessa perspectiva, esse tipo de narrativa pode ser analisado a partir de sua forma fechada ou esférica, na qual

[...] o narrador poderia ter sido uma das personagens, vale dizer que a situação narrativa em si deve nascer e dar-se dentro da esfera, trabalhando do interior para o exterior, sem que os limites da narrativa se vejam traçados como quem modela uma esfera de argila. Dito de outro modo, o sentimento da esfera deve pré-existir de alguma maneira ao ato de escrever o conto, como se o narrador, subentendido pela forma que assume, se movesse implicitamente nela e a levasse à sua extrema tensão, o que faz precisamente a perfeição da forma esférica (1993, p. 228).

Desta forma, podemos dizer que:

A grandeza dos contos machadianos começa nessa incomum capacidade de ver o instante revelador das figuras em conflito no seu aspecto mais dramático ou trágico. Machado vai diretamente ao ponto, não raro driblando as expectativas do leitor: por mais que este ponha a funcionar a sua imaginação, não consegue antever o desfecho da história. Mesmos nos contos que fluem naturalmente, como se fossem crônicas inspiradas no cotidiano banal, o desenlace é uma surpresa para o leitor. A necessidade da releitura pode ser a consequência

---

<sup>22</sup> - Os contos machadianos, “distribuídos pelos vários livros, publicados em momentos distintos, tratam do autoritarismo das imposições sociais como determinante do comportamento dos indivíduos” (PROENÇA FILHO, Apud ASSIS, 2004, p. 13).

<sup>23</sup> - Machado considerava o gênero difícil, apesar de sua aparente facilidade, o que poderia ter afastado muitos escritores, bem como a ausência de um público ou quando existiu, deu pouca atenção a ele.

imediate dessa brincadeira de esconde-esconde, como se o leitor, espicaçado, tivesse de voltar uma vez mais ao conto para surpreender os pormenores onde se ocultam as chaves que facultem prever o seu final. Um autêntico espetáculo hipnótico, vazado numa linguagem concisa, ática, com a falsa aparência de simplicidade, que somente os grandes contistas conseguem montar. Aí, em síntese, a maestria de Machado na arte do conto, e a sedução que exerce ainda hoje nos leitores, inclusive os mais exigentes (MÓISES, 2002, p. 119).

Voltando à bibliografia do ficcionista, também em 1869, ele edita pela casa Garnier, o seu segundo livro de poemas *Falenas*. Machado retornaria ao estilo em 1875 publicando *Americanas* e em 1901 o último trabalho *Poesias completas*. No âmbito romanesco<sup>24</sup>, a estreia de Machado se dá com o seu romance *Ressurreição* (2008), publicado em 1872.

Embora ainda com laivos de romantismo, *Ressurreição* [grifo do original] já era uma tentativa de análise psicológica. A intriga era o que menos importava nessa narrativa, sem a preocupação de final feliz, como em geral acontecia nos romances sentimentais. O que interessava a seu autor era estudar o caráter e o comportamento de um médico, o Dr. Félix, que aos 36 anos abandonara a medicina, enriquecido por uma súbita herança. Ocioso e mundano, troca de amantes a cada seis meses e rompe com a última delas, Cecília, exatamente ao saber que despertava sentimentos de admiração e de simpatia, senão de amor, a uma viúva, rica e mãe de um menino de cinco anos, Lívia. Os dois se apaixonam, ao fim de alguns encontros e de algumas valsas.

[...]

Às vésperas do casamento, rompe Félix com a viúva, numa carta brutal, em que não explica a razão de tal atitude. Meneses, seu amigo, é quem analisa, a frio, a situação, mostrando-lhe que a carta anônima só podia ser o último recurso de um rival infame, um homem casado que planejava fazer de Lívia a sua amante. O vacilante Félix procura, por todos os meios, recompor o fio que brusca e desastrosamente partira. Mas o casamento já não é mais possível, pois, na mesma medida em que ele é indeciso e vacilante, Lívia é orgulhosa e intransigente. O sentimento de dignidade ferida faz com que ela feche a porta à reconciliação, sem dar a Félix oportunidade de feri-la, no futuro, com as suas suspeitas, ou novo repúdio (MAGALJÃES JR, 2008, p. 174-175).

Conforme Raimundo Magalhães Júnior apontou acima, nesse primeiro romance é possível sentir certos lampejos de romantismo, entretanto, pelo conteúdo da prosa, podemos especular que o autor já começava a indicar alguns elementos do que viria ser designado *realismo* como estilo literário. Desta forma, concordamos com Tânia Pelegrini (2009, p. 14) quando esta afirma que “o romance acomodou-se de modo mais

---

<sup>24</sup> - O gênero romance “[...] não nasceu para copiar toda a vida. Como qualquer criação artística ele impõe artifício, quer dizer, simplificação, quer dizer, escolha” (HOLANDA, 1978, p. 62).

que perfeito ao realismo, por sua incompletude e berço incerto e por eleger como epicentro da narração um indivíduo determinado”.

Ainda no âmbito da importância do romance para o mundo literário, Mikhail Bakhtin (1895-1975) diz que o gênero seria o único que “[...] reflete mais profundamente, mais substancialmente, mais sensivelmente e mais rapidamente a evolução da própria realidade. Somente o que evolui pode compreender a evolução” (BAKHTIN, 1988, p. 400).

De acordo com o teórico russo,

[...] o romance tornou-se o principal personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (1988, p. 400).

Entre o seu primeiro romance e o segundo *A mão e a luva* (2008) lançado em 1874, Machado publica em 1873<sup>25</sup> mais um livro de contos: *Histórias da meia noite* contendo seis enunciações mais a advertência. Entre as narrativas, o leitor encontrará *A parasita azul* (1994), o maior conto do livro contendo 81 advérbios de modo.

É deste ano também o texto crítico *Instinto de Nacionalidade*, no qual o autor volta suas reflexões para a necessidade de a literatura produzida no Brasil até aquele momento ressaltar as coisas do país, se tornando mais independente, ou com um viés mais original (PASSOS, 2014, p. 167), inclusive criando uma crítica para que pudesse estabelecer os princípios que iriam norteá-la.

A obra foi publicada pela primeira vez em 24 de março daquele ano, no periódico brasileiro *O Novo Mundo*, impresso em Nova Iorque e editado por José Carlos Rodrigues que, em carta de setembro de 1872 solicitou a Machado de Assis uma análise geral da situação literária no Brasil até então. No trabalho – que poderia ser traduzido para o inglês -, o ficcionista faria comentários críticos sobre as boas e as más tendências no âmbito literário e moral (BERGAMINI, 2013, p. 22).

Machado ressaltava que o romancista pode retratar em sua prosa, as *cores locais*<sup>26</sup>, mas sem estabelecer doutrinas absolutas, pois pode empobrecê-la. Portanto,

---

<sup>25</sup> - Neste ano é nomeado, por determinação do governo monárquico, funcionário público assumindo o posto de primeiro-oficial da Secretaria do Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Machado de Assis permanecerá servidor público até 1908, assistindo de dentro da esfera burocrática o fim do Império e os primeiros anos do regime republicano.

<sup>26</sup> - No dia 24 de julho de 1872, o mesmo periódico que publicara um ano depois o texto crítico encomendado a Machado de Assis, “comenta artigo no qual Joaquim Nabuco defendia, contra [o poeta

deve-se esperar ou até mesmo exigir do escritor certo sentimento íntimo que o torne um homem do seu tempo e de seu país mesmo quando aborda temas remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1910, p. 14).

O crítico [Machado de Assis] buscava assegurar aos brasileiros o direito à universalidade das matérias, por oposição ao ponto de vista “que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local”. Pode-se dizer também que reivindicava o melhor legado romântico – o sentimento da historicidade – contra a aliança em voga de pitoresco e patriotismo, que naquela altura já se revelava uma prisão para a inteligência. Isso posto, o brasileiro que Machado tinha em mente e iria realizar na sua obra da segunda fase, um brasileiro “interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial”, não é fácil de trocar em miúdos (SCHWARZ, 2000, p. 9-10).

Ainda neste texto em que trata de diversos assuntos relativos à literatura brasileira, Machado faz algumas observações sobre o romance que as consideramos importantes para entender o seu posicionamento naquele momento da história literária do país e o que torna o seu texto singular. Segundo ele, de todas as formas de expressões literárias no Brasil, entre elas a lírica e o poema, o romance seria a mais cultivada no país, já que teria a preferência em virtude da inexistência de obras que tratavam de assuntos relacionados à filosofia, crítica histórica, política. Sendo assim, o romance teria o predomínio entre o público leitor brasileiro<sup>27</sup> (ASSIS, 1910, p. 15).

Mesmo de forma limitada em função do escasso público leitor, o ficcionista dizia que os romancistas brasileiros da época possuíam qualidade de observação e de análise. Desta forma, os estrangeiros poderiam encontrar muitas páginas retratando a vida e os costumes brasileiros, entretanto, os romances inteiramente analíticos seriam escassos. Isso ocorria porque, segundo Machado, a índole nacional não chamava os escritores para esse ponto ou talvez porque o tipo de obra era incompatível com a adolescência literária em que se encontrava o Brasil (ASSIS, 1910, p. 16).

---

português] Alexandre Herculano [1810-1877], que a poesia de Gonçalves Dias tinha ‘muita cor local’, mas isso não era suficiente para garantir originalidade. Não falta a referência a Shakespeare (bretão, romano, mouro), lugar comum no período. Em 23 de agosto de 1872, no artigo ‘Longfellow, o poeta’, William Cullen Bryant é criticado em comparação com Longfellow, pois os poemas do primeiro, ‘ricos como são da cor local americana, são muito contemplativos demais, e tem pouca ternura ou paixão para nos agradar’” (BERGAMINI, 2013, p. 27).

<sup>27</sup> - Vale ressaltarmos que, a exemplo do que aconteceu na Europa XVIII, o Brasil Oitocentista também não poderia ser considerado uma Nação composta por um grande público leitor, tendo em vista o alto percentual de analfabetos existentes, além de a população ser, em sua maioria, formada por escravos. Hélio Seixas Guimarães (2012) realizou pesquisa sobre como os narradores machadianos se referiam aos seus virtuais leitores.

Após a publicação deste artigo crítico, Machado lança no final de 1874 o seu segundo romance *A mão e a luva* (2008). Inicialmente em forma de folhetim em 20 edições, entre os dias 26 de setembro e 3 de novembro daquele ano, do jornal *O Globodirigido* por Quintino Bocaiuva e logo depois a obra sai em volume. A enunciação foca na história de amor envolvendo quatro pessoas: Guiomar e três pretendentes: Jorge, Estêvão e Luís Alves. Inicialmente Estêvão cai de amores pela moça que vivia sob a proteção de sua madrinha que desejava vê-la casada com o sobrinho Jorge, entretanto, a moça, que inicialmente opta pelo parente da protetora, posteriormente inclina-se à Luís Alves, amigo de Estêvão. A escolha reside no fato de que ambos partilhavam os mesmos desejos ambiciosos.

De acordo com Roberto Schwarz, esse segundo romance machadiano foge do corriqueiro, já que busca “[...] formular e poetizar – aí a surpresa – o interesse bem compreendido das partes, em questões de cooptação, no que procede com reflexão e audácia” (2003, p. 95). Pela enunciação, o leitor compreenderá que a heroína não exitará em escolher entre as paixões chorosas do advogado Estêvão, a inércia de Jorge que aguarda receber os benefícios aferidos pelo sobrenome de que é portador e o ambicioso Luís Alves. Guiomar optará pelo seu ideal de luzimento social, uma boa casa com bons móveis e um marido com posição social. Desejos divididos com o seu escolhido que almeja ser deputado, além de já ser rico (SCHWARZ, 2003, p. 98).

Concordamos com Schwarz quando este afirma que o folhetinista apresentouem *A mão e a luva* certa compreensão da sociedade brasileira da época, no entanto com o desfecho da enunciação, “[...] Machado opõe o paternalismo autoritário e tradicionalista um paternalismo esclarecido, que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-lo” (2003, p. 99). Sendo assim, o mérito da narrativa reside no fato do autor apontar os desencontros protagonizados pelo quarteto,

[...] passando-os de fatos perdidos na vida corrente a germens de construção romanesca e interpretação da existência. Noutras palavras, as relações de favor vieram a ser bem mais do que um assunto. Puxando as ideias liberais para dentro de seu campo de gravitação, dão origem a um território com problemas, conflitos, prioridades e meandros próprios. Esta lógica reitera uma lógica real, naturalmente sem reproduzir a realidade inteira. Aqui o fundamento da tão singular brasilidade sem pitoresco, que todos reconhecem a Machado, e que ele próprio ambicionava. Mas é certo também que só na segunda fase esta lógica estará desenvolvida sem entraves. *A mão e a luva* [grifos do original] elabora-lhe alguns elementos e beneficia deles, subordinados porém à inconsequência rigorosa da literatura leva. Donde a impressão duvidosa deixada pelos romances da primeira fase: não são melhores

que os seus predecessores, sendo bastante mais encorpados. A densidade é devida às formas de que falamos, que no sentido simples da palavra são genuínas, pois representam generalizações da prática social (SCHWARZ, 2003, p. 100-101).

Antes de lançar a sua terceira prosa romanesca, Machado, sob a influência dos amigos escritores indigenistas José de Alencar e Gonçalves Dias publica em 1875 sua terceira coletânea de poemas: *As americanas*. Em 1876, usando também o expediente do folhetim nas páginas do *Globo* dá vida a *Helena*. Título alusivo à personagem que aporta na residência da família do Conselheiro Vale na condição de filha deste e reconhecida somente em testamento.

Helena - os leitores saberão conforme avançam a leitura – não detem grau de parentesco com o seu benfeitor e esconde esse segredo da família que o acolhe como membro do clã, porém, todos os dias, acompanhado do escravo Vicente<sup>28</sup>, visita Salvador, o verdadeiro pai, cuja esposa o abandonou para viver com o Conselheiro. Entre as idas e vindas, ela mantém relações de meia-irmã com Estácio, chegando ao ponto de sugerir ao leitor a possibilidade de haver um idílio incestuoso. Entre os dois existe Dona Úrsula.

O desfecho dos 28 capítulos da enunciação ocorre quando os segredos da moça são descobertos pelos familiares do seu benfeitor e Helena é obrigada a viver na casa como agregada. Todavia, a protagonista se recusa, morrendo em seguida de causas desconhecidas, ou de uma espécie de bovarismo<sup>29</sup>, semelhante ao óbito de Flora, outra personagem machadiana presente no penúltimo romance *Esau e Jacó* (2008).

Entre algumas observações sobre determinadas peculiaridades presentes nessa terceira narrativa longa de Machado, podemos apresentar a que Sidney Chalhoub chamou de *ideologia senhorial*. De acordo com ele, a enunciação já aponta essa relação nos primeiros capítulos quando da morte do Conselheiro e a abertura do seu testamento.

O episódio parece exemplar e concentra o significado social mais decisivo a um determinado ideário de dominação de classe: a vontade

---

<sup>28</sup> - Durante os périplos de Helena à casa do pai biológico, Vicente aproveita para ficar à vontade enquanto a égua Moema pasta à beira do caminho. Sidney Chalhoub aponta que essa narrativa apresenta momentos em que o cativo se sente verdadeiramente livre, apesar de gozar de determinados benefícios aferidos pelo fato de ser escravo doméstico e bem querido pelo falecido Conselheiro Vale.

<sup>29</sup> - Embora o vocábulo, lançado na França e atrelado à personagem Emma Bovary do romance *Madame Bovary* (2007) lançado por Gustave Flaubert (1821-1880) em 1857, tenha diversos significados inclusive no Brasil, conforme atesta Eliana Maria de Melo Souza em seu artigo *Itinerários do bovarismo* (2013), usamos o termo aqui como sendo uma necessidade que a pessoa, no caso, Helena, tem de transferir para o externo seus sonhos. Desta forma, como a personagem não consegue concretizar seus desejos secretos de se casar com Estácio acaba padecendo deste sonho diante do fato de viver de favor na casa deste e não como sua esposa.



do chefe da família, do senhor-proprietário, é inviolável, e é essa vontade que organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam (CHALHOUB, 2003, p. 19-20).

Ainda sobre a singularidade do terceiro romance machadiano e o retrato da ideologia senhorial exposta nele, Chalhoub afirma que enquanto nos primeiros capítulos a narrativa aponta esse aspecto da vida brasileira do século XIX, explorando as tensões internas que marcavam a classe dominante, com a personagem principal Machado lança os seus virtuais leitores na essência das contradições da classe que constituem essa política específica de dominação (2003, p. 23-24).

A chave do problema, talvez a chave do livro, consiste em perceber que há na personagem Helena, apesar das aparências em contrário, uma visão de mundo que lhe é própria, e que não pode ser entendida se referida apenas à ideologia senhorial. Dito de outra forma, a protagonista decerto conhecia e compartilhava os significados sociais gerais que, regidos por Estácio e criaturas semelhantes, reproduziam aquele universo de relações sociais; o fato crucial, no entanto, é que Helena, por sua posição ambivalente, está condenada a uma introjeção crítica dos valores e significados que organizam o mundo a partir do ponto de vista de Estácio (CHALHOUB, 2003, p. 24).

Antes de lançar o seu quarto romance *Iaiá Garcia* (1878), Machado colabora com a revista *Ilustração Brasileira*. A contribuição tem início em julho de 1876 e vai até abril de 1878. Durante esse período, o escritor publica trabalhos em todas as edições do periódico. Paralelamente aos textos que estampam a revista, em janeiro deste ano, o ficcionista inicia no jornal *O Cruzeiro* a publicação em forma folhetinesca dos capítulos que compõem o seu quarto trabalho.

Com *Iaiá Garcia* (2008), conforme muitos críticos apontam entre eles Roberto Schwarz, chega-se ao fim da chamada primeira fase romanesca de Machado de Assis composta pelos quatro primeiras narrativas longas. Após conhecer o cinismo ingênuo de *A mão e a luva* e do purismo de *Helena*, os leitores se depararão com uma enunciação em que há um completo desencanto.

Uma posição circunspecta, por assim dizer adulta, que não se priva da reflexão e dos sentimentos desabusados, nem do apoio e da ordem estabelecida (e que é um compromisso entre a exigência moral de Helena e o realismo de Guiomar). É ela a responsável pelo livro sem humor. Melhor, pontos de vista de uma audácia muitas vezes excepcional ficam parados na sombra, sem outro efeito que o de existirem. Seu pessimismo não se expande em desapego ou na vivacidade do comentário crítico, e tem alguma coisa irredimida, contrária também à beleza literária (SCHWARZ, 2003, p. 151).

No enredo deste quarto romance machadiano, o leitor encontrará a história vivida por Iaiá, filha do funcionário público Luís Garcia que, além de viúvo, mantinha laços de amizade com a família da também viúva Valéria Gomes, cujo filho Jorge está apaixonado por Estela, filha do funcionário do falecido marido, entretanto, tal sentimento não pode ser concretizado pela diferença social e em virtude de a mãe querer que o mesmo contraia núpcias com alguém da mesma condição sócio-econômica.

Para evitar que o filho se case com alguém abaixo de sua reputação, Valéria obriga Jorge a alistar-se no Exército e lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870). Atendendo as súplicas da matriarca, ele vai para o front, de onde volta com alta patente das Forças Armadas, entretanto, entre uma batalha e outra, Jorge sempre pensa em Estela, porém, ficou chocado quando soube que esta se casou com Luís Garcia em virtude das boas relações que ela mantinha com a filha do funcionário público, Iaiá.

Jorge volta para a vida civil e com o falecimento da mãe, conduz sua existência a partir dos contatos que fez durante a batalha e os benefícios aferidos com a morte da matriarca da família. No desenrolar da narrativa, Luís Garcia falece e o ex-amado de sua esposa acaba contraindo matrimônio com a sua filha Iaiá.

Em *Iaiá Garcia* [grifos do original], desde as primeiras páginas o leitor percebe a realidade mais abundante, menos esquemática, e ainda assim melhor unificada. Como era de esperar, a apreciação realista das relações sociais é propícia também ao realismo literário, e se não assegura o ângulo crítico radical, pois pode se associar a uma atitude conformista, assegura a propriedade e a latitude na incorporação da empiria (SCHWARZ, 2003, p. 152).

## **Segunda fase**

A chamada segunda fase romanesca de Machado de Assis, conforme muitos críticos apontam, tem início com a publicação em folhetim das *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1998). Elas vêm a público em 1880, após retiro do folhetinista em Petrópolis – consta que foi essa a única vez que ele saiu da cidade do Rio de Janeiro – para cuidar de problemas de saúde. O romance, que sai integralmente em forma de livro em 1881, é narrado na primeira pessoa e traz a história de Brás Cubas que herda fortuna do pai, mantém-se solteiro por toda a vida, conforme aponta no final de suas enunciações de defunto-autor: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria” (ASSIS, 2008, p. 176).

Em suas memórias, Brás conta as peripécias de sua existência desde a infância quando quebrou a cabeça de uma escrava porque ela se recusara a dar-lhe doce antes que estivesse pronto. Passa pela adolescência e os primeiros amores e a necessidade de abandoná-los por conta de compromissos familiares, a viagem ao exterior para frequentar uma universidade, como era próprio das famílias abastadas da época. Entre esses relacionamentos sentimentais, há um específico com Eugênia, filha dona Eusébia amiga da família. A alcunha da moça, *Flor da moita*, lembrava a sua condição de filha de pai desconhecido.

Ainda no que diz respeito aos seus périclos, o narrador resgata, após a sua morte, o seu envolvimento com Marcela, além de recuperar as histórias de seu amor pela namorada Virgília que acaba casando com o político Lobo Neves, mas se torna sua amante por muitos anos. Ele relata ainda sua relação conturbada com o cunhado Cotrim. Os leitores encontrarão ainda o relacionamento de Brás Cubas com o escravo Prudêncio desde a infância até o dia em que o encontrou na condição de alforriado, surrando um cativo que comprou.

No âmbito político, destacamos uma passagem do capítulo IV *A ideia fixa* (ASSIS, 1998, p. 20-21), cuja leitura metafórica possibilita uma miríade significativa de interpretações tendo em vista o seu conteúdo.

Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem? Mal comparando, é como a arraia-miúda, que se acolhia à sombra do castelo feudal; caiu este e a arraia ficou. Verdade é que se fez graúda e castelã... Não, a comparação não presta (ASSIS, 1998, p. 21).

Somente esse trecho suscita-nos uma série de observações sobre as reais intenções do autor ao colocá-lo no final deste capítulo. Entretanto, sobre a obra em si podemos dizer que esse quinto romance machadiano é considerado um divisor de águas em sua obra, ao ponto de afirmarmos que a partir das *Memórias* a produção romanesca de Machado de Assis se divide em dois momentos. A primeira seria composta pelos quatro primeiros livros e o segundo inicia-se a autobiografia de Brás Cubas, além das referências à sátira menipéia, conforme atesta Enylton de Sá Rego. Segundo ele, “[...] a partir da metade da década dos setenta que Machado passa a se servir da tradição da sátira menipéia, tradição que aparece pela primeira vez em seus romances” (SÁ REGO, 1989, p. 8) como nas *Memórias*.

Outro que analisou a prosa considerada como sendo a virada na vida romanesca do ficcionista brasileiro foi Alfredo Bosi para quem, com a criação da personagem Brás Cubas, Machado

[...] passou a lidar com o foco narrativo de primeira pessoa. O estilo de memorialista poderia ser interpretado como um procedimento retórico escolhido para conferir verossimilhança ao relato, supondo-se que o narrador, ao assumir-se como sujeito do enunciado, seja a testemunha mais idônea para contar a sua própria história. Em princípio o *eu* [grifo do original] fala só do que viu e do que sabe ou lhe parece e, nesse sentido, a sua percepção seria mais realista que a do narrador onisciente que afeta conhecer tudo o que se passa fora e dentro das personagens (BOSI, 2006, p. 7).

Passando pela volubilidade do narrador, conforme demonstrou Roberto Schwarz em seu estudo sobre o folhetinista, no qual aponta que “Brás encarna perfeitamente o princípio da subjetividade moderna, que não acata limitações e se sabe intitulada à totalidade do que o mundo tem a oferecer de mais recente”(2001, p. 64), temos claro que a sociedade brasileira retratada nesse quinto romance por Machado de Assis estava estruturada sob a norma liberal paradoxalmente associada ao trabalho escravo, cujo casamento ficcional entre Brás Cubas e Eugênia não poderia se concretizar.

Ao lado da norma liberal e com presença tão sistematizada quanto a dela, há aqui uma ideologia familista, calcada na parentela de tipo brasileiro, com seu sistema de obrigações filiais e paternas abarcando escravos, dependentes, compradores, afilhados e aliados, além dos parentes. Esta ideologia empresta familiaridade e decoro patriarcal ao conúbio difícil de relações escravistas, clientelistas e burguesas. À *condenação* liberal da sociedade brasileira, estridente e inócua, soma-se a sua *justificação* pela piedade do vínculo familiar, cuja hipocrisia é outra especialidade machadiana. Condenação e justificação contribuem igualmente para o concerto de vozes inacessíveis em que consiste esse romance (SCHWARZ, 2001, p. 70).

Antes de publicar, *Quincas Borba* (1985), obra tida por muitos como a continuidade das *Memórias*<sup>30</sup>, Machado ficou sem escrever romances por dez anos, portanto, essa sexta obra só foi lançada em 1891. Durante esse período publicou o livro

---

<sup>30</sup> - No prólogo da terceira edição publicada em 1899, o próprio Machado já aponta que *Quincas Borba* não é uma continuidade de *Memórias*. “Um amigo e confrade ilustre tem teimado comigo para que dê a este livro o seguimento de outro. ‘Com as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, donde este proveio, fará você uma trilogia, e a Sofia de *Quincas Borba* ocupará exclusivamente a terceira parte’. Agora tempo cuidei que podia ser, mas relendo agora essas páginas concluo que não. A Sofia está aqui toda. Continuá-la seria repeti-la, e acaso repetir o mesmo seria pecado. Creio que foi assim que me tacharam este e alguns outros dos livros que vim compondo pelo tempo fora no silêncio da minha vida. Vozes houve, generosas e fortes, que então me defenderam; já lhe agradei em particular, agora o faço cordial e publicamente [grifos do original]” (ASSIS, 2008, p. 761).

de contos *Histórias sem data* (1884), além de escrever várias crônicas para os jornais cariocas, cujos conteúdos vão do fim da escravidão ao enfraquecimento do trono, culminando com a sua extinção em 1889, tudo de forma irônica e metafórica. Exemplo deste tipo de narrativa jornalística pode ser encontrado em um texto publicado no dia 9 de setembro de 1884, no jornal *Gazeta de Notícias* e que integra a série *Balas de Estalo* (1998). A significância da crônica na obra machadiana reside no fato de que a mesma “[...] vive amarrada ao cotidiano, ou ao rés do chão, e ao humor, tendo em vista que a vida diária das gentes e da sociedade brasileira mudou nos últimos cem anos” (FACIOLI, Apud CRUZ JR, 2002, p. 9).

Além das crônicas, o romancista escreveu o conto longo *Casa Velha*(1994). A narrativa foi publicada entre 1885 e 1886 na revista carioca *A estação*. A história contendo nove capítulos foi editada em 25 edições daquele periódico. De acordo com John Gledson, essa enunciação machadiana ficou esquecida pelo público até 1944 ao ser recuperada e republicada de maneira integral pela crítica e biógrafa de Machado de Assis, Lucia Miguel-Pereira [1901-1959](GLEDSON, 2003, p. 37).

Assim como ocorreu em *Iaiá Garcia* (2008), nesse texto, cuja narrativa excede a maioria dos contos machadianos, o leitor encontrará novamente a questão da relação sentimental entre duas pessoas pertencentes a estratos sociais diferentes da sociedade brasileira do século XIX. Em virtude das dissonâncias sociais existentes entre o casal, o idílio amoroso não pode se concretizar e, para que o objetivo da matriarca da família e mãe do jovem se concretize ela tenta mandá-lo estudar na Europa.

O narrador ficcional de *Casa Velha* [grifos do original] é um velho cônego da Capela Imperial; lembra (em data indeterminada) os eventos em que se envolveu muitos anos antes, em 1839, quando tinha trinta e dois anos. Estes eventos giram em torno dos habitantes da própria Casa Velha, uma aristocrática casa nos arredores do Rio, descrita, com sua imponente solidez e autossuficiência, no primeiro capítulo. Dona Antônia, a chefe da família, é a viúva de um ex-ministro de Pedro I; seu único filho, Félix, apaixonou-se por Lalau (Cláudia), uma agregada que foi criada por Dona Antônia, após ficar órfã em 1831. O padre-narrador, que foi à casa pela primeira vez em busca de documentos para uma planejada história do Primeiro Reinado, envolve-se no drama criado por essa situação porque, apesar de seu afeto por Lalau, Dona Antônia não pôde aceitar um casamento de seu filho abaixo de sua condição social. O padre tenta persuadi-la a permitir o casamento, até que ela, como último recurso, sugere que o casamento dos dois seria incestuoso; Lalau, insinua (embora não declare), é produto de um caso ilícito entre seu falecido marido e a mãe da menina (agora morta). O padre, então, fica do lado de Dona Antônia e ajuda-a a separar os enamorados, dizendo-lhes a “verdade”

sobre a origem dos dois. Mas, no último dia de suas pesquisas históricas, ele descobre um bilhete, escrito pelo ex-Ministro, que se refere a uma criança morta (“um anjinho”). Achando que este “anjinho” (e não Lalau) pode ter sido o produto do caso amoroso, ele conversa com a tia de Lalau e descobre a verdade. Lalau não é a filha do ex-Ministro, mas sua mãe realmente teve um caso com ele, que resultou no “anjinho”. Quando esta notícia é revelada a Dona Antônia, ela fica altamente chocada, pois sua “revelação” inicial era uma simples mentira, visando a obter a ajuda do padre. No entanto, mesmo agora, que o principal empecilho para o casamento está afastado, Lalau recusa-se a casar com Félix, dizendo que não pode esposar o filho de um homem que desonrou sua mãe, a quem ela adorava. No fim, cada qual se casa dentro de sua classe social e o comentário final do narrador é: “Se ele e Lalau foram felizes, não sei; mas foram honestos, e basta” (GLEDSON, 2003, p. 38-39).

Em linhas gerais, através dessa breve apresentação deste conto feita por John Gledson, podemos dizer que a tônica das enunciações machadianas pautava-se pelas questões sociais e o relacionamento entre pessoas de classes distintas e a impossibilidade de se manterem no mesmo nível desejado em virtude de seus pertencimentos classicistas. Esse seria o mote principal da narrativa de *Casa Velha*, entretanto, em uma espécie de segunda enunciação é possível o leitor encontrar lampejos da história do Brasil, principalmente no que diz respeito ao período da história, ou seja, entre o Primeiro e o Segundo Reinado.

As especulações políticas e históricas de Machado muitas vezes são assim ocultas e implícitas. Mas podem ser desvendadas e compõem, com muito mais frequência do que suspeitavam os críticos, um aspecto essencial de suas intenções como escritor (GLEDSON, 2003, p. 49).

Isso é possível, porque nos textos do escritor carioca, a enunciação

[...] ganha relevo e sentido enquanto prática social autônoma da linguagem e permite sua decifração fundada numa ironia estratégica, onde falam muitas vozes, todas mediadoras da “verdade” do escritor, que se utiliza delas de múltiplas formas, sem que a opinião de Machado de Assis se imponha autoritariamente (FACIOLI, Apud CRUZ JR, 2002, p.10).

Essas particularidades machadianas também estão presentes no sexto romance do ficcionista: *Quincas Borba* (1985). Nesta enunciação, cuja serialização começa na revista *Estação* e posteriormente publicado em 1891 pela editora Garnier, o leitor encontrará a história de Quincas Borba que aparece inicialmente no romance anterior *Memórias póstumas*, que, seguindo exemplo da origem de sua fortuna, a deixa em testamento para o amigo Rubião, professor em Barbacena, interior de Minas Gerais.

Junto com o dinheiro, o educador recebe como compromisso a obrigação de cuidador do cachorro do seu benfeitor, também chamado de Quincas Borba.

Após se apropriar da herança, Rubião muda-se para o Rio de Janeiro, sede da Corte imperial. Durante o traslado conhece o casal Cristiano Palha e Sofia que promete ao novo milionário apresentar a capital da monarquia, juntamente com seus amigos, além de proteger-lhe de espertalhões para não perder a fortuna deixada pelo amigo filósofo.

Com a convivência, a mulher de Palha observa que Rubião devota-lhe sentimentos especiais e compreende, sob a influência do marido, que pode obter dividendos com essa devoção do professor-milionário que se declara a ela durante um baile. Mesmo indignada, Sofia continua o jogo, pois Cristiano devia muito dinheiro a ele e, além disso, tinha outros interesses, como se tornar sócio de Rubião, coisa que acontece tempos depois.

A consequência diante do deslumbramento do herdeiro por Sofia, o esposo desta passa a administrar todos os recursos da sociedade e, após estar estabelecido financeiramente, rompe com Rubião que não deixa de assediá-la a mulher do ex-sócio, a ponto de um determinado dia, se encontrar com ela no interior de uma carruagem dizendo que era Napoleão III, indicando que poderia estar demente. A notícia de sua insanidade espalha-se pela cidade e os Palhas assumem os cuidados com o doente que é transferido para uma residência mais simples e de lá para um hospício de onde consegue escapar na companhia do cachorro Quincas Borba.

O destino dos dois é Barbacena, cidade natal do professor. Por não ser recepcionado por nenhum dos moradores, acaba dormindo na rua em companhia do cão. No dia seguinte, o amigo do filósofo morre acreditando ser Napoleão III. Em linhas gerais, esse é o conteúdo do sexto romance de Machado de Assis, cuja época histórica aborda os anos de 1867 e 1871, ou seja, o período em que a Monarquia começa seu declínio, chegando a ruína e a sua completa eliminação em 1889. Entre os fatos, podemos destacar “[...] a Guerra do Paraguai, que se prolongou até o início de 1870, e a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871” (GLEDSON, 2003, p. 74). Devemos enfatizar ainda

[...] a mudança de governo, em 1868 quando o Imperador, face a uma Câmara de Deputados dominada pelo Partido Liberal, impôs o velho líder do Partido Conservador, o Visconde de Itaboraí, como presidente do Conselho, acontecimento chamado

na hora de “estelionato” e posteriormente de golpe de estado (2003, p. 74).

Por outro lado, a obra machadiana se destaca pela apresentação da possibilidade que as personagens demonstram de se passar de uma classe para outra. Desta forma,

[...] a principal escada utilizada com esse objetivo são os negócios, e Cristiano Palha, ex-seminarista, junto com sua esposa Sofia, filha de um funcionário público, são mostrados com cuidadosos detalhes, em sua suave e cínica ascensão através dos escalões sociais. A mudança de uma sociedade estável para outra (relativamente) fluida é obviamente muito importante e representa uma mudança, claro, não apenas com relação a *Casa Velha*, mas a *Brás Cubas* também. Vale a pena lembrar que Brás morre em 1869; ele não apenas pertence a um mundo anterior: a própria data é simbólica, porque Machado parece situar precisa e especificamente, no fim da década de 1860, a mudança de um tipo de sociedade para outro e, conseqüentemente, de um tipo de trama para outro [grifos do original] (GLEDSON, 2003, p. 74).

De qualquer forma, é possível dizermos que *Quincas Borba* seria visto pela crítica como uma importante ruptura na ficção do próprio autor, mesmo que este romance possa demonstrar certa continuidade dos livros anteriores, entretanto, apresenta uma composição difícil já que precisou passar por ajustes, sendo que um dos mais difíceis, conforme aponta Gledson, diz respeito à questão política personificada no desafio de reproduzir a partir da perspectiva ficcional a crise política iniciada no final da década de 60 do século XIX (GLEDSON, 2003, p. 85-85).

Os romances realistas, afinal, davam muitos modelos para os comerciantes em ascensão, e Palha, sutilmente retratado como ele é, parece ter apresentado, relativamente, pouca dificuldade para Machado (isto, a julgar pelas mudanças entre as duas versões do romance que, neste caso, são mínimas) (2003, p. 85).

Após a publicação de *Quincas Borba*, Machado só voltaria à forma romanesca em 1899 com o que se pode chamar de sua obra mais complexa: *Dom Casmurro* (2008). Durante o intervalo entre sua sexta narrativa longa e o sétimo livro, o escritor publicou dois livros de contos: *Várias Histórias* (1896) e *Páginas recolhidas* (1899). Do primeiro, o conto *A cartomante* (1997) talvez seja o mais famoso pela sua temática envolvendo traição e exercício de adivinhação e também o texto *Um homem célebre* (2004), cuja enunciação retrata a história de Pestana, um pianista que sonhava compor músicas semelhantes a Mozart, mas se torna famoso pelas polcas, entretanto não dá a



mínima importância a isso, pois desejava mesmo se igualar aos grandes músicos clássicos.

Compõe também *Várias Histórias* o conto *O enfermeiro*, cuja história enfoca a relação entre o *coronel* Felisberto e o *enfermeiro* Procópio José Gomes Valongo. O primeiro, por se encontrar em enfermidade letal, estava sob os cuidados do segundo que consegue o trabalho graças à influência de um pároco de Niterói para quem havia prestado serviços de escrita. O ápice da relação entre ambos é a morte de Felisberto, assassinado pelo enfermeiro após um ataque de raiva que acometeu o enfermeiro depois de mais uma série de sevícias praticadas pelo patrão que, mesmo sendo violento, legou ao seu empregado toda a sua fortuna.

No que diz respeito ao segundo livro de contos, há várias histórias, entre elas *O dicionário* (2004) e *Caso da Vara* (2004). No primeiro, a narrativa diz respeito ao tanoeiro Bernardino que achava que “este mundo é um imenso tonel de marmelada, e em política pedia o trono para a multidão” (ASSIS, 2004, p. 289). O segundo relata a existência de uma escrava, Lucrécia, que vivia sendo surrada pela sua proprietária, Sinhá Rita, por qualquer falta que cometesse. Determinado dia, antes de 1850, conforme o narrador aponta, chega a casa Damião que havia fugido do seminário e pedia o auxílio da matriarca para não ser punido pelo pai.

Enquanto este solicitava as súplicas de Rita para que intercedesse por ele em relação ao seu pai, Damião conversa com a escrava que, novamente comete falta e seria punida, porém, ela pede ao jovem que a defenda, evitando sofrer novas sevícias. Em linhas gerais, a dona da casa consegue aliviar a situação do jovem seminarista, porém, este, para não perder o apoio da matriarca, não cumpre o trato que fez com Lucrécia que é severamente açoitada.

Já em *Dom Casmurro* a narrativa é centrada em torno do casal Bento Santiago e sua esposa e amor de infância Capitulina. De maneira geral, a história pode ser apresentada a partir do nascimento do enunciador, após a morte do primeiro filho de dona Glória que, em virtude disso, faz promessa ao seu santo de devoção que, se o próximo filho sobrevivesse, o faria padre.

Após a morte do marido, a mãe de Bentinho muda-se para o Rio de Janeiro - capital do Império -, indo morar em Mata-cavalos onde o filho adolescente conhece a filha do funcionário público Pádua e com ela mantém estreito laço de amizade, ao ponto de o agregado da casa, José Dias, alertar a matriarca dos Santiago sobre a hipótese dela não ver a sua promessa realizada, ante a possibilidade de Bento e Capitu iniciarem um

namoro. Ao saberem da conversa que o agregado tivera com a mãe do adolescente, tanto ele quanto Capitu tenta articular de todas as formas para que Bentinho não ingresse no seminário, inclusive recorrer ao Imperador D. Pedro II, tido como representante divino na terra. Entretanto, apesar de todas as confabulações, o filho acaba fazendo a vontade da mãe e inicia seus estudos para se tornar padre.

No seminário, Bento Santiago conhece Ezequiel Escobar que o ajuda a abandonar os estudos para se casar com o seu amor de infância. A saída encontrada para que o narrador realizasse seu sonho de infância, foi dona Glória custear os estudos de um jovem pobre, fazendo-o padre e desta forma, a promessa seria cumprida e o filho desta voltaria para os braços de sua amada, mas antes do casamento, iria para São Paulo cursar Direito, juntamente com Ezequiel Escobar.

A maneira como o narrador apresenta a história, ou seja, do presente para o passado em uma espécie de autobiografia, é possível ao leitor entender que todas as adjetivações negativas que atribui à sua esposa, no momento da enunciação já morta, advêm de observações feitas por José Dias quando o casmurro era adolescente. Desta forma, apresenta a esposa como adúltera por achar que ela o traiu com o seu melhor amigo Ezequiel Escobar. A suposta prova da traição seria o filho que tem o nome dele: Ezequiel. Ele acaba desterrando-a como esposa adúltera e enterra a mãe como santa. “A conclusão à qual Santiago gradualmente leva o leitor é que a traição perpetrada por sua adorável esposa e seu adorável amigo age sobre ele, transformando o gentil, amável e ingênuo Bentinho no duro, cruel e cínico Dom Casmurro” (CALDWELL, 2002, p. 29).

Este romance apresenta não somente essa questão, qual seja, do adultério de Capitu, mas também vários elementos anunciativos que possibilitam aos leitores se aproximarem do que pode ser a verdade da virulência narrativa que Bentinho, o casmurro, usa para endeusar a mãe e satanizar a esposa, entre elas, o fato de viver numa sociedade patriarcal do século XIX em que o ambiente privado estava reservado às mulheres e o mundo público aos homens. Portanto, ao demonstrar publicamente um suposto comportamento que deveria ser específico à vida doméstica, Capitolina teria extrapolado essa ambientação, levando o marido a desconfiar de sua fidelidade.

O penúltimo romance de Machado e objeto de análise nesta dissertação foi *Esau e Jacó*, publicado inicialmente em 1904, cinco anos depois de *Dom Casmurro*, após consumir mais de três anos de trabalho de seu autor. Nesta obra, o leitor encontrará diversas referências sobre a História do Brasil, mais especificamente os fatos que marcaram o fim do Império e o começo da República. A transposição de um regime

governamental para o outro aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, após sucessivas crises na Monarquia, que se acentuaram a partir do final da década de 60 do século XIX.

Sendo assim, a enunciação que compõe os 121 capítulos percorre o período entre 1871 e 1894, ou seja, a partir do ano em que foi promulgada a lei do Ventre Livre, a “Lei Rio Branco” que entrou em vigor no dia 28 de setembro, até os primeiros anos do governo civil da República Brasileira, isto é, a gestão de Prudente José de Moraes e Moraes (1841-1902). A narrativa percorre vários fatos dessa época, tendo como personagens a família do banqueiro Agostinho Santos que se torna barão do Império por determinação do monarca, seus dois filhos Pedro e Paulo – protagonistas principais que disputam tudo, inclusive o coração da jovem Flora -, o casal Batista que vive de conchavo político e de forma não tão secundária, Bárbara a sibila do Castelo e o espírita Plácido, além do financista Nóbrega que faz fortuna especulando na bolsa de valores a partir de uma esmola deixada por Natividade, esposa do banqueiro após uma visita ao Morro do Castelo.

Essa oitava obra machadiana deveria se chamar *Último*, conforme constava no primeiro contrato que o escritor assinou com seu editor e também em carta na qual fazia referência ao seu penúltimo romance (GUIMARÃES, Apud ASSIS, 2012, p. 9).

Ao percorrer em ordem cronológica o conjunto dos escritos machadianos do início do século XX, vemos que essa sugestão de romance derradeiro, contida no título original, se manteve até às vésperas da publicação. [...]. Entretanto, apesar de modificado o título, mantiveram-se em *Esau e Jacó* [grifos meus] as marcas do romance de desfecho e liquidação que o título original sugeria. Nele, o escritor levou a um nível extremo de complexidade sua produção ficcional, na qual a problematização do enredo e das convenções narrativas muitas vezes assume o primeiro plano da narração, sobrepondo-se ao que está sendo contado. Se existe uma teoria da composição ficcional de Machado de Assis, formulada no próprio fazer da ficção, ela encontra sua melhor forma em *Esau e Jacó* (GUIMARÃES, Apud ASSIS, 2012, p. 9-10).

Em 1908 é publicada a última enunciação romanesca de Machado de Assis, teoricamente vista como continuidade da anterior, já que a história é fruto dos cadernos deixados pelo narrador Conselheiro Aires<sup>31</sup> que, além de enunciador como em *Esau e Jacó*, é também personagem deste texto que fechou a série de nove romances.

---

<sup>31</sup> - Através das advertências contidas as duas últimas obras machadianas, o texto “ressalta um procedimento literário comum, que é fazer crer ao leitor que a narrativa foi realizada a partir de um manuscrito encontrado, por exemplo, num baú” (LEONEL, 2012, p. 14).

O *Memorial* começou a circular no Rio de Janeiro no fim de julho de 1908, quando o escritor, já abatido pela doença<sup>32</sup>, manifestava aos amigos a consciência de que este sim era o último romance, antecipando o desfecho, que se daria em 29 de setembro de 1908, com a morte do autor aos 69 anos (GUIMARÃES, Apud ASSIS, 2012, p. 9).

A narrativa engloba os anos de 1888-1889, ou seja, os dois últimos anos da Monarquia e entre outras histórias, reproduz ficcionalmente a problemática da libertação dos escravos retratada a partir de ações de determinados proprietários que alforriaram seus cativos, entre eles, o Barão de Santa Pia, que age desta forma, apenas para garantir o direito de fazer o que bem entender com suas propriedades. “Machado muitas vezes usou da ironia contra pessoas que transformavam algo inevitável em virtude; neste caso, ele se mostra até relativamente sóbrio” (GLEDSON, 2003, p. 25). O fazendeiro, defensor da escravidão enquanto sistema econômico, acaba por morrer três meses depois do fim da escravidão: agosto de 1888.

É interessante observarmos também como o diplomata aposentado José Marcondes Aires expõe sua opinião sobre o sistema escravista, justamente no momento em que ele é eliminado por determinação da Princesa Isabel que ocupava o trono em mais uma das sucessivas ausências do seu pai, o Imperador D. Pedro II. Ação essa que poderia lhe garantir a sucessão na coroa, mesmo que a Constituição de 1824 apontasse o contrário, ou seja, que o cargo de monarca seria ocupado por um homem que estivesse na linha sucessória e não uma mulher.

Ainda bem que acabamos com isso. Em tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine<sup>33</sup>, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde “a casa Gonçalves Pereira” lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame de Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador (ASSIS, 2013, p. 40).

---

<sup>32</sup> - Durante o seu padecimento físico, Machado recebeu a visita de Astrogildo Pereira, que se tornou uma das mais emblemáticas figuras do comunismo brasileiro na década de 20 do século XX, além de ser uma das personagens principais do romance de Moacyr Scliar: *Eu vos abraço, milhões* (2010).

<sup>33</sup> - A referência diz respeito ao poeta romântico alemão Christian Johann Heinrich Heine (1797-1856) que usou suas obras literárias como ferramenta de engajamento político para fazer críticas à sociedade alemã da época influenciada pelos ideais da Revolução Francesa.

Após uma breve exposição e análise do conjunto da obra de Machado de Assis, acreditamos que ela apresenta aos seus leitores, sejam eles do século XX ou deste início de Terceiro Milênio, “a emergência de um intelecto estável consistente, com ideias e formas que aparecem, reaparecem e se desenvolvem” (CALDWELL, 2022, p. 13), possibilitando a compreensão de um período singular da vida brasileira retratada em seus diversos textos, sejam os contos, as crônicas ou a expressada por meio de seus nove romances. É o que tentaremos expor no próximo capítulo.

## Capítulo 2

### O Brasil retratado por Machado de Assis

Ler as páginas compostas pelo escritor Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) é, antes de tudo, acessar um universo poético repleto por personagens singulares e de caráter volúvel e cheio de dubiedades, conforme o narrador de *Dom Casmurro* (2008) apresenta o seu Bento Santiago, ciumento e apaixonado pela sua amiga de infância Capitu, bem como a ardilosa Sofia que encanta, enquanto ludibria Rubião em *Quincas Borba* (1985). E o que dizer então de Brás Cubas que, ao morrer, resolve escrever suas memórias recheadas de casos amorosos e acordos políticos no Brasil Oitocentista, além da enunciação em que um negro, após ser alforriado pelo seu proprietário, adquire um escravo e passa a surrá-lo por qualquer coisa. Nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1998), o leitor encontrará uma reflexão do enunciador que retrata como funciona o Estado brasileiro, confirmando as observações feitas anos mais tarde pelo cientista político Renato Lessa, em seu livro *A invenção Republicana* (1999).

No romance, a abordagem se encontra na metade do capítulo IV: *A ideia fixa*. Nele, o defunto-narrador pergunta: “Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem?” (ASSIS, 1998, p. 21). A interpelação é instigante, pois usando da metáfora<sup>34</sup>, Machado de Assis pretende apontar, de maneira indireta, o funcionamento da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX.

Portanto, para nós esse apontamento feito pelo romancista em 1880, foi recuperado no final do século XX pelo Lessa em sua tentativa de compreender um dos

---

<sup>34</sup> - Metáfora é compreendida aqui não apenas no seu sentido literário, isto é, como recurso que determinado autor usa para expressar seu pensamento sobre coisas específicas, mas também na condição de possibilitar ao poeta a utilizá-la para além do conceito. Ou seja, “[...] não é uma reunião de traços individuais, que foram procurados para compor um todo, mas uma pessoa insistentemente viva, perante seus olhos, que se distingue da visão similar do pintor pelo fato de continuar a viver e agir” (NIEZTSCHÉ, 1992, p. 59).

aspectos singulares do Estado patrimonialista brasileiro. Ele resgata a “doutrina Alves Branco” edificada pelo ministro Manuel Alves Branco (1797-1855) – Visconde de Caravelas<sup>35</sup>. Um desses dispositivos coletados pelo cientista político diz respeito ao relacionamento entre o governo e o partido que se encontra no poder, ou seja, que preside o conselho de Ministros.

[...]. De acordo com o ministro, os funcionários públicos devem lealdade não ao Estado, entidade abstrata, mas ao governo que, de modo prático, realiza a obra administrativa. Daí segue-se perverso silogismo: se os funcionários públicos devem lealdade ao governo e se o governo é a materialização de uma diretriz partidária, logo aqueles funcionários devem obediência compulsória ao partido que ocupa o governo [...].

A doutrina banaliza prática que se tornará corrente em todo o período imperial. À medida em que se estabelece algum rodízio dos partidos no poder, por escolha imperial, haverá ampla redistribuição de cargos e empregos no serviço público (LESSA, 1999, p. 41-42).

Desta forma, seguindo as observações que Renato Lessa faz sobre outro período da história brasileira (1840-1850) porém, útil para os nossos objetivos, podemos dizer que Machado de Assis, ao transpor para o universo ficcional uma característica peculiar da vida política nacional durante o período abordado em seu romance e em outros textos, como o conto *Capítulo dos Chapéus* (2004), estava representando através da ficção um pequeno fragmento histórico dessa sociedade.

A literatura, enquanto atividade artística, e a história têm finalidades específicas de reprodução do real; com a literatura o homem relaciona-se imaginariamente com a realidade histórica. Mas, por seu turno, a ficção não é antagônica do real; ao criar um real imaginário, ela não deixa de representar um real verídico, existente (SEGATTO, 2007, p. 139).

A partir dessas observações, podemos afirmar que o escritor Machado de Assis se iguala aos literatos que compuseram obras vistas como chaves capazes de abrir-nos portas de quartos históricos, sem as quais não saberíamos como iniciar a nossa jornada pelo conhecimento de uma determinada realidade, pautada pelos seus costumes e práticas políticas, como no Brasil Oitocentista.

De qualquer forma, o escritor carioca, além de proporcionar, por meio de sua ficção, que os seus leitores enveredem por caminhos que os levem a compreender a

---

<sup>35</sup> - Ocupou vários cargos na estrutura administrativa e legislativa na Monarquia, entre eles, o de presidente do Conselho de Ministros do Império entre 1847-1848 e Senador, empossado em 1834, ficando até a sua morte em 1855.

passagem da Monarquia à República, também faz importantes observações que nos possibilitem deslindar uma parte da alma humana, fazendo parte do rol de romancistas, cronistas singulares como Jane Austen (1775-1817) e Honoré de Balzac (1799-1850).

Machado fez isso usando a matéria que dispunha ao seu redor e disponibilizada pela sociedade carioca e sede da Corte<sup>36</sup>, cujas peculiaridades de suas personagens são encontradas em outras obras romanescas escritas em outros países e épocas históricas diferentes. Ele foi capaz dessa empreita porque “[...] o poeta só é poeta porque se vê cercado de figuras que vivem e atuam diante dele e em cujo ser mais íntimo seu olhar penetra” (NIETZSCHE, 1992, p. 59).

A partir das observações do universo que o circundava, o romancista pode criar tipos possuidores de características que podem ser encontradas em outras obras. Esse é o caso do banqueiro e futuro barão do Império, Agostinho Santos, integrante do romance *Esauí e Jacó* (2008) – que será analisado no corpo dessa dissertação. No capítulo IX: Vista de Palácio (ASSIS, 2008, p. 1.088-1.089), o financista, pai dos gêmeos Pedro e Paulo, estava andando pelas ruas do Rio de Janeiro no interior de seu cupê, quando passa defronte ao palácio Nova Friburgo e o olha com o mesmo desejo de antes. Ele cobiçava adquiri-lo, sem desconfiar que o prédio futuramente, viria a ser sede do governo republicano. Mas a Agostinho, não importava reflexões sobre o futuro da política.

[...]. Para Santos a questão era só possuí-lo, dar ali grandes festas cheias de admiração, de rancor, ou de inveja. Não pensava nas saudades que as matronas futuras contariam às suas netas, menos ainda nos livros de crônicas, escritos e impressos neste outro século. Santos não tinha a imaginação da posteridade. Via o presente e suas maravilhas.

Já não lhe bastava o que era. A casa de Botafogo, posto que bela, não era um palácio, e depois, não estava tão exposta como aqui no Catete, passagem obrigada de toda a gente, que olharia para as grandes janelas, as grandes portas, as grandes águias no alto, de asas abertas. Quem viesse pelo lado do mar, veria as costas do palácio, os jardins e os lagos... Oh! gozo infinito! Santos imaginava os bronzes, mármore, luzes, flores, danças, carruagens, músicas, ceias... (ASSIS, 2008, p. 1.1089).

Nessa exposição, se evidenciam as intenções do romancista: demonstrar que o banqueiro não precisava daquele imóvel, porém, acalentava sua aquisição pelo desejo

---

<sup>36</sup> - “A palavra ‘corte’ significava tanto a residência física do imperador quanto a cúpula de uma elaborada hierarquia de privilégios. Na base da hierarquia estavam fidalgos, de sangue nobre ou azul. Esse *status* [grifo do original] podia ser herdado, obtido por nomeação a uma das ordens de cavalaria ou adquirido por ordenação como oficial militar” (BARMAN, 2012, p. 28).



de consumir determinado produto, no caso examinado, um imóvel que passaria à sociedade da época a ideia de opulência que Santos pretendia externar com a compra do palácio. A personagem Agostinho Santos envereda-se “na teia da ‘boa sociedade’, nos altos círculos, na comunidade estamental” (FAORO, 2001, p. 30). Portanto, para nós, esse desejo de consumo do supérfluo não é peculiaridade brasileira, mas sim uma característica cultural, conforme aponta Mary Douglas em seu trabalho *O mundo dos bens* (2006).

Segundo ela,

[...] deveríamos saber de que modo os bens funcionam como comunicadores ou, melhor, uma vez que os bens não são agentes ativos, mas apenas sinais, deveríamos saber de que forma são usados. Acontece que tudo depende de qual maneira as pessoas são organizadas, a comunidade como um todo sendo a caixa de sinais. E o que ocorre se não há comunidade, ou se ela é muito tênue? As mensagens serão muito diferentes. Temos de tentar descobrir o sistema de *feed-back*[grifos do original] que se move entre o modo como as pessoas vivem quando dizem coisas sobre si mesmas, através dos bens num determinado ponto do tempo, e o que fazem sobre esse modo de viver depois de receber as mensagens e começar a emitir a nova rodada (DOUGLAS, 2006, p. 43-44).

No começo do século XX, outro economista fez observações semelhantes. Trata-se de Thorstein Veblen (1857-1929) que escreveu *A teoria da classe ociosa* (1980). Pelas análises dele, podemos afirmar que o desejo de Agostinho Santos estava atrelado ao consumo conspícuo, ou improdutivo de bens, que é apenas honorífico, já que diz respeito às proezas de quem se encontra nessa categoria, passando a ser “[...] um requisito da dignidade humana; secundariamente, torna-se tal consumo por si mesmo substancialmente honorífico, especialmente no caso das coisas mais desejáveis” (VEBLEN, 1980, p. 48-49).

Essa peculiaridade conspícua da personagem machadiana como elemento de distinção de classe, aparece também em outros romances. Entre eles, *Persuasão* (2011), da escritora inglesa Jane Austen e *Ilusões perdidas* (2010), do romancista francês Honoré de Balzac. O interesse nos dois literatos nesse trabalho dissertativo reside no fato de que ambos abordaram a mesma temática machadiana exposta nos desejos do banqueiro Santos, porém, em períodos e países diferentes. A primeira retrata peculiaridades da sociedade inglesa do século XVIII, e o segundo autor percorre as entranhas da França na primeira metade do século XIX.

O enredo composto por Austen diz respeito ao amor entre as personagens Anne Elliot e o marinheiro Frederick Wentworth. A realização do idílio entre os dois esbarra na ausência de propriedades e títulos honoríficos que o pretendente não era possuidor. Diante da ausência de posses, Anne é aconselhada pela amiga da família, Lady Russell a recusar o pretendente que se afasta, voltando tempos depois com nobiliarquia e outros bens materiais, passando a ser cotejado por várias mulheres, justamente por seus cabedais financeiros.

Já em Balzac, os bens têm outros significados e suas aquisições dão sentido às pessoas que os compram, sejam simples mercadorias, porém recheadas de significados, como uma roupa - desejo de Èva, irmã de Lucien de Rubenpré, personagem principal de *Ilusões Perdidas*.

Rubenpré seria anunciado na alta sociedade parisiense da época e Èva não gostaria que este se apresentasse com as roupas surradas que usava em seu cotidiano. Além de dar dinheiro para que o jovem reformulasse seu guarda-roupa, a sua irmã Ève “[...] guarneceu-lhe sua melhor camisa com um forro, que alvejou e dobrou ela mesma. Que felicidade quando o viu assim vestido! Como estava orgulhosa de seu irmão! Quantas recomendações! Ela previu todos os pequenos detalhes” (BALZAC, 2010, p. 64).

Retomando *Esau e Jacó*, analisando a enunciação presente no capítulo *Vista de Palácio*, juntamente com os romances de Jane Austen e Honoré de Balzac, podemos afirmar que evidenciam um modo de agir do indivíduo ocidental integrante de um tipo específico de cultura no que diz respeito ao consumo de bens e mercadorias, como imóveis, veículos, cabriolés, cupês, conforme Machado aponta no capítulo IV: *A missa do cupê* (ASSIS, 2008, p. 1.080-1.082).

Às oito horas parou um cupê à porta; o lacaio desceu, abriu a portinhola, desbarretou-se e perfilou-se. Saiu um senhor e deu a mão a uma senhora, a senhora saiu e tomou o braço ao senhor, atravessaram o pedacinho de largo e entraram na igreja. Na sacristia era tudo espanto. A alma que a tais sítios atraía um carro de luxo, cavalos de raça e duas pessoas tão finas não seria as outras almas ali sufragadas. A missa foi ouvida sem pêsames nem lágrimas. Quando acabou, o senhor foi à sacristia dar as espórtulas. O sacristão agasalhando na algibeira a nota de dez mil-réis que recebeu, achou que ela provava a sublimidade do defunto; mas que defunto era esse? O mesmo pensaria a caixa das almas, se pesasse, quando a luva da senhora deixou cair dentro uma pratinha de cinco tostões. Já então havia na igreja meia dúzia de crianças maltrapilhas, e, fora, alguma gente às portas e no largo, esperando. O senhor, chegando à porta, relanceou os olhos,

ainda que vagamente, e viu que era objeto de curiosidade. A senhora trazia os seus no chão. E os dois entraram no carro, com o mesmo gesto, o laçao bateu a portinhola e partiram (ASSIS, 2008, p. 1.081).

O luxo, a pompa que o casal apresentou durante o cerimonial religioso, provoca a inveja de muitos que passaram pela região em que ficava o templo católico. A cobiça ocorreu enquanto o laçao aguardava o retorno dos patrões que participavam da celebração em intenção a uma alma qualquer, mesmo que seja a do parente da pessoa que encomendou tal ritual.

Ao longo da narrativa, o leitor saberá que os dois que estiveram naquela igreja formavam o casal Agostinho Santos e Natividade, pais dos gêmeos Pedro e Paulo que disputavam o coração da indecisa Flora, filha do advogado Batista, alinhado com os conservadores, e de Cláudia. A dupla vive de conchavo político com os partidos Conservador e o Liberal.

Machado de Assis criou ainda outros tipos que personificam e estilizam características universais, próprias da espécie humana. Um exemplo é Bento Santiago, narrador-personagem de *Dom Casmurro*. O enfoque deste romance, cujo período histórico percorre os anos de 1871 a 1899 quando a Monarquia começa a sua vertiginosa queda até o último ano do século, quando o país já era republicano – é o ciúme que o ex-seminarista e advogado Bentinho sente da esposa, Capitu amor de infância. Esse sentimento o corrói, a ponto de desterrar a mulher por desconfiar de adultério praticado por ela com o seu melhor amigo, Escobar e o fruto dessa suposta infidelidade é o filho Ezequiel.

Nessa obra, publicada em 1899, o leitor encontrará a personagem José Dias, agregado da família de Bentinho. Ele adora usar os superlativos, principalmente quando está diante da matriarca dos Santiagos e os demais serviçais e dependentes da família. Para nós, José Dias – uma espécie de braço direito de dona Glória – usa esse expediente para demarcar território no espaço doméstico e também para sobressair-se aos demais agregados e indivíduos que vivem de *favor* na residência do narrador.

Além de José Dias, o escritor brasileiro criou outros tipos que viviam sob o auspício de senhores escravagistas, como a personagem Helena do romance que leva o seu nome. Ela vive na residência do falecido Conselheiro Vale, como se fosse filha ilegítima deste, mas quando a verdade vem à tona, ela prefere a morte a viver como agregada na casa em que foi bem tratada, chegando a ponto de desenvolver um sentimento especial por Estácio, seu suposto meio-irmão.

O sistema de *favor* e os *homens livres* que vivem desse expediente dá o tom da narrativa no conto *O enfermeiro* (2004). O conto trata da relação entre o *enfermeiro* Procópio José Gomes Valongo e o *coronel* Felisberto que, moribundo, tendo contra si a fama de carrasco e de péssimo comportamento trazendo-lhe dificuldades para encontrar um profissional que zele pela sua saúde, apela para o pároco de uma cidade fluminense que lhe recomenda o aprendiz de copista.

O relacionamento entre paciente e cuidador oscila, entre as sevícias sofridas por Procópio e as observações que faz por conta dos benefícios que recebe como funcionário do *coronel*. Todavia, as humilhações chegam ao limite, mesmo com o enfermeiro sendo massacrado pela consciência de que deve *favores* ao religioso que lhe conseguiu a colocação, tenta manter-se no trabalho, mas, após um acesso de raiva motivado por novas humilhações, acaba estrangulando o patrão.

Constatado o óbito, Procópio prepara o corpo e espera pelo sepultamento. Em seguida desaparece da cidade, sem que ninguém desconfie dos motivos que levaram o patrão a óbito. Tempos depois recebe telegrama do pároco, solicitando o seu retorno àquela localidade. Entre o receio de ser descoberto ou não, resolve voltar justamente pela relação de troca que mantivera com o religioso. Ao chegar ao antigo município, descobre que a sua presença era necessária pela leitura do testamento do falecido coronel que lhe deixou toda a sua fortuna.

Essa narrativa machadiana, como muitas da chamada segunda fase romanesca, é uma tentativa de Procópio reatar o seu presente, de um indivíduo que está à beira da morte, com o seu passado de assassino. Ninguém ficou sabendo que ele matara Felisberto e, para aliviar a sua consciência culposa, faz pequenas doações para instituições de caridade.

Embora a história possa ser apenas mais um texto para ser lido como outro qualquer, para nós o conto apresenta peculiaridades da vida brasileira do século XIX, conforme vimos demonstrando até aqui, principalmente no que diz respeito às relações existentes entre pessoas que não pertenciam nem à categoria composta por escravagistas e nem de escravos, criando uma terceira categoria, a dos *homens livres* que viviam das bênçãos auferidas pelas pessoas que detinham certo cabedal financeiro e posses.

Embora o romancista carioca tenha se destacado mais no âmbito artístico e na crítica literária, mas ao criar personagens como Agostinho Santos, apresenta aos seus leitores uma caracterização de tipos existentes na sociedade carioca, sede da Corte e

posteriormente capital da República Federativa. O banqueiro integrava uma das classes sociais emergentes do final do Império, formada por donos de capitais e comerciantes.

Classe aquisitiva ou especuladora, que se expandiu em correlação com a classe proprietária, vinculada ao mercado, herdeira dos capitalistas portugueses, responsáveis pelos fornecimentos de escravos, equipamentos e capitais para instituir os estabelecimentos rurais e adquirir-lhes os produtos. Vendia aos proprietários os bens necessários à produção, a crédito largos, adquirindo-lhes o açúcar, depois o café, base de grandes fortunas urbanas. Dessa classe de comerciantes, traficantes de escravos e banqueiros é que saem os Cotrins (*Memórias póstumas*), os Palhas (*Quincas Borba*) e os Santos (*Esau e Jacó*). Sobre ela nascem e ganham esplendor as cidades – que abrigam outros elementos da mesma classe, os negociantes de fornecimentos e concessões governamentais (os Procópios Dias) – mais do que dos fazendeiros, porventura absenteístas de seus domínios [grifos do original] (FAORO, 2001, p. 34).

Além dessas criações romanescas, o que torna Machado de Assis fonte de inspiração para a pesquisa que empreendemos, é também a sua contribuição ao universo da crônica. São centenas de textos publicados na imprensa carioca que, ao serem lidas, permitem aos leitores apropriarem-se de uma parte da visão que seu autor tinha dos acontecimentos daquele cotidiano.

A crônica ocupa, na obra de Machado de Assis, um lugar especial: estava, por assim dizer, no seu sangue; com ela se identificou de tal modo que, sem avaliarmos o papel que essa modalidade literária desempenhou ao longo da sua trajetória, corremos o risco de ficar com uma visão incorreta do seu perfil literário (MÓISES, 2001, 109).

Dentro do arcabouço literário que a crônica ocupa na produção literária machadiana, inclusive como matriz para algumas histórias que compõem seus romances, destacamos o texto *O punhal de Martinha* (2012), publicado no dia 5 de agosto de 1894 pelo jornal *Gazeta de Notícias* como parte integrante da série *A Semana*. O cronista aborda um acontecimento trivial na cidade de Cachoeiras, no interior da Bahia. O enfoque é dado ao assassinato de João Limeira e praticado por Marta, moradora do município baiano, conhecida pelo carinhosamente como *Martinha*.

Antes mesmo de tratar do homicídio num município do sertão brasileiro, o cronista inicia sua narrativa abordando fato ocorrido na Roma Antiga e diz respeito à Lucrécia que, ultrajada pelo hospede de sua casa, Sexto Tarquínio, denuncia a desonra ao seu marido e ao pai, solicitando dos mesmos que a vinguem.

[...]. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política (ASSIS, *Apud* SCHWARZ, 2012, p. 307).

Interessante observar que o narrador se utiliza dessa história para comentar o crime praticado por uma mulher no sertão brasileiro usando um punhal. “Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro” (ASSIS, *Apud* SCHWARZ, 2012, p. 307-308), sentencia o cronista machadiano que prossegue em seu texto afirmando que Martinha não é Lucrecia e nem a cidade em que a primeira residia era a Roma da segunda, assim como os punhais que dão mote a narrativa não pertencem ao mesmo tempo histórico.

Para expor o seu objetivo que nos parece ser o de evidenciar que as duas histórias, separadas pelo tempo, podem muito bem atar o passado ao presente, possibilitando assim que o narrador explique uma situação estritamente local a partir de um fato, digamos, universal, já que pertence a História romana. Para isso, Machado faz as comparações entre as duas personagens, esmiuçando os seus aspectos físicos e contrastando-os e, em seguida, tecendo algumas considerações sobre ambos os fatos e suas diferenças.

[...]. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado [julho de 1894]. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se a casa. Nova agressão, à porta. Martinha indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente (ASSIS, *Apud* SCHWARZ, 2012, p. 308).

Após narrar o fato, o cronista reflete sobre as duas histórias que tem como enredo principal um punhal, todavia, no caso de Lucrecia, o objeto foi usado para cometer um suicídio e, no âmbito brasileiro, para consumir um homicídio motivado pela agressão praticada pela vítima contra a sua assassina.

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal arma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha (ASSIS, *Apud* SCHWARZ, 2012, p. 309-310).

O conteúdo dessa crônica dá bem o tom da visão que Machado de Assis tinha da literatura e de como o escritor deveria lidar com as ambivalências apresentadas por ele em seu texto sobre enfoques nacionais e universais que todo autor deveria observar.

Desenvolvendo os contrastes, o cronista concede que a gazeta baiana não pode competir com o historiador insigne; que Martinha ao que tudo indica não é um modelo de virtude conjugal romana, antes pelo contrário; e que João Limeira não tem sangue régio nas veias. As comparações, todas desabonadoras, são feitas do ângulo do literato ultra-afetado do Rio de Janeiro, que diverte os leitores à custa de uma cidade modesta, que a ninguém ocorreria comparar ao padrão da Antiguidade. Dito isso, Machado inverte a ironia – sem o que não seria quem é – e observa que a cachoeirense não fica a dever à romana em bravura: Martinha vingá-se com as próprias mãos onde a outra confia a vingança ao marido e ao pai, sem contar que pune a mera intenção, e não o ultraje consumado. A nota cafajeste desta segunda distinção, destinada a botar defeito na honestidade de Lucrecia, não deixa de ser um achado memorável, especialmente vindo de um consertador de injustiças... Seja como for, por um momento é Lucrecia quem se deve mirar no exemplo de Martinha, e não vice-versa, uma viravolta de alcance quase inconcebível (SCHWARZ, 2012, p. 30).

Em linhas gerais, podemos considerar que o escritor e monarquista Machado de Assis, embora tenha observado que o mundo artístico não é campo para manifestações políticas e ideológicas, se encontra, por intermédio de sua ficção no rol de personalidades que refletiram sobre o Brasil, Tavares Bastos, Sílvio Romero que lhe era crítico desde a publicação de seus livros *Falenas e Contos Fluminenses*<sup>37</sup>.

Como os contos de Machado de Assis também são repletos de enigmas, deixando espaços que devem ser preenchidos pelo leitor e o conhecimento se dispõe sobre o conteúdo da matéria narrada, é importante apontarmos como compreendemos o conto, principalmente no que diz respeito à sua organização estrutural.

---

<sup>37</sup> - O primeiro publicado em 1869 é dedicado à poesia e o segundo, também de 1869, aborda seus primeiros contos.

O nosso entendimento parte das observações feitas por Júlio Cortázar. Para ele, a forma de narrar uma história através desse procedimento é entendida “como uma máquina infalível destinada a cumprir a sua missão narrativa com a máxima economia de meios” (CORTÁZAR, 1993, p. 228). Nessa perspectiva, Cortázar diz que essa noção de pequeno ambiente que o leitor encontra em um conto pode ser definida do ponto de vista estrutural como forma fechada ou esférica, na qual

[...] o narrador poderia ter sido uma das personagens, vale dizer que a situação narrativa em si deve nascer e dar-se dentro da esfera, trabalhando do interior para o exterior, sem que os limites da narrativa se vejam traçados como quem modela uma esfera de argila. Dito de outro modo, o sentimento da esfera deve pré-existir de alguma maneira ao ato de escrever o conto, como se o narrador, subentendido pela forma que assume, se movesse implicitamente nela e a levasse à sua extrema tensão, o que faz precisamente a perfeição da forma esférica (1993, p. 228).

Ainda no âmbito da definição de conto sob a ótica das enunciações machadianas, Massaud Moisés afirma que a complexidade existente nesses textos do escritor carioca “[...] é uma fonte de prazer e de convite à reflexão que se renovam a cada momento. E não só: reserva surpresas como uma caixa de Pandora, usando uma imagem meio desgastada, mas que seria certamente agradável ao criador de Capitu” (MOISÉS, 2001, p. 115). Ainda: “[...] a grande contribuição dos contos machadianos começa”, segundo Moisés, “na incomum capacidade de se ver o instante revelador das figuras em conflito no seu aspecto mais trágico ou dramático” (2001, p. 119).

Machado vai diretamente ao ponto, não raro driblando as expectativas do leitor: por mais que este ponha a funcionar a sua imaginação, não consegue antever o desfecho da história. Mesmo nos contos que fluem naturalmente, como se fossem crônicas inspiradas no cotidiano banal, o desenlace é uma surpresa para o leitor. A necessidade da releitura pode ser a consequência imediata dessa brincadeira de esconde-esconde, como se o leitor, espicaçado, tivesse de voltar uma vez mais ao conto para surpreender os pormenores onde se ocultam as chaves que facultem prever o final. Um autêntico espetáculo hipnótico, vazado numa linguagem concisa, ática, com a falsa aparência de simplicidade, que somente os grandes contistas conseguem montar. Aí, em síntese, a maestria de Machado na arte do conto, e a sedução que exerce ainda hoje nos leitores, inclusive os mais exigentes (2001, p. 119).

Outro exemplo da importância que os contos de Machado de Assis têm para se compreender um período da vida brasileira está no texto *Um homem célebre* (ASSIS, 2004, p. 225-233). A narrativa conta a história de Pestana, pianista e compositor que



sonha ardentemente em criar uma música que se assemelha às composições de Mozart [Wolfgang Amadeus Mozart – 1756-1791], entretanto, enquanto não concretiza esse ideal, vai vivendo e compondo outras músicas e estilos como a polca que o leva ao ápice da fama. Porém, mesmo obtendo sucesso com esse estilo, o pianista persegue obstinadamente o caminho percorrido por um instrumentista estrangeiro, sem perceber que atingiu a glória em sua própria terra com suas melodias.

Entendemos que neste conto, o narrador machadiano tem como objetivo induzir o leitor à ideia de que o ser humano, e não somente o brasileiro, mas de um modo geral, nunca está contente com o que tem, inclusive optando pelo que é importado em detrimento do que é produzido no Brasil, não somente em termos de arte - da qual Pestana pode servir de exemplo - mas de alimentação e ideologias, como o liberalismo europeu do século XIX que levou o crítico literário a escrever o ensaio *As ideias fora do lugar* (2014), no qual aponta a incongruência entre tais ideais professadas no país, enquanto o mesmo mantinha o escravismo como estrutura de suas relações econômicas e força de trabalho.

Como tratei de explicar, ideias sempre têm alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar. Entretanto, as funções não são equivalentes, nem têm o mesmo peso. Considere-se, por exemplo, que o ideário liberal na Europa oitocentista correspondia à tendência social em curso, a qual parecia descrever corretamente, inclusive do ponto de vista do trabalhador, que vende sua força de trabalho no mercado. Mesmo a crítica marxista, que desmascara a “normalidade” da relação salarial, reconhece que ela tem fundamento nas aparências reais do processo, ou seja, no trabalho livre. Ora, nas ex-colônias, assentadas sobre o trabalho forçado, o liberalismo não descreve o curso real das coisas – e nesse sentido ele é uma ideia fora do lugar. Não impede contudo que ele tenha outras funções. Por exemplo, ele permite às elites falarem a língua mais adiantada do tempo, sem prejuízo de em casa se beneficiarem das vantagens do trabalho escravo. Menos hipocritamente, ele pode ser um ideal de igualdade perante a lei, pelo qual os dependentes e os escravos lutam. A gama de suas funções inclui a utopia, o objetivo político real, o ornamento de classe o puro cinismo, *mas exclui a descrição verossímil do cotidiano* [grifos do original], que na Europa lhe dá a dignidade realista. É claro que em abstrato todas as funções existem e que a neutralidade científica manda reconhecê-las e não condená-las. Em princípio, por que a função do prestígio valeria menos do que a função descritiva? Entretanto, não vivemos num mundo abstrato, e o funcionamento europeu do liberalismo, com sua dimensão realista, se impõe, decretando que os demais funcionamentos são despropositados. As relações de hegemonia existem, e desconhecê-las, se não for num movimento de superação crítica, é por sua vez uma resposta fora do lugar (SCHWARZ, 2012, p. 170-171).

Também no romance, *Esau e Jacó*, objeto de estudo desse trabalho, por intermédio das famílias do banqueiro Agostinho Santos e do advogado Batista, o enunciador-personagem conduz o leitor, aos bastidores da política monárquica até a extinção do Império que dá lugar a República, implantada na madrugada de sábado dia 15 de novembro de 1889, através de um golpe desferido pelos militares descontentes, entre outros fatores, com o tratamento que a Coroa estava dispensando ao Exército. Nesta obra, existem várias passagens que apontam a prática fisiológica que envolve os dois partidos: Conservador e o Liberal que se alternam na chefia ministerial por determinação do monarca D. Pedro II.

Para compreender o sentido que a passagem de um regime político ao outro adquire na representação que o cronista brasileiro faz daqueles momentos em seu penúltimo romance, faremos abordagens de alguns fatos históricos e como eles aparecem na trama machadiana, cuja narrativa é composta por um enunciador que também se torna uma personagem do enredo que apresenta aos leitores<sup>38</sup> do início do século XX.

---

<sup>38</sup> - Sobre a presença dos leitores na obra machadiana, através de um procedimento meta-ficcional, Hélio Seixas Guimarães desenvolveu uma pesquisa culminando com o livro *Os leitores de Machado de Assis* (2012).

### Capítulo 3

#### Representação da História do Brasil em *Esaú e Jacó*

Neste capítulo nos ocuparemos em apontar como alguns fatos da História do Brasil são representados em *Esaú e Jacó*, penúltimo romance de Machado de Assis que pauta a presente dissertação de mestrado. É importante salientarmos que o período que a obra abrange diz respeito ao início da década de 70 do século XIX até os primeiros anos da República, isto é, 1894 quando o chefe do Executivo Federal era Prudente José de Moraes e Barros (1841-1902). Ele sucedeu no posto, o Marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), segundo presidente republicano.

Durante o período que as enunciações machadianas percorrem, muitos fatos marcaram a vida política do Brasil. A narrativa, conforme o leitor vai avançando os 121 capítulos, tem início em 1870 quando a Guerra do Paraguai<sup>39</sup> chega ao fim, terminando nos primeiros anos em que os civis chefiaram o Executivo Federal.

Nos quase 25 anos de história nacional que o romance retrata, o país passa por profundas transformações, como a eliminação da Monarquia e o desterro do Imperador D. Pedro II; o fim do trabalho escravo após sucessivas tentativas e medidas que protelaram sua extinção; a luta pela industrialização e o advento do trabalho assalariado. Problemas do governo monárquico com os militares; querelas com os padres; questões econômicas e o movimento republicano que ganha corpo na medida em que os problemas políticos do Império vão se avolumando a partir do final da década de 60 daquele século.

Eliminado o Império, surge a República e com ela os problemas vivenciados pelo país durante as últimas décadas da Coroa, não são solucionados, como por exemplo, a incorporação da massa de escravos ao mundo do trabalho livre, cujos postos eram em sua maioria ocupados por imigrantes, conforme o escritor Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) apresenta em seu romance *O cortiço* (2013). Havia também questões alusivas ao processo eleitoral e a universalização do direito de voto; as

---

<sup>39</sup> - Esse conflito é enfocado por Machado de Assis em seu romance *Iaiá Garcia* (2008).

dificuldades enfrentadas pelo governo militar do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) e sua renúncia, sendo empossado o seu vice, o também marechal Floriano Peixoto, cuja gestão foi marcada por turbulências<sup>40</sup> e a decretação do Estado de sítio e os problemas com os jacobinos, além da problemática envolvendo a sua sucessão na presidência da República, cujo pleito teve como vitorioso Prudente de Morais que obteve 276.583 votos, enquanto o seu adversário, Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909) conseguiu 38.291.

O modo machadiano de configurar literalmente estes acontecimentos históricos [...] se caracteriza pela indiferença programática de que é imbuído o narrador para adotar tais eventos e também por um apelo circunstancial que rege a organização dos episódios históricos dentro da dinâmica do enredo. O autor se vale de uma bem construída irrelevância no modo de tratar as datas políticas e suas reverberações – quase nulas – na vida das personagens do romance em questão. Trata-se, portanto, do romance em que Machado mais se ocupa da História do Brasil e, ao mesmo tempo, esta História é mostrada de um modo barateado e em ritmo tedioso, características que trazem sugestivas implicações para a especificação do ritmo histórico brasileiro (LIMA, p. 140-141).

Desta forma, é possível afirmarmos que a partir de seus textos, sejam eles apresentados através dos contos, crônicas, romances ou análises críticas, que o ficcionista usa o expediente literário para fazer uma representação do real e no caso aqui do Brasil das últimas décadas da Monarquia e os primeiros anos da República, porém, sem a pretensão de ser historiador e se prender na apresentação dos fatos como eles ocorreram na sua concretude.

Neste sentido, Machado pode usar o nascimento dos gêmeos Pedro e Paulo no dia 7 de abril de 1870 para fazer alusão à abdicação de D. Pedro I ao trono em prol do seu filho, Pedro II que na época ainda era criança. No plano real a renúncia ocorreu 39 anos antes do nascimento ficcional dos filhos de Natividade, ou seja, em 1831.

Sendo assim, a literatura pode ser vista como uma forma plausível de representação do real e o faz por intermédio da encenação dos fatos e atos, recriando ficcionalmente a história (SEGATTO, 2007, p. 139), no caso em questão aqui a passagem da Monarquia à República.

Nas análises elaboradas e/ou construídas pela historiografia, a realidade é reproduzida abstratamente no plano do pensamento (como

---

<sup>40</sup> - Um dos fatos marcantes do governo Floriano Peixoto foi a revolta da Armada ocorrida em 1893 e representada pelo escritor Lima Barreto em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1998).

síntese de múltiplas determinações, como construção ideal-típica, como sistematização de fenômeno) tal como, de modo aproximado, ela é ou se deu por meio de conceitos, categorias, alusões, comparações; na literatura, ela é criada e recriada, imaginada ou fantasiada, inventada ou reinventada artisticamente, através de metáforas, figuras, símbolos, alegorias. Embora sejam de natureza e modalidade distintas, ambas produzem conhecimento, além de serem representações aproximativas, confluentes e complementares. Se a literatura contribui para desvendar aspectos (particulares) das relações humanas, sociais e de poder, impossíveis de serem captadas pela historiografia, esta, por sua vez, fornece elementos e subsídios fundamentais para a compreensão da obra de arte literária e do processo histórico (SEGATTO, 2007, p. 139).

Com base nesta observação, apontamos que, ao criar personagens como o casal Batista, o romancista brasileiro pretende representar a configuração política no Brasil no final da Monarquia e início da República que substituiu o regime anterior, entretanto, não eliminou certas práticas fisiológicas e clientelistas, estimuladas pelo Imperador e configuradas nas sucessivas trocas entre os partidos Conservador e Liberal na chefia ministerial. Condutas que externam aos leitores do século XXI a ausência no Brasil Oitocentista de uma sociedade civil numa estrutura em que as “[...] lealdades políticas e programas partidários, bem como a própria violência [...] são instrumentos como quaisquer outros para a reprodução da estrutura de poder” (SILVA, 2014, p. 95).

A singularidade da monarquia brasileira está nisto sobretudo, que procura ser um regime liberal – apesar de comportar o trabalho “servil” e impor algumas restrições políticas aos que não sigam a religião do Estado -, mas é destituída de base democrática (HOLANDA, 2012, p. 34).

Tendo tais apontamentos iniciais como premissa, entendemos que o penúltimo romance de Machado de Assis pode ser dividido em duas partes: a primeira tem início com o casamento de Agostinho Santos e Natividade, pais de Pedro e Paulo no final da década de 50 do século XIX, passando pelo nascimento dos filhos gêmeos em 1870. A guerra do Paraguai, embora o cronista aborde o conflito na obra *Iaiá Garcia*, o evento ressurgiu no romance em pauta através da personagem Perpétua.

O texto machadiano ainda trata de questões relacionadas ao sincretismo religioso, na medida em que a mãe e Perpétua, tia dos gêmeos, procuram uma advinha, a Cabocla do Castelo, para obterem informações sobre o futuro dos filhos e dos sobrinhos, respectivamente. É bom lembrar que as irmãs são católicas, mas quando se

trata de tentar compreender ou adivinhar o amanhã, buscam apoio em credices espiritualistas.

A obra faz alusão também a Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre), assinada pela Princesa Isabel em 28 de setembro de 1871, determinando que a partir daquela data todos os filhos de mulheres escravas que nascessem a partir daquele dia seriam livres. O código proporcionava mudanças significativas no mundo do trabalho, mas sem fazer alterações no universo econômico. Entretanto, faz-se necessário ressaltarmos que, embora de alcance limitado, a legislação, ao entrar em vigor, possibilitaria a extinção do escravismo, na medida em que evitava a geração de novos cativos.

*Esau e Jacó* faz uma representação irônica dessa questão, bem como a crise que o Império vinha sofrendo desde o início da década de 70. O retrato é feito num capítulo dedicado a honraria concedida à família do banqueiro Agostinho Santos. José Murilo de Carvalho (1996) ressalta que durante a vigência do Segundo Reinado, nenhum indivíduo ligado ao mundo das finanças recebera a outorga nobiliárquica das mãos do Monarca.

Há ainda abordagem da questão militar, que seria um dos fatores que levaram a queda da Monarquia, dando lugar à República, cujo movimento se intensificará a partir de 1870 com a criação do Partido Republicano e o lançamento do Manifesto do partido.

O texto machadiano faz referências sobre a vida política durante a vigência do reinado de Pedro II, cuja característica peculiar era a alternância entre Liberais e Conservadores na chefia do gabinete ministerial, aprofundando a prática do clientelismo como elemento fundamental das relações de poder entre o monarca e os políticos.

A estrutura formal do clientelismo encontrava um reflexo preciso na esfera formal. Nas inúmeras cartas de recomendação enviadas por fora dos canais oficiais, os protetores na verdade “apresentavam” os nomes pretendentes a cargos. Algumas vezes, remetiam esses pedidos diretamente àqueles com o poder de nomear; em outras, pediam que o destinatário apresentasse o nome do candidato a um terceiro. Assim, como formalmente, o direito de apresentar um nome significava na realidade o direito de nomear, algumas cartas de recomendação tinham poder equivalente. Os atores políticos passavam muito tempo escrevendo ou recebendo essas cartas e, nessa demonstração de confiança social, revelavam mais uma vez como o poder político estava exclusivamente com os alfabetizados. O preenchimento de cargos para um país tão extenso como o Brasil implicava uma grande dependência, por parte dos protetores e clientes, da correspondência privada na gestão de troca de deferência por favores. A própria centralização, operando para criar uma unidade nacional, levava a rede a abranger todo o país (GRAHAM, 1997, p. 277-278).

Voltando ao romance que norteia esta análise, no que diz respeito aos aspectos econômicos nas últimas décadas do Segundo Reinado, o ficcionista Machado de Assis apresenta a situação por intermédio do banqueiro que fez fortuna através de especulações e das ações, bem como a acumulação de capitais e fortalecimento da moeda. Mas como a economia brasileira era estruturada no braço servil, a progressiva extinção do escravismo poderia levar a ruína muitos fazendeiros, comerciantes e outros financistas que viviam da exploração do braço africano.

É preciso acrescentar que a partir dos anos 60 do século XIX, o Brasil registra o crescimento na produção de café, proporcionando ao país um equilíbrio favorável no âmbito da balança comercial. Segue-se a isso, a valorização da moeda com a estabilização cambial, proporcionando a acumulação de capital fazendo surgir financistas como a personagem Agostinho Santos que se torna banqueiro como consequência da febre das ações de 1855. A partir desses fatos, a mão de obra escrava começa a perder espaço, havendo a necessidade de eliminar o trabalho servil adotando o trabalho assalariado, culminando com a queda da Monarquia.

Desta forma, a primeira parte do romance tem seu fim com o surgimento da República, sem, no entanto, provocar grandes rupturas com o regime sepultado. Assim como o primeiro período da narrativa é marcada inicialmente pela realização do baile da Ilha Fiscal, o último da Monarquia, a segunda parte do romance também tem seu início associado a uma festa, porém, promovida pelos militares que derrubaram a Monarquia.

A partir deste marco divisório, a enunciação machadiana passa pelos dois primeiros governos militares, apresentando a mesma prática política do Império, com Batista fazendo um périplo nos bastidores do governo federal em busca de uma vaga na estrutura governamental da República.

O romance retrata ainda o estado de sítio imposto pelo Marechal Floriano Peixoto, enquanto os gêmeos Pedro e Paulo, Natividade, Agostinho Santos, Batista e Cláudia velam o corpo da filha destes, Flora. Tudo isso sobre o olhar observador do amigo de todos e avesso à controvérsia, o conselheiro Aires, cujo outorga lhe foi concedida pelo Imperador em virtude dos serviços que este prestou à nação durante o período em que atuou como diplomata monárquico.

Ainda sobre o governo de Floriano Peixoto, Machado transpõe às páginas de *Esau e Jacó* o conflito existente entre os republicanos que achavam que os rumos que o

regime não estava seguindo não condiziam com os interesses daqueles que derrubaram o Império e aqueles defensores do governo de Floriano, os jacobinos.

A narrativa termina com os gêmeos eleitos deputados federais na República, embora a discórdia no que diz respeito aos regimes monárquico e republicano tenha sido sanada, Pedro e Paulo continuam divergindo sobre os caminhos que o regime seguia. O primeiro contentava-se com a presente situação e o segundo acreditava que os republicanos que eliminaram o trono, foram traídos. A polêmica pode ser compreendida a partir das dificuldades que o presidente Prudente de Moraes teve para assumir o cargo conquistado por intermédio das urnas.

### ***Coisas futuras e o fim do escravismo***

O romance começa com a ida de Natividade e sua irmã Perpétua a uma vidente: Bárbara, conhecida como Cabocla do Castelo. A sibila residia no morro do Castelo, região afastada do Botafogo, bairro onde as duas moravam. O objetivo da dupla era saber como seria o futuro dos filhos de Natividade, Pedro e Paulo que receberam esses nomes por iniciativa da tia, viúva que perdera o marido durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A enunciação se encontra no capítulo I *Coisas futuras* (ASSIS, 2008, p. 1.075-1.078). Nela, a mãe dos gêmeos recebe respostas enigmáticas, entre elas, que os filhos seriam grandes homens, porém, Bárbara não explica como isso e quando os gêmeos alcançariam o sucesso tão almejado por Natividade e a tia. A “Pítia do Norte” – como a chama o narrador -, quando é instigada pelas duas, se limita a afirmar: “coisas futuras!”.

O que nos importa ressaltar é que a profecia feita por Bárbara, tomada por Natividade como a confecção da própria realidade, assume, na trama da obra, o papel real de modeladora da realidade. A previsão dela, sendo uma forma de intervir em demandas objetivas, não é nem boa nem ruim em si. Sua força estética reside na permanência da sua palavra ao longo da narrativa, e no tratamento dado a ela pela família Santos – em determinado momento, todos já sabem da profecia, e os jovens Pedro e Paulo esforçam-se por torná-la em suas investidas políticas. É uma profecia que se autocumpra, nascida da força da previsão de uma cabocla do norte, da fraqueza de espírito de uma mãe da alta sociedade do Rio e de uma brilhante articulação estética de Machado de Assis (IMBROSI, 2012, p. 112).

Como “todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho” (ECO, 1994, p. 9), acreditamos que as *coisas futuras* de que falou a sibila à esposa de Agostinho Santos pode significar muitas coisas, entre elas, o fato de



que o Império estava em declínio e os filhos de Natividade poderiam ter participação nos fatos que viriam acontecer, sejam eles bons ou ruins para o destino da Coroa brasileira.

É bom lembrar que o autor do romance está olhando para o passado da capital federal, tendo em vista que compôs sua obra no começo do século XX, quando a República já existia há mais de uma década. Em uma carta enviada ao amigo Joaquim Nabuco que havia deixado o Brasil para prestar serviços de diplomacia à República, Machado de Assis afirmava-lhe que o passado seria a melhor parte do presente (ARANHA, 2013, p. 60). Ou seja, para se compreender o hoje em que vivia, fazia-se necessário debruçar-se sobre o passado e ele o faz por intermédio de seus romances, entre eles, este que pauta nossa análise.

Desta forma, o leitor saberá que a consulta à sibila do morro feita pela esposa e cunhada do banqueiro ocorreu em 1871, quando os filhos já tinham um ano de idade. Enquanto elas se ocupavam em saber sobre o destino dos gêmeos, o pai estava voltado aos negócios e o desejo de adquirir um suntuoso prédio no qual imaginava dando grandes festas que ficariam marcadas por muitas gerações e estampadas nos jornais cariocas. Estes fatos são narrados entre os capítulos I: *Coisas futuras!* e o IX: *Vista de Palácio* (ASSIS, 2008, p. 1.075-1.089).

Como nosso objetivo neste capítulo é compreender de que maneira Machado de Assis representou em seu romance, alguns fatos marcantes daquele período, iniciando pela crise que a Monarquia passava, culminando com a sua eliminação em 1889, destacamos a preocupação do banqueiro com as medidas adotadas pelo governo imperial no que diz respeito à questão escravista.

Na trama, Agostinho Santos resolveu ir mais tarde para o seu banco porque queria obter informações sobre a visita que a esposa fez a Bárbara. “Ia pensando nela e nos negócios da praça, nos meninos e na lei Rio Branco, então discutida na câmara dos deputados; o banco era credor da lavoura” (ASSIS, 2008, p. 1.088). E nesta condição, não havia como o banqueiro deixar de se preocupar, tendo em vista que a medida proposta pelo gabinete conservador de José Maria Paranhos da Silva (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, poderia levar muitos fazendeiros a derrocada.

Conforme já apontamos, esse código pode ser considerado como um dos importantes passos que o país deu para extinguir o trabalho servil no Brasil. Todavia, essa lei produziu pífios resultados, já que poucas crianças foram entregues ao poder

público, enquanto os escravagistas continuavam utilizando seus serviços (FAUSTO, p. 2006, 218).

É importante ressaltarmos que o monarca, juntamente com seus conselheiros, tinha interesse em equacionar o problema servil, mesmo não ocorrendo rebeliões de escravos, o assunto era discutido nos círculos dirigentes desde o fim da Guerra do Paraguai. A opinião corrente dizia respeito à fraqueza que o país portava em virtude de não poder contar com a lealdade de sua população (2006, p. 218). Desta forma, “o encaminhamento da questão servil, mesmo ferindo interesses econômicos importantes, era visto como um mal menor diante desse problema e do risco potencial de revoltas de escravos” (2006, p. 218).

Se por um lado, o círculo em torno do imperador era favorável à medida, o projeto era visto pela classe social dominante como um grande risco de subversão da ordem (2006, p. 218). Esse segmento acreditava que a alforria concedida pelos proprietários poderia levar os libertos ao reconhecimento e à obediência. “Abrir caminho à liberdade por força da lei gerava nos escravos a ideia de um direito, o que conduziria país à guerra entre as raças” (FAUSTO, 2006, p. 218).

Este ponto desejado pela classe dominante, que consiste na libertação do cativo como um ato benevolente do seu proprietário foi retratado por Machado de Assis em uma crônica publicada no dia 19 de maio de 1888 pelo jornal *Gazeta de Notícias*, seis dias depois do fim do escravismo.

A enunciação tem como protagonista o narrador que não se identifica e um escravo doméstico: Pancrácio. Ele recebeu das mãos de seu proprietário a carta de alforria que a mandou publicar nos jornais<sup>41</sup> da Corte. Entretanto, a enunciação deixa claro que a ação não teve nada de benevolente, mas sim um artifício utilizado pelo dono de cativo para evitar que o governo lhe retirasse o direito de propriedade, podendo utilizá-la da maneira que lhe aprouvesse. De acordo com o narrador, antes mesmo que os debates sobre a eliminação da escravidão se acirrassem, optou por libertar seu escravo que deveria estar com 18 anos. “Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil quinhentos, e dei um jantar” (ASSIS, 1990, p. 62).

O jantar, nomeado de banquete pelos amigos do anfitrião, objetivou anunciar que o escravagista, antes mesmo do decreto imperial, alforriou seu agora ex-escravo e

---

<sup>41</sup> - Roland Barthes (1970, p. 57-60) classifica as notícias estampadas nos jornais como *fait divers*, já que são dados totais, através dos quais os leitores são informados do que está ocorrendo em um determinado momento da sociedade. Entretanto, os textos não são longas narrativas, mas sim como pequenos informes que encadearão dentro dos contextos de seus conteúdos.

brindou a ação com seus convidados. O jovem que escutava tudo a espreita, adentrou a sala e foi abraçar o seu antigo algoz e agora benfeitor, momento em que as visitas brindaram o ato. O anfitrião discursou mais uma vez em tom de agradecimento, entregando a carta de alforria ao liberto. “Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo” (ASSIS, 1990, p. 63).

Mas para compreender o que a alforria oficial significou para os libertos, justamente por ter partido do governo sem que os próprios cativos participassem ativamente da sua conquista, faz-se necessário observarmos o restante da crônica<sup>42</sup> em seu desfecho, quando Pancrácio passa da condição de escravo a trabalhador assalariado.

No dia seguinte, ao ver confirmada a sua liberdade e que podia seguir o caminho que pretendesse, resolveu ficar na casa de seu antigo proprietário, seguindo como empregado com salário mensal de “uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha” (ASSIS, 1990, p. 63), afirmou-lhe o patrão.

Ao publicar essa crônica em livro, o brasileiro John Gledson explica que o valor que o trabalhador Pancrácio receberia equivalia a duas camisas, sendo que não seria possível ao novo liberto, se quer locar uma casa simples para morar, pois o aluguel estava próximo a 35 mil-réis e, caso o funcionário quisesse sair do imóvel em que atuou como escravo, provavelmente iria residir em casebres semelhantes aos retratados pelo escritor Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) em *O cortiço* (2013). Ainda: um jantar no Hotel Javanês não saía por menos do que quatrocentos réis. Já no jornal em que Machado de Assis publicara esta crônica, o exemplar custava 40 reis (ASSIS, 1990, p. 63).

Portanto, ao ler esses e outros textos jornalísticos de Machado, considerados como “crônicas da escravidão”, podemos constatar que as críticas do autor eram dirigidas “[...] à hipocrisia de políticos que, dizendo-se abolicionistas, votavam a favor dos senhores” (DUARTE, 2007, p. 247) escravagistas e aqueles que depois da abolição se posicionaram contrários “[...] à tentativa de estabelecimento por lei de indenização

---

<sup>42</sup> - “Toda crônica é uma intensa evocação dessa comunidade, que em si é uma das razões – ou das justificações – da alusividade que torna as crônicas muitas vezes impossíveis de ler sem notas. Como em toda comunidade verdadeira, há um fundo de experiência compartilhada, e que portanto pode ficar subentendida, implícita: o humor, muitas vezes, tem a sua origem neste tipo de experiências” (GLEDSON, apud ASSIS, 1996, p. 29).

aos proprietários repentinamente desprovidos da mão-de-obra cativa” (2007, p. 247). Neste sentido, a leitura dessas crônicas pode revelar como Machado de Assis “[...] usa com maestria os recursos da narrativa romanesca para tratar de assuntos polêmicos em seu tempo, utilizando-se por vezes daquele humor ácido e cortante que caracterizou muitos de seus escritos ficcionais” (DUARTE, 2007, p. 247).

Retornando ao romance, Machado retrata ainda outro aspecto negativo da escravidão. A enunciação se encontra no capítulo XX: *A joia* (ASSIS, 2008, p. 1.102-1.103). A narrativa enfoca a conquista da baronia por parte dos pais de Pedro e Paulo, cuja outorga é publicada pelos jornais no dia em que Natividade estava aniversariando, tornando-se presente que, bem escolhido, deu muito trabalho ao novo barão adquirir.

Ressaltemos aqui que, além dos familiares, a escravaria da casa se regozijou com a conquista, chegando ao ponto de se achar melhor do que os demais cativos porque, a partir daquele momento, pertenciam a barões imperiais.

Os próprios escravos pareciam receber uma parcela da liberdade e condecoravam-se com ela: “Nhã Baronesa!”, exclamavam saltando. E João puxava Maria, batendo castanholas com os dedos: “Gente, quem é esta crioula? Sou escrava de nhã baronesa!” (ASSIS, 2008, p. 1.103).

O escritor brasileiro, ao retratar a condição dos cativos a partir dessa perspectiva, estava ironizando a ideia de que com o fim do cativeiro, eles poderiam se tornar pessoas diferentes, pois o sistema não corrompia somente o escravagista, mas também o escravo, conforme Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) aponta em seu estudo *O abolicionismo* (2010).

Não pode, [...], ser objeto de dúvida que a escravidão transportou da África para o Brasil mais de 2 milhões de africanos; que, pelo interesse do senhor na produção do ventre escravo, ela favoreceu quanto pôde a fecundidade das mulheres negras; que os descendentes dessa população formam pelo menos dois terços do nosso povo atual; que durante três séculos a escravidão, operando sobre milhões de indivíduos, em grande parte desse período sobre a maioria da população nacional, impediu aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país; reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono; tornou impossíveis para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela o jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de

todas as vinditas cruéis de uma outra raça (NABUCO, 2010, p. 56-57).

No final dos anos 70 do século XX, Florestan Fernandes em seu estudo *A sociedade escravista no Brasil* (2008) abordou a mesma temática apontada por Nabuco em 1883. Para Fernandes, tanto do apogeu quanto da crise do sistema escravista, o senhor escravista não emerge do mesmo como era antes. Todavia,

[...] se ele aproveita, agora em estilo tradicional-patrimonialista e em estilo capitalista, o momento de apogeu, ele não se converte em vítima da crise final dessa ordem. A vítima sempre foi o “*negro*” como categoria social, isto é, o antigo agente do modo de produção escravista que, quer como escravo, quer como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele, não houve “alternativa histórica”. Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de *trabalho livre* das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuoso, ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve que competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugiado e repellido para os porões, os cortiços<sup>43</sup> e a anomia social crônica [grifos do original] (FERNANDES, 2008, p. 257).

A escravidão ainda é tema do capítulo XXXVII: *Desacordo no acordo* (ASSIS, 2008, p. 1.121). O romance em pauta traz em sua totalidade, vários eventos em que os irmãos Pedro e Paulo são adversários, inclusive na disputa pelo coração da jovem e indecisa Flora. Entretanto, neste trecho da obra, o narrador se ocupará em apontar um ponto em que ambos convergem para a mesma opinião.

“Não esqueça de dizer que, em 1888, uma questão grave e gravíssima os fez concordar também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos. Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os” (2008, p. 1.121).

Para Pedro, o fim do cativo era um ato de justiça, enquanto Paulo o via como o início de uma revolução. “Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em São Paulo, no dia 20 de maio: ‘A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco’” (2008, p. 1.121).

Ao ler essas observações estampadas nos jornais, Natividade ficou estarecida e enviou uma carta ao filho ressaltando suas preocupações. Obteve como resposta que ele

---

<sup>43</sup> - O romance *O cortiço* (2013), escrito por Aluísio Azevedo retrata, de modo ficcional, como era a vida dos escravos que pagavam aluguel para seus proprietários, e também a vida dos descendentes nesses casebres, como o cortiço Cabeça de Porco destruído nos primeiros anos da República.

podia sacrificar tudo, inclusive a vida, mas as suas opiniões deveriam ser mantidas. Entretanto, a mãe continuava apreensiva, pois acreditava que tais afirmações poderiam significar uma ameaça ao Império e ao próprio Paulo.

Os temores de Natividade sobre os riscos que o filho poderia correr em virtude do discurso proferido e publicado por conta do fim da escravidão continuam no capítulo XLIII: *O discurso* (ASSIS, 2008, p. 1.128-1.129). Aqui a mãe conversa com o marido por conta do conteúdo do texto composto pelo filho que se encontrava no Rio e Janeiro na casa dos pais em função das férias escolares.

Ao contrário do que pensava Natividade, Agostinho Santos gostou da escrita de Paulo, inclusive externando que este tinha talento e, em função disso leu o texto para os amigos mandando fazer várias cópias. A esposa não se opunha a tal ação, mas achava que alguns trechos deveriam ser cortados por considerá-los republicanos. Ela leu os trechos ao esposo que não deixou de concordar com ela, entretanto, achava que os discursos deviam ser transcritos em sua integralidade.

Pedro, que assistia desde alguns instantes ao debate, interveio docemente para dizer que os receios da mãe não tinham base; era bom pôr a frase toda, e, a rigor, não diferia muito do que os liberais diziam em 1848.

- Um monarquista liberal pode muito bem assinar esse trecho – concluiu ele, depois de reter as palavras do irmão.
- Justamente! – assentiu o pai (ASSIS, 2008, p. 1.128).

Uma das cópias do discurso foi ricamente encadernada e entregue pelo próprio barão à Princesa Isabel (1846-1921). Durante a visita, Agostinho seguiu as recomendações da esposa, informando a regente que Paulo era liberal à moda de 1848.

As revoltas liberais da década de 1840, registradas em algumas províncias do país, foram marcadas pelo repúdio à monarquia, em favor da república e de reformas políticas radicais; a última delas, em 1848, se deu em Pernambuco e ficou conhecida como Revolução Praieira (ASSIS, 2012, p. 118).

As questões envolvendo o escravismo são tidas como um dos fatores que levaram a queda da Monarquia, entretanto, o processo de desgaste do Império surgiu bem antes das primeiras medidas para por fim ao trabalho escravo, como por exemplo, a lei do Ventre Livre. Os problemas mais crônicos da Monarquia tem início no final da década de 60 do século XIX quando o gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877) é substituído pelo conservador que tinha a frente Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), o Visconde de Itaboraí.

A propósito da recomposição de forças e programas políticos que se opera no Brasil em 1868 com a queda do ministério de 3 de agosto e a ascensão do gabinete conservador de 16 de julho, foi dito que [...] a partir desse momento, “começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889. Ele já revelara seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ira viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína”. Não se poderia melhor assinalar o grande alcance do acontecimento que produz uma clivagem na história política da monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime (HOLANDA, 1997, p. 7).

### **Questão militar**

Retomando a narrativa machadiana, vamos observar referências à questão militar, considerada como uma das responsáveis pela destruição da Monarquia brasileira. O episódio compõe o capítulo LI: *Aqui presente* (ASSIS, 2008, p. 1.141-1.142). Para nós, o enfoque principal diz respeito ao diálogo entre Pedro e Flora, motivado pela carta que o irmão Paulo lhe enviara de São Paulo.

A quase totalidade do texto dizia respeito à questão militar e como o jovem estudante de direito se posicionava sobre aqueles fatos. O que trouxe novos aborrecimentos para a mãe de ambos. Flora quis tomar conhecimento do conteúdo do trecho que mais incomodara Natividade.

“Pedro leu-lhe o ponto principal, que era quase toda a carta; falava da questão militar. Já havia a ‘questão militar’, um conflito de generais e ministros, e a linguagem de Paulo era contra os ministros” (ASSIS, 2008, p. 1.142).

Ao abordar retratar o assunto em pequenas linhas, Machado de Assis estaria retratando “de um modo barateado e em ritmo tedioso, características que trazem sugestivas implicações para a especificação do ritmo histórico brasileiro” (LIMA, 2014, p. 141).

O autor do romance trata amatéria com certa indiferença, apenas a partir da perspectiva das desavenças entre os filhos de Natividade, já que Pedro utiliza o conteúdo da carta para evidenciar a mãe, monarquista, que ele estava do lado da família

que recebera a outorga de barões do Império<sup>44</sup> por determinação do monarca, enquanto o irmão apenas colocava-se ao lado daqueles que queriam ver o fim Império.

Apesar do livro não trazer mais detalhes sobre o evento – também se o texto tivesse que dizer tudo, o leitor jamais acabaria de lê-lo (ECO, 1994, p. 9) -, acreditamos ser necessário apontarmos aqui o que foi a *Questão militar*. Na década de 80 do século XIX, uma série de incidentes marcou a relação entre governo e forças armadas. O primeiro tentou enquadrar os “[...] oficiais que ousassem manifestar em público as suas ideias. Vários desses episódios estavam ligados a abusos estritamente militares, enquanto outros se relacionavam diretamente à abolição” (SCHULZ, 1994, p. 95).

Entre os vários entreveros, destacamos um ocorrido em 1884, quando o tenente-coronel Sena Madureira, militar que gozava de enorme prestígio junto ao monarca D. Pedro II, “convidou um dos jangadeiros que havia participado da luta pela libertação dos escravos no Ceará a visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, do qual era comandante” (FAUSTO, 2006, p. 233-234).

O ato teve como consequência, a transferência do oficial da capital da Corte para a província do Rio Grande do Sul. Ali ele publicou no jornal republicano *A federação*, um artigonarrando o episódio do Ceará, acirrando mais as pendengas entre Monarquia e Exército (2006, p. 234).

Ao lado do caso Sena Madureira havia outros gerando polêmicas, nos jornais. O ministro da Guerra [Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves] assinou então uma ordem em que proibia militares de discutir pela imprensa questões políticas ou da corporação. Os oficiais sediados no Rio Grande do Sul realizaram uma grande reunião em Porto Alegre, protestando contra a proibição do ministro. Deodoro da Fonseca, na presidência da província do Rio Grande do Sul, recusou-se a punir os oficiais, sendo chamado ao Rio de Janeiro. Afinal, surgiu uma fórmula conciliatória, favorável aos militares. Revogou-se a proibição e o gabinete foi censurado pelo Congresso.

Nessa altura (junho de 1887), os oficiais organizaram o Clube Militar como associação permanente para defender seus interesses, sendo Deodoro eleito presidente. No mesmo mês de fundação do clube, Deodoro solicitou ao ministro da Guerra que o Exército não fosse mais obrigado a caçar escravos fugidos. Isso aconteceu na prática, apesar da recusa do ministro em atender ao pedido (FAUSTO, 2006, p. 234).

## **A dança política do Império**

---

<sup>44</sup> - No Império brasileiro, os títulos nobiliárquicos que os pais recebiam, não eram extensivos os filhos.



Entre outros referenciais históricos representados em *Esau e Jacó* há as peculiaridades e eventos políticos que marcaram a passagem da Monarquia para a República, entre eles a última festa organizada pelo Império, conhecida como o baile da Ilha Fiscal, cuja realização objetivava saudar os militares chilenos que se encontravam no Brasil.

Ao transferir o baile para a ficção, Machado de Assis apontou vários aspectos da questão político-partidária daquela época em que os partidos, Liberal e Conservador, se alternavam na chefia do gabinete ministerial. No meio dessa gangorra política estava o advogado conservador Batista, que perdera o posto de presidente provincial sob a acusação de nepotismo, mas que acalentava o desejo de voltar ao posto. Porém, como os liberais foram alçados ao governo imperial, seria obrigado a dançar de acordo com a música política, conforme lhe sugere sua mulher, Cláudia.

A dança sugerida pela esposa de Batista se encontra no capítulo XLVII: S. Mateus, IV, 1-10 (ASSIS, 2008, p. 1.132-1.135), cujo título faz referência a uma passagem do Novo Testamento que retrata a tentação a que Cristo foi exposto no deserto.

Então Jesus foi conduzido pelo Espírito (*Santo*) ao deserto, para ser tentado pelo demônio. E, tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, depois teve fome. E, aproximando-se (*dele*) o tentador, disse-lhe: Se és filho de Deus, dize que estas pedras se convertam em pães. Ele, porém, respondendo-lhe, disse: Está escrito: Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus. Então o demônio transportou-o à cidade santa, e pô-lo sobre o pináculo do templo, e disse-lhe: Se és filho de Deus, lança-te daqui abaixo. Porque está escrito: Confiou aos seus anjos o cuidado de ti, e eles te tomarão nas mãos, para que não tropeces com o teu pé na pedra. Jesus disse-lhe: Também está escrito: Não tentarás o Senhor teu Deus. De novo o demônio o transportou a um monte muito alto, e lhe mostrou todos os reinos do mundo e a sua magnificência. E lhe disse: Tudo isto te darei, se, prostrado, me adorares. Então Jesus disse-lhe: Vai-te, Satanás, porque está escrito: O Senhor teu Deus adorarás, e a ele só servirás. Então o demônio deixou-o; e eis que os anjos se aproximaram, e o serviram (BIBLIA SAGRADA, 1959, p. 1.180).

Se no texto bíblico, o criador do cristianismo sofreu várias investidas do Diabo para mudar de lado, na enunciação machadiana, o conservador e ex-presidente de província é induzido pela esposa a se tornar liberal objetivando conquistar um lugar na estrutura governamental do Império.

Se há muito riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da

situação, como no Gênesis<sup>45</sup>. Venhamos ao evangelista que serve de título ao capítulo. Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar. Não é mister dizer que o abatimento de Batista foi enorme (ASSIS, 2008, p. 1.132).

Esse primeiro parágrafo expõe, do ponto de vista fictício, uma situação corriqueira no Brasil monárquico em que havia o bipartidarismo e a troca constante dos partidos que assumiriam a chefia do governo monárquico. Como o período da enunciação de Aires encontra-se próximo da queda do regime, Machado de Assis, por intermédio de seu narrador, está se referindo ao 37º gabinete da Monarquia, chefiado por Afonso de Assis Figueiredo, o “Visconde de Ouro Preto” (1836-1912), integrante do Partido Liberal que, no romance em análise e no plano concreto da política nacional, era contrário ao Partido Conservador ao qual Batista era filiado. Esse foi o último gabinete empossado por D. Pedro II que, observando o descredito e o desgaste que a Coroa vinha sofrendo, tenta salvar o seu reinado, buscando condições para um *Terceiro Reinado*, tendo à frente a sua filha Princesa Isabel, mesmo com a Constituição de 1824 determinando que o sucessor do trono teria que ser um homem.

“Peças centrais dessa engrenagem, os partidos Liberal e Conservador faziam a intermediação entre o poder central e o local e serviam de instrumento de aglomeração de políticos e grupos de interesses (dispersos) patrimoniais e fisiológicos” (SEGATTO, 2007, p. 135). É justamente essa finalidade das agremiações que dá o mote para Machado apresentar nesse capítulo o diálogo entre os pais de Flora, já que Batista havia sido presidente de uma província, mas tinha esperança de conquistar novamente o posto, entretanto com a chegada dos Liberais ao poder, as chances seriam remotas.

- Justamente agora que eu tinha esperanças, disse ele a mulher.
- De quê?

---

<sup>45</sup> - Gênesis é o primeiro dos cinco livros que compõe o Pentateuco. Os outros quatro são: Êxodo, Levítico, Números e o Deuteronômio. O autor do Pentateuco é Moisés, sendo “[...] um livro em parte histórico e em parte legal. Narra a história do homem desde a criação do mundo até a dispersão dos povos (Gên. 1,1 – 11,22) e, particularmente, a história do povo hebreu desde a sua origem até a conquista da Terra Prometida. Por outro lado, contém a legislação civil e religiosa de Israel, seja a adotada no tempo da peregrinação no deserto, seja a que deveria ser observada depois da ocupação e durante a permanência na Palestina” (BIBLIA SAGRADA, 1959, p. 17). Esses cinco textos formam “[...] a doutrina comumente admitida por toda a antiguidade judaica e cristã [...]” (1959, p. 17). É importante acrescentar que a leitura do Pentateuco “[...] não exige que Moisés seja o autor imediato de tudo aquilo que está contido nos cinco livros. Assim como há certos trechos que não podem ter sido escrito por ele, por ex., a narração de sua morte: *Deutr.* 34,5 seg.; ou a continuação de certas genealogias alcançando personagens que sobreviveram a Moisés (*Gên.* 36), existem também glosas, apostilas e traços de remanuseio que pertencem, sem dúvida alguma, a épocas bem posteriores a Moisés. Também não se pode excluir que ele se tenha servido das obras dos amanuenses e tenha podido incluir na sua narração – integralmente, resumidos ou amplificados – documentos e antigas tradições preexistentes” (BIBLIA SAGRADA, 1959, p. 17).

- Ora de quê! de uma presidência. Não disse nada, porque podiam falhar, mas é quase certo que não. Tive duas conferências, não com ministros, mas com pessoa influente que sabia, e era negócio de esperar um mês ou dois...
- Presidência boa?
- Boa.
- Se você tivesse trabalhado bem...
- Se tivesse trabalhado bem, podia estar já de posse, mas vínhamos agora a toque de caixa.
- Isso é verdade, concordou d. Cláudia olhando para o futuro (ASSIS, 2008, p. 1.132).

A conversa entre os dois demonstra a forma como a vida política era conduzida na Corte e seus acordos fisiológicos objetivando manter no poder o partido indicado pelo Imperador. Isso era feito por intermédio de diversos artifícios, entre eles as eleições municipais, que ficava sob a responsabilidade dos presidentes provinciais nomeados pelo Monarca. Eles tinham como função “[...] organizar e manipular as eleições, de forma a só eleger os candidatos do partido que estivesse no governo” (SEGATTO, 2007, p. 134).

As eleições paroquiais eram feitas e controladas pelo poder local, composto por grandes proprietários rurais e comerciantes, juízes, delegados ou subdelegados, párocos etc. Vencer a eleição significava não só o domínio político da localidade, mas o prestígio diante do governo e a manutenção dos cargos e empregos para apaniguados e dependentes. E para ganhar as eleições quaisquer meios eram válidos. A utilização da violência e da coação, do favor e do clientelismo, de mecanismos manipulatórios e de práticas fraudulentas era uma constante, aparecendo em alguns momentos institucionalizada <sup>46</sup> (SEGATTO, 2007, p. 134-135).

No que diz respeito ao clientelismo, o mesmo era alimentado pelo próprio Imperador e “[...] significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra” (GRAHAM, 1997, p. 16). Machado descreve essa prática política imperial através da conversação entre as duas personagens políticas da sua narrativa: Cláudia e Batista que caminha para a tentação presente no título do capítulo.

---

<sup>46</sup> - Essa prática também foi registrada por Jorge Amado em vários de seus livros, entre eles o romance *Gabriela, cravo e canela* (2008). Essa obra publicada pela primeira vez em 1958 demonstra que a troca de “favores” entre o povo e os políticos perdurou por muito tempo no interior do Brasil, tornando-se uma das marcas da República brasileira.

Enquanto o marido, conservador, andava pela sala, sem saber ao certo quanto tempo os liberais<sup>47</sup> iriam manter-se no poder, a esposa fazia suas confabulações, entre elas, a de sugerir que o esposo mude de cadeira. Cláudia se ergueu do assento em que estava acomodada, perguntando ao marido o que é que este esperava dos conservadores. Obteve como resposta que a expectativa era de que eles retornassem ao poder. Entretanto, a esposa achava que isso levaria tempo e, caso os amigos do advogado voltassem ao poder, será que se lembrariam dele? Batista diz à mulher que aguardaria o retorno dos conservadores à chefia do ministério imperial e, caso não conquistasse um lugar na nova estrutura governista, morreria em seu posto de honra, isto é, de ex-presidente de província.

Cláudia o olhou fixamente, afirmando que o mesmo nunca havia sido Conservador. Batista empalideceu, recuando, pois sempre teve em conta ser um conservador afinado com as ideias do pai, do pároco e dos parentes próximos. Ele tentou explicar suas razões, mas a mulher, não dando ouvidos ao que dizia o advogado, afirmou-lhe que estava com os conservadores como quem está num baile e deve-se dançar conforme a música. Ou seja, se o canto entoado politicamente partia das trombetas dos liberais, era preciso bailar conforme a melodia que elas executavam.

- Sim, mas a gente não dança com ideias, dança com pernas.
- Dance com que for, a verdade é que todas as suas ideias iam para os liberais, lembre-se que os dissidentes na província acusavam a você de apoiar os liberais ...
- Era falso; o governo é que me recomendava moderação. Posso mostrar cartas.
- Qual moderação! Você é liberal.
- Eu liberal?
- Um liberalão, nunca foi outra coisa.
- Pense no que diz, Cláudia. Se alguém a ouvir é capaz de crer, e daí a espalhar...
- Que tem que espalhe? Espalha a verdade, espalha a justiça, porque os seus verdadeiros amigos não o hão de deixar na rua, agora que tudo se organiza. Você tem amigos pessoais no ministério; por que os não procura? (ASSIS, 2008, p. 1.133).

O narrador informa que durante o diálogo com a esposa, Batista caminhava pela sala com as mãos às costas e os olhos pregados no chão. Estava apreensivo, mas suspirava “[...] sem prever o tempo em que os conservadores tornariam ao poder. Os

---

<sup>47</sup> - Durante o Império, os integrantes do partido Conservador eram conhecidos como *Saquaremas*; enquanto os filiados ao Partido Liberal foram designados como *Luzias*.

liberais estavam fortes e resolutos. As mesmas ideias pairavam na cabeça de d. Cláudia” (2008, p. 1.132).

O enunciador explica aos seus virtuais leitores, sejam eles do início do século XX ou deste XXI, o fio que ata o casal Batista. “Este casal só não era igual na vontade; as ideias eram muitas vezes tais que, se aparecessem cá fora, ninguém diria quais eram as dele, quais as dela, pareciam vir de um cérebro único” (ASSIS, 2008, p. 1.132).

Aires continua com sua explanação: “Naquele momento nenhum achava esperança imediata ou remota. Uma só ideia vaga... E foi que a vontade de d. Cláudia fincou os pés no chão e cresceu” (2008, p. 1.132-1.133). Ainda: “Não falo só por imagem; d. Cláudia levantou-se da cadeira, rápida, e disparou esta pergunta ao marido:” (ASSIS, 2008, p. 1.133).

- Mas, Batista, você o que é que espera mais dos conservadores?
- Batista parou com um ar digno e respondeu com simplicidade:
- Espero que subam.
- Que subam? Espera oito ou dez anos, o fim do século<sup>48</sup>, não é? E nessa ocasião você sabe se será aproveitado? Quem se lembrará de você?
- Posso fundar um jornal.
- Deixe-se de jornais. E se morrer?
- Morro no meu posto de honra (ASSIS, 2008, p. 1.133).

As conversas mantidas entre o casal, em que a mulher sugere ao advogado Batista dançar conforme a música que se executa e as intenções da tentação feita ao esposo conservador ficam evidentes no capítulo seguinte, intitulado *Terpsícore*<sup>49</sup> - alusão a “uma das nove musas da mitologia grega, patrona da poesia lírica e da dança” (ASSIS, 2012, p. 129).

O foco da narrativa em que o enunciador relata o baile mais aguardado pela Corte, conforme notícias estampadas pelos jornais da época, desloca-se do casal Batista para a mãe dos gêmeos Pedro e Paulo, Natividade que, do seu canto do salão, de acordo com as observações do enunciador, analisa os fatos, inclusive a provável concretização dos anseios de Cláudia que articula a conversão do marido conservador, em liberal.

---

<sup>48</sup> - Se for possível datar, mesmo que a partir da perspectiva ficcional, essa interpelação de D. Cláudia, pode se chegar a ideia de que a conversa acontece entre os meses finais de 1887 e 1889, quando a Monarquia brasileira é eliminada pelos militares. Há ainda que acrescentar que a esposa de Batista acreditava na hipótese de um terceiro reinado, provavelmente tendo a frente a princesa Isabel e seu esposo, o conde D’Eu.

<sup>49</sup> - Machado de Assis escreveu uma crônica com o mesmo título e publicada no jornal *Gazeta de Notícias* no dia 25 de março de 1886, abordando a vida do casal Porfírio e Glória marcada pela dança e por um bilhete de loteria.

[...]. Também ela pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor ideia de dançar, nem a razão estética da outra. Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. Via-se já com a família imperial. Ouvia a princesa:

- Como vai, dona Cláudia?

- Perfeitamente bem, sereníssima senhora<sup>50</sup>.

E Batista conversaria com o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe (ASSIS, 2008, p. 1.132).

Embora a enunciação aponte se tratar de um devaneio da mulher de Batista enquanto aguardava o baile, ela antecipa a conversão do conservador em liberal, graças à influência da mulher que sugeriu a ele bailar conforme o canto político do momento. O advogado reluta em dançar com as ideias liberais, mas sede aos encantos e os brados entoados pela mulher, atentando-se para o fato de que o mais importante era estar no poder, independentemente da ideologia proferida pelo grupo que caía nas graças do Imperador e a forma clientelística como conduzia as questões políticas do seu reinado.

O procedimento de Batista, derivado da volubilidade fisiológica é, de fato, conduta peculiar que molda o caráter dos agentes políticos-partidários, cujos traços perpassam o processo histórico brasileiro-fisiológico, sem compromissos programáticos, sobrevivem das fatias, migalhas<sup>51</sup> ou à sombra do poder; usam o Estado como provedor de empregos, verbas, subsídios, favores; estão constantemente próximos do governo, seja ele qual for; ordinariamente, à disposição para serem cooptados ou aderirem a governos de que eram oposição ou até mesmo inimigos de véspera; são, acima de tudo, governistas e estatistas (SEGATTO, 2007, p. 135).

O baile retratado por Machado de Assis sugere ainda outras interpretações do cenário político do Segundo Reinado, como o desejo do banqueiro Agostinho Santos em tornar-se Senador vitalício do Império, mas contrário ao Batista, é dissuadido pela esposa, Natividade, a fazer tal investida, mesmo que tenha que passar primeiro pela Câmara dos Deputados e usar a sua influência de banqueiro e barão imperial<sup>52</sup>.

Ao construir a personagem Batista, o ficcionista carioca caracterizou o típico político da vida brasileira do século XIX. Ele “encarna e concentra em si o máximo das tendências da cultura e da prática políticas, com traços patrimonialistas, clientelistas e

---

<sup>50</sup> - Fazendo referência ao processo eleitoral brasileiro, Machado de Assis escreveu o conto *A sereníssima república* (2004) que foi publicado em livro nos *Papéis avulsos em 1882*.

<sup>51</sup> - Essa peculiaridade, o escritor brasileiro acentua no capítulo IV: *Ideia fixa* (ASSIS, 1998, p. 20-21), que compõe seu romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

<sup>52</sup> - Machado de Assis também retratou em diversos textos, quem eram os integrantes do Senado e como funcionava o Legislativo brasileiro. Sobre o primeiro, há artigo *O velho Senado* publicado na Revista Brasileira e sobre o segundo tratou da matéria no conto *Capítulos do Chapéu*(2004).

fisiológicos que se reproduzem no seio e nas sombras do poder” (SEGATTO, 2007, p. 134).

Desta forma, o escritor, em seu penúltimo romance, abre as portas para que os leitores do século XXI compreendam o passado brasileiro, principalmente no âmbito de sua história política monárquica que pode ser resumida “[...] a partir de 1836, na luta dos dois grandes partidos, o liberal e o conservador, separados e identificáveis por um ideário próprio” (FAORO, 1991, p. 341) e o advogado que num momento era conservador, para, no instante seguinte, se tornar liberal atendendo aos cânticos da mulher, desejosa de ver o esposo voltando a presidir uma província, mesmo que longínqua do centro do poder, se encontra bem no meio desta disputa.

Quando finalmente acata as admoestações da mulher que o tentava constantemente, numa espécie de verificação objetivando detectar até onde ia à defesa dos preceitos conservadores do marido, Batista opta por bandear para os lados do governo, independentemente da agremiação que formava o ministério, a Monarquia é eliminada e em seu lugar instala-se o regime republicano. Diante do novo contexto, Batista volta ao velho jogo político para conseguir manter um posto na estrutura do novo sistema.

De qualquer forma, o advogado, amigo da família do barão Agostinho Santos, personifica aqueles funcionários públicos que não devem lealdade ao Estado, mas sim ao grupo que chefia o ministério por determinação do Imperador. Sendo assim, se os servidores públicos “[...] devem lealdade ao governo e se o governo é a materialização de uma diretriz partidária, logo aqueles funcionários devem obediência compulsória ao partido que ocupa o governo” (LESSA, 1999, p. 41).

Ao retratar, a partir da ficção, as peripécias e andanças de Batista em busca de um cargo na estrutura governamental brasileira, Machado não pretendia torna-se historiador, pois este retrata os fatos como ocorreram, enquanto que o escritor conta não às ações em si, mas como elas poderiam ter sido e o faz usando recursos que a literatura lhe faculta (ARISTÓTELES, 1999, p. 47).

Portanto, ao acessar as páginas do romance machadiano, o leitor compreenderá que a literatura – na condição de atividade artística e a história têm objetivos diferentes no que diz respeito à reprodução do real. Com a primeira, o indivíduo se relaciona por meio da imaginação com o universo histórico. Entretanto, a obra ficcional não é contrária à realidade, pois ao construir um real imaginário, a ficção não deixa de representar, através da enunciação, a existência real (SEGATTO, 2007, 139).

Apresentamos a primeira parte da divisória que fizemos deste penúltimo romance de Machado de Assis. A segunda parte, que tem início com a queda da Monarquia e o surgimento da República, será observada no terceiro capítulo dessa dissertação. O nosso objetivo é compreender como, através de uma representação desinteressada dos fatos, Machado apresentou aos seus leitores o seu *olhar* sobre aqueles acontecimentos que marcaram profundamente a forma do Brasil existir.

A nossa análise começa pelo capítulo XLIX: *Tabuleta Velha*, terminando na seção CXXI: *Último*, justamente o nome que iria intitular esse romance, todavia, o próprio Machado o alterou momentos antes de ser impresso, passando a se chamar *Esau e Jacó*.

Permanecendo no caminho que fizemos até este ponto da dissertação, vamos nos deter apenas nos fatos históricos que marcaram a transição de um regime para o outro, de modo que seja possível nos aproximarmos do que o autor tentou apontar neste seu penúltimo romance através das representações artísticas e literárias sobre o Brasil Oitocentista.

Desta forma, a nossa exposição pretende situar o escritor dentro do contexto histórico em que escreveu sua obra. O texto foi publicado em 1904, porém, levou três anos para ser concluído. Neste período, a República oligárquica se consolidou, muitos conselheiros da Monarquia conquistaram alguns postos na estrutura administrativa do novo regime, chegando inclusive a presidir a nação, como é o caso de Rodrigues Alves. O jacobinismo enquanto movimento político foi banido do cenário nacional e, enquanto isso no plano ficcional os gêmeos Pedro e Paulo perderam a sua amada Flora; a mãe Natividade também falece, sem que antes obtenha dos filhos a promessa que iriam se reconciliar. Acordo esse mantido por pouco tempo, até que ambos são eleitos deputados federais e se posicionam em lados opostos, principalmente no que diz respeito à consolidação da República.



## Capítulo 4

### Entre dois regimes: Monarquia e República (“Noite de 14”... “Manhã de 15”)

Ao debruçarmos sobre o romance *Esau e Jacó*, penúltima obra do escritor carioca Machado de Assis, pretendemos compreender o sentido que a representação da República adquire nesta obra. O primeiro procedimento analítico nos possibilitou interpretar que, em sua narrativa, por intermédio de intertexto bíblico, o romancista fez referências aos gêmeos personagens do Gênesis - livro do Antigo Testamento – e Pedro e Paulo – do Novo Testamento.

Ao fazer isto no plano ficcional, Machado possibilita aos seus leitores fazerem leituras que apontem caminhos que os levarão à interpretação, segundo a qual, a partir da apropriação das duas duplas de personagens bíblicas, estava buscando atar as duas pontas do processo histórico que vivenciou na condição de escritor e cronista: isto é, unir a Monarquia à República, já que o segundo regime substituiu o primeiro através de um golpe de Estado desferido pelos militares na madrugada de sábado 15 de novembro de 1889.

Tendo essas observações iniciais como pressupostos, entendermos ser necessário, mesmo que de maneira sintética, compreendermos a sociedade em que Machado de Assis vivia quando os fatos representados em seu romance se desenrolaram. Isto é, o Rio de Janeiro, enquanto capital da República entre o final do século XIX e começo do XX.

Estabelecemos este marco divisório para que a análise da segunda parte do romance alcance o objetivo proposto nesta dissertação, ou seja, entender o sentido da representação que a passagem do regime monárquico ao republicano tem na penúltima obra ficcional machadiana.

Importante notar que quando Machado escrevia seu romance havia pouco mais de dez anos que o Império tinha desaparecido, porém deixando para trás uma quantidade considerável de defensores da Monarquia, como o diplomata Joaquim Nabuco, amigo do cronista carioca. Alguns se tornaram saudosistas, mas existiam outros que reverenciavam o passado acreditando na possibilidade de um retorno da família real que vivia exilada na França, onde D. Pedro II morrera em 1891, dois anos depois de ser expulso do Brasil com a extinção da Monarquia.

Portanto, cremos que, ao compor *Esau e Jacó*, utilizando recursos literários, seu autor retrata parte da existência do Brasil entre os dois regimes que existiram entre 1869 e 1894. Olhando essas ocorrências a partir dos primeiros anos do século XX, acreditamos que Machado pretendia atar o ontem com o vivenciado no seu presente, ou seja, os primeiros anos da República.

Mesmo que o momento em que vivia não estivesse diretamente ligado à sua narrativa, pôde vivenciar as consequências dos primeiros anos de governo militar e posteriormente o civil, bem como a criação da política dos governadores que, em linhas gerais pode ser resumida como um pacto em que o governo federal sustentava politicamente os chefes dos executivos estaduais. Para tanto, fazia uso de uma extensa máquina partidária envolvendo os *coronéis* e as eleições municipais, visando sempre os candidatos afinados com a administração central.

Entretanto, como a ficção pode transgredir a realidade, conforme Aristóteles apontou em *Poéticas* (1999), é possível que o ficcionista tenha transposto para o período abordado em seu romance fatos ou discursos que aconteceram depois. Essa observação respalda-se em um evento ocorrido no dia 21 de março de 1895 no Clube Militar.

Os oradores estavam convencidos de que os militares deveriam preparar-se para enfrentar o movimento restaurador, que poderia eclodir proximamente. Cabia as classes armadas zelar para que, ao menor sinal da revolução, as forças republicanas se movimentassem (JANOTTI, 1990, p.59).

Tendo como premissa o *olhar* que Machado lança sobre o passado a partir do seu presente, isto é, o começo do século XX, é possível interpretarmos esse discurso no Clube Militar como fonte do medo de Custódio, o dono da confeitaria que conversa com o conselheiro Aires sobre seus temores quanto ao nome que pretendia dar ao seu estabelecimento. Este diálogo entre o padeiro e o diplomata aposentado, se encontra no capítulo LXIII: *Tabuleta nova* (ASSIS, 2008, p. 1.158-1.160).

Desta forma, entendemos haver a necessidade de operar essa busca do local onde Machado de Assis escrevia sobre as coisas do passado do Brasil Oitocentista, isto é, o país que havia saído da escravidão e se esforçava para integrar os ex-cativos ao nascente mercado de trabalho na condição de mão de obra assalariada, mesmo que os descendentes de escravos tivessem que competir com os trabalhadores europeus. Havia também o desafio de fazer com que a população fosse incorporada ao processo eleitoral, cuja prática antidemocrática persistia desde os tempos monárquicos.

Para compor as personagens que representariam um período singular no Brasil, o cronista teve 15 anos para acompanhar tudo o que aconteceu após o fim da Monarquia. Mesmo com a extinção do Império, Machado permaneceu prestando serviços no Ministério da Agricultura. Portanto, após o advento da República, pôde observar tudo meticulosamente e posteriormente compor, sem pressa, as suas narrativas, sejam elas no campo das crônicas e dos romances publicados a partir do final do século XIX.

O literato vivenciou a revolta de Canudos, a revolução federalista, os conflitos entre governo republicano e os jacobinos levemente retratados no capítulo CVIX: *Consultório e banca* (ASSIS, 2008, p. 1.216-1.217) que será objeto de análise no corpus deste capítulo. Também assistiu de seu gabinete de trabalho, a ditadura dos marechais; a chegada dos civis ao poder e a tentativa de assassinato do primeiro presidente civil da República Prudente José de Moraes e Barros (1841-1902). Machado viu a consolidação da República Oligárquica<sup>53</sup> e soube das pequenas movimentações buscando a restauração da Monarquia, principalmente algumas pífias tentativas isoladas no interior do Estado de São Paulo.

---

<sup>53</sup> - “*Oligarquia* é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado. A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República” (FAUSTO, 2006, p. 261).

Sendo assim, *Esau e Jacó*, obra que compõem a pauta desta análise, pode conter referenciais dos dois momentos vivenciados pelo país naquele período: um antes e outro depois da eliminação do trono. O primeiro período foi tratado no capítulo anterior e o segundo momento deverá dar a tônica das abordagens nesta terceira seção desta dissertação.

### **Quinze anos de República (1889-1904)**

A primeira ponta que criamos para entender o segundo período do romance machadiano, bem como a localização do seu autor no tempo histórico brasileiro, tem início no começo de 1889 que se inicia como monárquico, mas termina republicano. A alteração ocorreu em novembro quando os militares destituíram o monarca e todo o sistema institucional que lhe dava sustentação regimental. Do outro lado da linha, isto é, 1904, encontramos diversas questões que vão do campo da saúde pública como a Revolta da Vacina, passando pela problemática socioeconômica.

Começando o percurso histórico que acreditamos o ficcionista tenha percorrido para compor seu penúltimo romance, não podemos esquecer, conforme já pontuado nessa dissertação, que a Monarquia ruiu após duas décadas se definhando. O descrédito da Corte era motivado por sucessivas crises políticas que vinham solapando as estruturas imperiais desde o final da década de 60 do século XIX.

Este ceticismo foi externado por Machado de Assis em diversas crônicas, entre elas uma publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias* no dia 11 de maio de 1888, portanto, 18 meses antes da extinção do Império. O texto faz alusão ao problema escravista, inclusive apontando questões emblemáticas como a compra de escravos fugitivos por outros escravagistas.

Em determinado ponto da narrativa, duas pessoas conversam sobre tais assuntos e emendam outro tema: a fragilidade monárquica. Uma das personagens afirma ao seu interlocutor que este não sabia o que havia no ar. Recebe como resposta que deve ser um papagaio (ASSIS, 1990, p. 58).

- Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?
- Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

- Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post*[grifo do original], de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?
- Não.
- Não sabe alemão?
- E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na casa esta algaravia do diabo:
- Esdürfteleichtzuerweisensein, das  
BrasilienwenigereinekontitutionelleMonarchiealseineabstoluteOligarc  
hieist.
- Mas que quer isto dizer?
- Que é deste último tronco que deve brotar a flor.
- Que flor?
- AS (ASSIS, 1990, p. 58-59).

Pelo diálogo entre as duas personagens, sendo uma delas o narrador, podemos observar como o autor da crônica estava vendo aqueles meses que sucederam o fim da Monarquia no Brasil. Além disto, a frase em alemão significa “na realidade, o Brasil não é uma monarquia constitucional, mas uma oligarquia absolutista<sup>54</sup>”, o que sugere uma série de especulações e interpretações, principalmente no que diz respeito às estruturas políticas imperiais que o cronista representa de forma ficcional a partir das relações que o casal Batista, do romance *Esau e Jacó*, mantinha com o governo e a classe política que gravitava em torno do poder central.

Mantendo o foco no ficcionista<sup>55</sup>, é interessante notar que este publicou também textos jornalísticos depois do fim da Monarquia, que, apesar de terem vindo a público já na fase republicana, possibilitam aos seus leitores uma compreensão de como o regente não conseguia mais se sustentar à frente do governo imperial e por várias razões, entre elas, o seu crônico problema de saúde.

Mesmo tendo a sua popularidade se esvaindo ano a ano, D Pedro II,

[...] com seus defeitos e suas qualidades, governava o país patriarcalmente, mal tomando conhecimento da agitação republicana que nem chegava a ser agitação, confinada que estava a dois ou três jornais no Rio e outros tantos em São Paulo (BASBAUM, 1986, p. 15).

Isto nos demonstra o quanto ele não vivenciava questões urgentes que o Brasil precisava equacionar, mas por outro lado, estimulava outras tantas coisas. “O dom

---

<sup>54</sup> - Essa tradução que fiz é semelhante à que se encontra no livro de crônicas e feita pelo organizador da obra, John Gledson.

<sup>55</sup> - Machado de Assis atuou durante muito tempo como empregado na imprensa carioca, onde travou relações com vários políticos, entre eles os republicanos Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895).

Pedro de Machado de Assis está coroado com o mito, que o eleva, nas ruas, no coche, no jogo político” (FAORO, 2001 p. 69). Mas se por um lado, esse monarca machadiano está repleto de pompa, por outro, o próprio ficcionista, através de seus textos aponta que poderia, no plano real, haver outro imperador que dava vida a um sistema político na condição de cúpula e ao mesmo tempo árbitro deste sistema (2001, p. 69).

Se se podemos ter essa ideia por um prisma, por outro, há ainda questões e fatos que demonstrem o descontrole governamental perante os seus súditos. Uma situação que evidencia a fraqueza do Imperador diz respeito ao destino do cortesão que furtou algumas joias da coroa.

Mais: em virtude de sua frágil saúde, obrigando-o a se ausentar várias vezes do país para cuidar da sua situação clínica, D. Pedro II não participou de dois eventos importantes que podem ser considerados vitais para a queda da Monarquia: o primeiro é a lei Rio Branco, que entrou em vigor em setembro de 1871 e foi assinada pela sua filha, Princesa Isabel.

O segundo foi o decreto que colocou fim à escravidão no Brasil, abrindo espaço para o trabalho assalariado. Essa lei também foi chancelada pela regente, que provou, conforme aponta vários pesquisadores, a revoada de vários defensores da Monarquia para o movimento republicano que ganhara força nos últimos anos de Império.

É justamente o ingresso de vários monarquistas, principalmente aqueles que se viram alijados do braço escravo da noite para o dia, entre os escravocratas do norte fluminense, do qual pertencia à família de Bento Santiago, herói/vilão do romance *Dom Casmurro* (2008), associados aos fazendeiros do café de São Paulo que irá manter a estrutura arcaica que vinha desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, conforme atestam Emília Viotti da Costa em seu livro *Da Monarquia a República* (2010) e José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem* (1996).

Esta manutenção pode ser observada a partir do momento em que nos deparamos com a presença de ministros republicanos que ocuparam cargos no primeiro escalão durante o regime monárquico, como por exemplo, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Antes de ser presidente da República (1902-1906) durante o período em que Machado escrevia seu *Esau e Jacó*, fora Visconde e conselheiro do Império.

Não podemos deixar de atentarmos para o fato de que a República se faz presente no Brasil após um golpe que não contou com a participação efetiva da

população, conforme atestou José Murilo de Carvalho em seu livro *Os bestializados* (1991)<sup>56</sup>.

De qualquer forma, o fim da Monarquia proporcionou a ascensão no plano nacional dos cafeicultores paulistas e dos militares como força política. Apesar de terem interesses antagônicos, a união entre ambos foi fundamental para a extinção da Corte. Eliminado o Império, e com ele todos os títulos nobiliárquicos, como a baronia recebida pela família Agostinho Santos, o novo regime passa a ser administrado por um governo provisório, sobretudo marcado por uma política inflacionária e industrializante.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 13-50), as forças que se beneficiaram imediatamente à Proclamação da República faziam parte dos setores industriais e financeiros urbanos. Ele diz ainda que o período entre 1890 e 1891 – fase em que ocorreu o *Encilhamento* – foi conhecido como industrialista e inflacionário.

Outro problema enfrentado pelo governo provisório dizia respeito à necessidade de se federalizar o Estado, dando autonomia às províncias, a liberdade de culto – separação da Igreja e do Estado -, entre outras medidas a ser adotadas para que o novo regime fluísse de acordo com os preceitos estabelecidos nos anos que antecederam a ruptura com o monarquismo.

Mas para que esse ideário fosse implantado, a única força capaz de exercer o poder político (e repressivo) era o Exército – que aparece sutilmente em *Esaú e Jacó*, mas tem destaque no conto *O Espelho* (ASSIS, 2004) e em *Iaiá Garcia* (2008). Enquanto o Marechal Deodoro da Fonseca simbolizava o Executivo, mais do que isso, a unidade das Forças Armadas, a oposição, tanto imperial que sonhava com o retorno da Monarquia, como a dos burgueses agrários republicanos, teve que restringir-se à retórica (CARDOSO, 1977, p. 39).

Os preceitos republicanos não passaram de anseios de parte dos chamados republicanos idealistas ou românticos, já que logo após a eliminação do Império, houve uma adesão às fileiras do republicanismo por parte de monarquistas descontentes com a coroa. Dito de outra forma: com os

[...] antigos monarquistas se transformando da noite para o dia em *republicanos históricos*, ocupando os postos-chaves da administração,

---

<sup>56</sup> - Existem interpretações dando conta de que houve participação efetiva de determinados segmentos da sociedade carioca, seja favorável ou contrário ao novo regime. Um desses agrupamentos foi a *Guarda Negra*, cujos integrantes eram descendentes de africanos libertos e defendiam a Monarquia, acreditando que a Princesa Isabel era a responsável por livrá-los dos grilhões e sevícias dos senhores escravagistas (MELLO, 2007).

enquanto os verdadeiros republicanos, os *idealistas*, iam abandonando a luta, convencidos de que não era a república dos seus sonhos. Mas é sabido que em História, os fatos não acontecem por acaso. Deve por força existir uma lógica, um elo invisível a ligar esses fatos. Esse elo, essa causa, possa talvez permitir-nos encaixar as peças desse complicado puzzle nos devidos lugares e dar-nos por fim uma compreensão desse tortuoso e torturado período (BASBAUM, 1986, p. 15).

São esses encaixes e acertos que possibilitaram a Monarquia, através de diversos de seus quadros, estar presente na República, bem como manter a prática política existente no antigo regime. A permanência de tais condutas foi personificada por Machado de Assis através do casal Batista, marcado pelo périplo que o marido faz para conseguir um cargo na estrutura do novo sistema governamental brasileiro. As andanças do advogado ex-conservador, convertido em liberal monarquista e posteriormente republicano são retratadas no capítulo LXXVIII: *Visita ao Marechal* (ASSIS, 2008, p. 1.177-1.178).

Tudo isso se passa sob as vistas do Conselheiro Aires que assiste aos fatos, sem emitir opinião, pelo menos no primeiro contato com o romance, isto é, na aparência, mas que pode apresentar outras nuances a partir de uma leitura mais detalhada da obra, como se fosse possível haver alguma coisa sobre o verniz da diplomacia.

Desta forma, o escritor, por intermédio do conselheiro José Marcondes Aires que também é personagem da própria narrativa, pode ter apontado que o diplomata aposentado tinha sim uma opinião sobre os fatos fictícios respaldados em acontecimentos reais, como a Proclamação da República e outras ocorrências. É o que tentaremos demonstrar mais adiante, quando destacaremos alguns capítulos do romance apontando que o seu autor está dizendo que Monarquia e República continuaram sendo a mesma coisa e que, por saber disso ou desconfiar de tudo, não passou de uma simples alteração de nomenclatura, o povo não participou dos eventos, seguindo a vida, como se dia 15 de novembro de 1889 fosse apenas o dia seguinte ao anterior, 14, ou seja, monárquico, porém, republicano.

Retornando ao primeiro governo da nova República, ou seja, do Marechal Deodoro, que não dura muito devido a diversas pressões que o velho militar, ligado à Monarquia, sofria internamente por parte do Exército, de setores da sociedade civil e de monarquistas empedernidos que sonhavam com a volta do Império.

Muito a contragosto, o militar-político determina no final daquele ano, eleições para uma Assembleia Constituinte, que aconteceram em 15 de novembro de 1890, cujo



colegiado escolhido ratificou o nome do Marechal como presidente da República Federativa do Brasil. Aquela constituição<sup>57</sup> confirmou a República brasileira como regime representativo, consolidado por uma divisão de poderes entre: a) legislativo bicameral (Câmara e Senado Federal); b) Executivo; c) Judiciário. O presidente seria eleito e os juízes do Supremo Tribunal Federal nomeados de forma vitalícia, perdendo o cargo apenas por sentença judicial (CARDOSO, 1977, p. 37).

Mas antes da Constituição existir de fato, no dia 04 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso, motivado por discussões envolvendo projeto que estabelecia a responsabilidade do presidente da República. Também ordena que as tropas do Exército ocupe o prédio, e, redige

[...] manifesto à nação em que alegava o legislativo estar “[...] criando embaraços à ação administrativa do governo pela apresentação de certos projetos reacionários”. Os parlamentares dirigiram também um manifesto à nação brasileira, em resposta ao de Deodoro, condenando a dissolução do Congresso, ato considerado [...] “[...] um atentado de tal ordem, que não encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos [...]” (LEÃO REGO, 1981, p. 141-142).

Mas a violência nas ruas, associada a outros diversos fatores, faz com que o primeiro presidente da República renuncie no dia 23 de novembro daquele mesmo ano, sendo substituído pelo vice, o também Marechal Floriano Peixoto que não fez um governo isento de problemas e de choques internos assombrados pelos monarquistas que sonhavam em reestabelecer o antigo regime durante a gestão do militar, que muitos o imaginavam como liberal, a *espada* foi utilizada numa espécie de *purificação* da República.

Neste sentido, podemos afirmar que a marca fundamental de Floriano foi o autoritarismo, sustentado pelas Forças Armadas e pelos alunos da Escola Militar, que mesmo sofrendo divisões interna entre deodoristas e florianistas, ratificavam os atos do Presidente da República. Talvez essa postura se deve ao fato de que o mesmo era tido como patrono e líder de uma corrente conhecida como *jacobina*, formada pelos mais intransigentes defensores da República.

---

<sup>57</sup> - A Constituição republicana de 1891, traz em seu artigo 72, parágrafo 2º, “que ‘em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato’” (LEYSER, 2001, p. 90).

Jacobinos e jacobinismo são expressões correntes na crônica da Primeira República desde a sua implantação. Já no início do governo provisório os jornais chamavam de “jacobino feroz” o redator de boletins afixados nos muros do Rio de Janeiro conclamando os revolucionários de 1889 a derrubarem “a ditadura”, na qual “os ministros esbanjavam escandalosamente os cofres públicos e o filhotismo impera desassombrado”. Todavia, é a partir do governo de Floriano Peixoto que farão parte constante do cotidiano político, e até praticamente o final da presidência de Prudente de Moraes repontarão com maior ou menos intensidade na vida nacional conforme as contingências do processo histórico que lhes dão origem (QUEIROZ, 1986, p. 17).

O ideário dos jacobinos seguidores de Floriano Peixoto pautava-se pela demarcação de fronteiras, no conhecimento do Brasil profundo, na integração nacional e, sobretudo, na fusão da ciência e da ordem estruturada na ideia de progresso, que na verdade, constituía o eixo positivista do espírito republicano e a formação militar. Porém, muitos pesquisadores acham que o jacobinismo faliu em dois planos: o primeiro quando perdeu o Executivo em 1894 para os civis; o segundo ocorreria dois anos depois, isto é, 1896, ao deixar transparecer que seu projeto para o Brasil não passava de uma demência estéril, não ultrapassando a prática da degola sistêmica. Isso fica claro quando analisamos a tragédia de *Canudos*<sup>58</sup>, pois a mesma mostra que a aliança entre ciência e ordem unida não ia além do genocídio.

É preciso ter claro que não havia apenas o jacobinismo que lutava pela conquista de uma posição diferenciada no governo militar da jovem República. De acordo com a historiadora Maria Janotti (1990, p. 55) “[...] os grupos dominantes que disputaram o poder, a partir de 1889, tinham diferentes concepções sobre a República a ser implantada, e conseqüentemente, diferentes expectativas sobre seu destino político”. Essas expectativas adquirem nítidos contornos conforme a própria história vai se desenrolando, deixando de ser um projeto apriorístico (1990, p. 55).

O jacobinismo também aparece na trama machadiana em pauta nesta dissertação, mais especificamente no capítulo sobre o exercício profissional dos filhos de Agostinho Santos (ASSIS, 2006, 1.126-1.217). Os relatos se passam após o sepultamento de Flora que ocorre no dia em que Floriano Peixoto decreta Estado de sítio.

---

<sup>58</sup> - Sobre a guerra de Canudos e o embate entre os sertanejos que cercavam Antonio Conselheiro e o Exército Brasileiro ver o livro de Euclides da Cunha [1866-1909] *Os sertões* (1996), principalmente no que diz respeito aos relatos, segundo os quais, os militares antes de matarem os seguidores do beato os obrigavam a dar viva à República.

## O sentido da República

Enquanto na esfera política e, em certa medida econômica, o Brasil mantinha os vícios e práticas de compadrio, característicos do antigo regime, contrariando os anseios dos republicanos chamados românticos, como Quintino Bocáiuva e Saldanha Marinho, já que aquilo que observaram no exercício efetivo, não era a República que eles sonhavam, o país buscava se modernizar, mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro, de onde Machado olhava o passado político e social daquela nação que emergia das teias monárquicas.

Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins. Com muita brevidade se instala uma rotina de hábitos elegantes ao longo de toda a cidade, que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo. Já o dia não bastava para tanta excitação; era necessário invadir a noite, a cuja fruição os novos lampiões a gás e as luminárias elétricas do comércio convidavam (SEVCENKO, 2009, p. 52-53).

Ao representar alguns aspectos da realidade do Brasil Oitocentista, Machado de Assis fornece aos seus leitores ferramentas que possibilitem especular o que foi a transposição do regime monárquico ao republicano. Análises que devem levar em conta dois outros discursos: o político e o que atesta o entendimento da sociedade da época. Desta forma, “[...] se constitui no fenômeno da vida do espírito, condensando filosofia e ciências humanas” (ORTIZ, 2001, p. 26).

Conforme já apontamos, o penúltimo romance machadiano reporta o leitor ao Antigo Testamento, mais especificamente ao Gênesis, pois a obra é intitulada com o nome de duas personagens daquele livro bíblico: *Esau e Jacó*. Porém, em nenhum momento, iniciada a leitura do livro, o leitor irá se deparar com os dois que é citado apenas uma vez no transcorrer da narrativa, propriamente no capítulo XIV: *A lição do discípulo* (ASSIS, 2008, p. 1.094-1.095).

Entretanto, encontrará os irmãos Pedro e Paulo que disputam tudo em suas existências, desde a preferência pelo afeto da mãe Natividade, ao amor de Flora, passando pelos dois grupos que estão em disputa política no período: os monarquistas e os republicanos.

Pedro, cujo nome reporta a outra personagem bíblica, mas do Novo Testamento, sobre quem recai a tarefa de organizar a nova seita que surge com Cristo, é defensor da Monarquia e seu irmão que remete o leitor ao republicano Paulo que se chamava Saul e era cidadão romano e fervoroso perseguidor dos adeptos da nova religião, no entanto, após uma visão mística converte-se em fiel difusor da nova filosofia, defendendo-a. Na narrativa do Novo Testamento, Pedro e Paulo têm divergências por conta da forma como o novo credo deve ser expandido pela região do Oriente Médio e Europa.

Por ser um romance recheado de referenciais históricos de um momento singular brasileiro, o que nos pautou a desenvolver esta dissertação buscando entender o sentido da representação da passagem da Monarquia à República feita pelo autor do romance, optamos por detalhar como a figuração do dia que antecedeu a queda da Monarquia e o posterior à eliminação do trono pode nos apontar que o texto machadiano está indicando que a República não substituiu o Império e que o povo, conforme disse Aristides Lobo, viu tudo como se estivesse assistindo a uma parada militar e que no primeiro dia republicano foi como se nada tivesse acontecido. As abordagens se deterão aos capítulos LXI e LX: *Noite de 14... Manhã de 15* (ASSIS, 2008, p. 1.152-1.155).

A narrativa se inicia com Aires localizando o encontro e as personagens: as famílias dos Santos e Batista, ambas na residência do banqueiro-barão com o pai de Flora, o advogado conservador convertido ao liberalismo, dando os informes sobre o que estava por vir, ou seja, que provavelmente seria contemplado com a presidência de uma província.

O diálogo deixa claro que nenhum dos presentes, seja Pedro, Paulo ou os demais parceiros de conversa sabiam que nos bastidores, os jovens estudantes da Escola Militar sob a instrução de Benjamin Constant se preparavam para depor o monarca e toda a sua corte. A única preocupação dos gêmeos naquele momento era com a possibilidade de seu amor, deixá-los para ir com os pais para uma província distante.

O que podemos observar neste capítulo, cujo título transporta o leitor ao dia anterior da queda da Monarquia, é que ninguém estaria pensando que o Império iria ruir, ainda mais as personagens principais dessa trama, inclusive o próprio Paulo, republicano, não tinha a menor ideia do que estava acontecendo, pois se soubesse estaria junto com o grupo de republicanos trabalhando nos bastidores do golpe naquela noite de 14 de novembro.

No final daquela reunião familiar todos os presentes se retiraram para os seus *mundos* e o Conselheiro Aires dirigiu-se à sua casa, onde pretendia fazer algumas

observações em seu diário. “A noite era clara e tranquila. Aires recompôs uma parte do serão para escrevê-la no *Memorial* [grifo do original]. Poucas linhas, mas interessantes, nas quais Flora era a principal figura” (ASSIS, 2008, p. 1.154).

Isto feito, Aires meteu-se na cama, rezou uma ode do seu Horácio e fechou os olhos. Nem por isso dormiu. Tentou então uma página do seu Cervantes, outra do seu Erasmo, fechou novamente os olhos, até que dormiu. Pouco foi; às cinco horas e quarenta minutos estava de pé. Em novembro, sabes que é dia (ASSIS, 2008, p. 1.154).

Ora, se o ficcionista não transpõe para a sua representação vivacidade à suas personagens em acontecimentos tão importantes para a realidade brasileira naquele período em que o Império estava prestes a ruir, pode significar que tanto fazia um regime como outro, a coisa continuaria a mesma, já que Aires adormece na Monarquia e acorda na República e nada havia mudado.

A situação se confirma com o capítulo seguinte, denominado *Manhã de 15*. Assim como terminou o anterior, a narrativa começa essa seção tratando especificamente de Aires e suas manias, como por exemplo, levantar cedo e ir passear pela orla marítima e a enunciação dá conta de que ele estava sem saber do ocorrido na noite anterior até que “ouviu umas palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério*, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha de notícias” (ASSIS, 2008, p. 1.154).

Mesmo com essas informações desencontradas, Aires anota alguma coisa em sua carteira, não sem antes notar que as pessoas saudavam o governo, outros o Exército e se vai com algumas suspeitas e se desloca para outro local do Rio de Janeiro: o Largo da Carioca.

Lá chegando se depara com rostos espantados e outros tantos vultos, mas sem nenhuma informação clara que pudesse respaldar as suas suspeitas. Partiu novamente em busca de informações e chegando a Rua do Ouvidor, enfim soube que os militares haviam tomado o poder por meio de uma revolução.

“Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete” (2008, p. 1.155). Já no veículo, ficou em silêncio, mas o cocheiro contou-lhe tudo. “Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra” (ASSIS, 2008, p. 1.155).

Talvez os confrontos tenham se mantido apenas em determinados segmentos, para aqueles que desejavam a República e outros que queriam a manutenção da realeza por uma série de razões, mas de qualquer forma, a narrativa machadiana pode apontar, dentro dos seus limites ficcionais, como foi o dia seguinte ao golpe desferido pelos militares sobre o comando do Marechal Deodoro. É o que o capítulo LXV: *Entre filhos* (ASSIS, 2008, p. 1.161-1.163) e o LXVII: *Anoite inteira* (2008, p. 1.163-1.165) narram.

O primeiro começa com a mãe do republicano Paulo e do monarquista Pedro, Natividade preocupada, pois não tinha notícias dos filhos, ainda mais que havia informações de que um golpe tinha banido a família real do Brasil.

Os filhos chegaram tarde, cada um por sua vez, e Pedro mais cedo do que Paulo. A melancolia de um ia com a alma da casa [monarquista], a alegria de outro destoava desta, mas tais eram uma e outra que, apesar da expansão da segunda, não houve repressão nem briga. Ao jantar, falaram pouco. Paulo referia os sucessos amorosamente. Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano<sup>59</sup>, a resposta deste, a aclamação da República. A família ouvia e perguntava, não discutia, e essa moderação contrastava com a glória de Paulo. O silêncio de Pedro principalmente como um desafio. Não sabia Paulo que a própria mãe é que pedira ao irmão com muitos beijos, motivo que, em tal momento, ia com o aperto no coração do rapaz.

O coração de Paulo, ao contrário, era livre, deixava circular o sangue, como a felicidade. Os sentimentos republicanos, em que os princípios se incrustavam, viviam ali tão fortes e quentes, que mal deixavam ver o abatimento de Pedro e o acanhamento da outra gente sua. Ao fim do jantar, bebeu à República, mas calado, sem ostentação, apenas olhando para o teto, e levantando o copo um tantinho mais que de costume. Ninguém replicou outro gesto ou palavra (ASSIS, 2008, p. 1.162-1.163).

Se por um lado, o republicano Paulo era só regozijo com o novo regime, por outro, Pedro acreditava que tudo ia ficar do mesmo jeito e até segreda com a sua mãe, confidente e parceira nos anseios monárquicos.

Demais, ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamação, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo. Custa pouco, dizia ele baixinho à mãe, ao deixarem a mesa; é só o imperador falar com o Deodoro (ASSIS, 2008, p. 1.163).

---

<sup>59</sup> - Devemos nos atentar para o fato de que na ficção, tudo pode ser diferente do que aconteceu na realidade. Portanto, a conversa entre o visconde de Ouro Preto pode ter ocorrido com Deodoro da Fonseca e não com Floriano Peixoto.

Essa observação pode referendar o escopo dessa dissertação, ou seja, de que um novo sistema governamental não mudou a prática política que o regime anterior tinha como corriqueiro em sua existência e, isso pode ter ocorrido pela ausência do povo nas ações que motivaram a queda do monarca e não renúncia. Essa nossa observação pode ser sustentada pela enunciação do outro capítulo que destacamos, intitulado *A noite inteira* (ASSIS, 2008, p. 1.163-1.165).

O conteúdo da seção trata do encontro de Paulo com alguns amigos republicanos. Todos queriam saber mais sobre o movimento que derrubou o Império, sendo que o filho do barão Agostinho Santos era o mais entusiasta da turma, tanto é que propôs ao grupo que todos entoassem a Marselhesa. Desejo que não contou com a anuência do colega. Sugeriu que fossem para o auto do morro ou para a praia para ver o raiar do novo regime.

- Eu não posso, disse um.

Os outros repetiram a recusa, e assentaram de ir para suas casas. Era perto de duas horas. Paulo acompanhou-os a todos, e só depois de ver o último recolhido foi sozinho para Botafogo (ASSIS, 2008, p.1.1.64).

Além desses dois capítulos, existem outros em que acreditamos Machado de Assis fez suas interpretações sobre a passagem de um regime a outro e o comportamento do povo, que assistiu a tudo, *bestializado*, acreditando tratar-se de uma parada militar, tamanho o caráter elitista das ações que culminaram com o fim do Império brasileiro.

Selecionamos também o LXI *Lendo Xenofonte*, pequena seção que tem apenas dois parágrafos, porém de significativa importância para a nossa proposta nesta pesquisa, já que indicam o sentido da representação que o advento da República tem no romance em tela.

Para entender melhor as intenções de Machado ao nomear o próprio capítulo, precisamos ter claro que Xenofonte é um historiador e filósofo grego que viveu entre os anos 430 e 350 a.C. Ele escreveu a obra "*Ciropédia*, em cujo prólogo trata da dificuldade dos homens de governar uns aos outros, para em seguida lembrar o exemplo de Ciro II" (ASSIS, 2012, p. 164). Ainda: Ciro II é "[...] conhecido como Ciro, o Grande (590-80 c. 529 a.C), da Pérsia, que governou um vasto império e foi muito amado por seu povo" (2012, p. 164).

Como não pode confirmar a notícia da troca de regime político, Aires resolve ficar em casa, refletindo sobre o que ouviu na rua e de seu empregado. Diante dos

burburinhos conclui que os mesmos só podem ser explicados de duas maneiras: “[...] ou por um nobre sentimento de piedade, ou pela opinião de que toda a notícia pública cresce de dois terços, ao menos” (ASSIS, 2008, p. 1.155-1.156). Como as informações obtidas na rua não se confirmavam conforme o propalado, Aires concluiu não ter ocorrido uma alteração no regime político, no mais, “um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal” (2008, p. 1.156).

“Temos gabinete novo”, pensou consigo.

Almoçou tranquilo, lendo Xenofonte: “Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derrubadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e, de quantos sobem ao poder, uns são depressa derrubados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes ...” Sabes a conclusão do autor, em prol da tese de que o homem é difícil de governar; mas logo depois a pessoa de Ciro destrói aquela conclusão, mostrando um só homem que regeu milhões de outros, os quais não só temiam, mas ainda lutavam por lhe fazer as vontades. Tudo isso em grego, e com tal pausa que ele chegou ao fim do almoço sem chegar ao fim do primeiro capítulo (ASSIS, 2008, p. 1.156).

Podemos aferir deste capítulo que, ao se transformar no narrador da própria dúvida ou incerteza quanto a queda da Monarquia, Aires/Machado está evidenciando que ele não era o único que estava com essa sensação, mas o povo de um modo geral e isso ocorria em virtude da forma como o golpe foi desferido contra a realeza brasileira: sem muito aviso, mesmo que os republicanos estivessem se articulando para forçar o fim do regime somente em 20 de novembro e com a precipitação dos estudantes da Escola Militar, os próprios agitadores do republicanismo foram surpreendidos.

Esta observação do enunciador sobre o seu personagem corrobora com o que buscamos apontar neste trabalho: a República não mudou radicalmente a sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito ao universo da política, já que manteve a estrutura herdada, mas que deveria ter sido eliminada com o desterro do monarca D. Pedro II e toda Corte.

“Em todas as partes do país se podia verificar da família e da casa, a tensão latente entre pobres e ricos, um agudo senso de hierarquia social e a prática constante de prestar favores em troca de obediência” (GRAHAM, 1997, p. 27). São padrões sociais que irão influenciar “[...] a política e davam às estruturas de governo um significado particular, brasileiro” (1997, p. 27).



Mantendo-nos na enunciação machadiana, antes mesmo de encerrar sua refeição, o narrador recebe a visita de Custódio que foi lhe falar sobre a tabuleta de sua confeitaria. Neste capítulo, o confeitoiro objetiva contar a Aires o que lhe aconteceu em menos de 24 horas, isto é, entre os dias 14 e 15 de novembro.

No dia anterior ao da Proclamação da República, o padeiro havia solicitado ao pintor que completasse a pintura da tabuleta do seu estabelecimento que teria o nome *Confeitaria do Império*. A pressa existia porque o proprietário pretendia inaugurar a placa no domingo seguinte. Porém, com o golpe deflagrado pelos alunos do Colégio Militar na madrugada de sábado, 15 de novembro de 1889, o confeitoiro passou a parte da manhã do dia 15 desesperado, ansioso para que o mesmo pintor parasse o trabalho mandando-lhe um bilhete *Pare no D*, inclusive esse pequeno texto nomeia um capítulo de *Esau e Jacó*.

Mas com a alteração do sistema governamental, Custódio viu-se atormentado, pois temia que o grupo que estava no poder poderia implicar com ele por conta do nome do seu estabelecimento. Esse episódio ocorre no capítulo LXIII: *Tabuleta nova* (ASSIS, 2008, p. 1.158-1.160).

Diante do medo apresentado ao seu interlocutor, Aires, o confeitoiro é induzido a nomear sua padaria de *República*. Todavia, o comerciante, angustiado, achava que a Monarquia poderia voltar e ai tudo se repetiria. Diante do desconforto que o padeiro insistentemente apresentava, o diplomata aposentado sugeriu-lhe Confeitaria do Custódio e desta forma todos os temores se dissolveriam, mesmo que o Império voltasse ou mantivesse a República, não haveria problema algum para ele.

Ainda no que diz respeito à hipótese de um retorno da Monarquia, ou mesmo, a manutenção do regime que sepultou o Império, Machado explora a questão no capítulo XCI: *Nem só a verdade se deve às mães* (ASSIS, 2008, p. 1.191-1.193). Em linhas gerais, o tópico trata de uma missa que Natividade mandou celebrar e acreditava que os filhos fossem, conforme tinham lhe prometido na noite anterior. Entretanto, os dois ficaram dormindo e lá se foi a matriarca dos Santos para o seu ritual religioso.

No retorno encontrou os filhos a esperando com quem se colocou a conversar amenidades e no meio do diálogo tratou das estações climáticas, das prováveis festas que dariam e também de Petrópolis, acrescentando que o governo poderia ser modificado, inclusive as províncias. Nesse momento foi corrigida por Paulo que ainda usou o título nobiliárquico do regime sepultado. Ele explicou que não havia mais províncias, pois viviam agora sob o regime republicano.

Mesmo diante do corretivo feito pelo filho, Natividade afirma que se a capital da agora República, no período monárquico fosse a cidade fluminense, “não haveria deposição de governo. Petrópolis – vejam vocês que o nome, apesar da origem, ficou e ficará – é de todos. A estação dizem que vai ser encantadora...” (ASSIS, 2008, p. 1.192).

*Esaú e Jacó* foi escolhido como objeto de pesquisa porque, como afirmou John Gledson, é uma obra impar, pois, enquanto outros romances machadianos dependem,

[...] em grande proporção, da intriga amorosa, frequentemente com insinuações, ou mais que simples insinuações, de adultério e traição, o enredo central de Esaú e Jacó parece calculado para desapontar, logo de início, todas as expectativas relacionadas com coisas desse tipo – ao mesmo tempo em que se desenrola perversamente o romance, como se esses estímulos ao interesse do leitor ainda estivessem nele presentes (GLEDSON, 2003, p. 187).

Já Henriqueta Valladares vai dizer que o que diferencia *Esaú e Jacó* das demais produções machadianas, não é apenas em relação a outras obras e nem às que lhe são contemporâneas, mas pelo seu caráter impar, principalmente no que tange a abordagem teórica sobre literatura, autoria, leitura, leitor, que o texto não só apresenta, mas também discute. Isso pode ser observado em vários capítulos que fogem das formas narrativas convencionais do século XIX. Esse devir-outro da língua encontra-se na obra, em diversos níveis: no que diz respeito à História do Brasil, à Literatura, a configuração psicológica das personagens, no tratamento em relação à ficção e à realidade (VALLADARES, 2005, p. 75).

Ainda, para que o leitor possa entender quais eram os objetivos de Machado de Assis em seu penúltimo romance, é necessário atentarmos também ao jogo existente dentro da própria estrutura do romance e, por conseguinte, o processo alegórico da obra, um dos objetivos deste estudo.

Enfim, parece-nos que neste romance publicado no início do século XX há jogos para além da história, histórias por fora das linhas do texto, que fazem desta obra um romance considerado histórico por estar escrito em uma espécie de língua estrangeira que se vai compreendendo a cada leitura realizada e ainda a ser realizada (VALLADARES, 2005, p. 85). E o jogo estabelecido pelo texto tem regras, etapas, desafios a serem enfrentados pelos leitores, e ganham especialidades e interesses cada vez maiores, quando requerem deles esforço ou mesmo participações intensas.

### Considerações Finais

Pretender definir um ponto fixo na contribuição machadiana ao universo literário e social do Brasil Oitocentista seria o mesmo que tentar se apropriar de toda a sua produção, e, apontar nela um sentido, por mais singelo que fosse, possibilitando aos seus leitores afirmarem que o ficcionista brasileiro usou a sua escrita para dizer que o Brasil do Terceiro Milênio estaria carregado das relações pretéritas do século XIX.

Este não foi o objetivo aqui nesta dissertação, por vários fatores, principalmente se levarmos em conta que a obra artística não tem como objetivo apontar caminhos ou analisar um determinado momento histórico da sociedade retratada em suas manifestações.

A nossa intenção aqui foi o de tentar compreender uma pequena contribuição do escritor carioca a um processo singular na vida nacional: a passagem da Monarquia para a República e o que o leitor pode aferir da leitura de seu penúltimo romance: *Esau e Jacó*. Como é uma obra repleta de referenciais históricos, é possível captar da representação literária machadiana de tais acontecimentos alguns elementos que nos permitam pensar sobre qual Brasil surgiu da queda da Monarquia.

Comparando a representação machadiana com algumas análises do período, é possível apontarmos que o ficcionista, usando das prerrogativas de uma pessoa voltada para o universo artístico, observou alguns pontos que podem conduzir os leitores do século XXI a observarem que a passagem de um regime a outro no Brasil Oitocentista não significou a tão sonhada ruptura que muitos republicanos desejavam e que as consequências puderam ser sentidas durante boa parte do século XX.

Ao percorrermos os 121 capítulos de *Esau e Jacó*, destacamos determinadas passagens aqui nessa dissertação que consideramos vitais para aqueles que pretendem entender um pouco a representação que o ficcionista fez daquele da passagem da Monarquia à República. Os leitores encontrarão alguns pontos que evidenciam determinadas peculiaridades daqueles dias. Começando pelo item em que os gêmeos Pedro e Paulo, para provocar a mãe e colocá-la em saia-justa com as visitas, brincam com o dia que nasceram 7 de abril de 1870. Para um, a data lembrava uma queda, ruptura, para o outro, deveria ser referenciada como a ascensão de um monarca.

O que dizer então da felicidade dos escravos ao saberem que seriam propriedades de barões do Império? Num momento em que os escravos sofriam todo tipo de tortura e sevícias de senhores escravagistas, a hipótese de cativos se locupletarem com uma outorga nobiliárquica só pode parecer aos leitores como uma forma de apontar que o escravismo corrompeu, não apenas o escravagista, mas também o escravo que acreditava ser superior ao seu semelhante de infortúnio somente porque pertencia a um nobre.

Desta forma, para nós, ler o penúltimo romance machadiano significa ingressar em um mundo impenetrável ao leitor comum caso a literatura não permitisse. É interessante notar que Natividade, a mãe dos gêmeos opostos, assiste missa, manda celebrá-las, mas quando quer aquietar-se com relação ao futuro dos filhos, procura uma cartomante com raízes no Norte e chamada pelo enunciador do enredo de “Pítia do Norte”.

Enquanto ela e a irmã participam de celebrações católicas, se deixando levar pelas previsões feitas pela sibila do Castelo, o marido banqueiro Agostinho Santos, que fez fortuna com o boom das ações em 1855, consulta o seu amigo espírita Plácido, numa espécie de confrontação com as observações feitas pela cabocla. Se levarmos os dois lados da questão, a exemplo das constantes oposições entre os irmãos Pedro e Paulo, é possível especularmos que o pai tinha certa queda para um aspecto da vida das adivinhações que pertenciam aos integrantes de determinados segmentos sociais que cresciam naquela época e adeptos de filosofias religiosas importadas da Europa em contrapartida às praticadas pelos descendentes de africanos e indígenas.

Além dessas histórias que ocupam despreziosamente as páginas do romance, enquanto a indecisa Flora tenta optar pelo coração de um dos gêmeos, seus pais, Cláudia e o marido, o advogado ex-conservador Batista, buscam de todas as formas, conseguir uma colocação na estrutura governamental do Império. O marido já havia

ocupado um cargo de presidente provincial, mas o perdera por conta de denúncias de favorecimentos a alguns parentes. Ele nega veementemente que tenha usado o posto para beneficiar algumas pessoas do seu círculo de relacionamentos, mas por mais que diga que não, acabou sendo deposto.

Mas continua seu périplo por um cargo, seja na Monarquia ou na República. Essas andanças podem ser um ponto importante da narrativa, pois suas andanças deixam claro uma forma concreta de se fazer política naquela época, estimulada pelo Imperador, usando dos atributos que a Constituição de 1824 lhe facultava, trocava sempre o partido que organizava o poder ministerial e, por conseguinte, a Câmara Federal. Para o objetivo desta dissertação, nos parece que o fulcro importante foi tentar demonstrar que a representação que Machado de Assis fez da passagem de um regime para o outro, não significou grandes mudanças, mesmo sendo alteradas algumas questões como deixar de existir as províncias, passando a se chamar Estados, ou melhor, unidades federativas; avanço nas relações entre capital e trabalho, crescimento da massa de trabalhadores, porém, a prática política permaneceu a mesma.

Não podemos deixar de apontar a visão que a desejada dos gêmeos tinha da vida na Corte. Ela sonha, pelo menos é o que conta o narrador e amigo de todos no enredo, Aires. Flora acha que a existência da regente é só de pompas e glamour e quando ela quiser, pode mandar todos embora e aquietar-se em seus aposentos sem nenhum infortúnio.

Em seu penúltimo romance, o cronista presenteia seus leitores com algumas narrativas que ajudam a levantar uma série de questões. Começando pela missa do Cupê, enunciação que se encontra no capítulo IV (ASSIS, 2008, p. 1.080-1082). A celebração foi em intenção à alma do irmão do banqueiro Agostinho Santos. Tanto ele quanto a mulher chegam à igreja ostentando riqueza, o que chamou a atenção de todos que viviam ou circulavam em torno do templo religioso. O episódio não escapou ao olhar do narrador-editor que destaca a singeleza da celebração perto da riqueza que o casal apresentou ao deixar o veículo em direção ao interior da igreja. Não foi somente neste capítulo que o dinheiro e a riqueza tiveram destaque na enunciação.

Outro aspecto significativo a ser ressaltado nessa narrativa é a maneira como o autor se apropria de dois fatos históricos, ocorridos no século anterior na França para evidenciar as desavenças dos filhos de Natividade no Brasil Oitocentista. A enunciação está presente no capítulo XXIV: *Robespierre e Luís XVI* (ASSIS, 2008, p. 1.106-1.108). O conteúdo pode até passar despercebido para boa parte dos leitores, todavia, ao

associar as duas personagens com os irmãos da trama, poderá fazer uma associação, mesmo que ambos os fatos estejam separados por um século.

Ao nomear a seção o autor faz referência a Maximilien de Robespierre (1758-1794) e ao rei Luís XVI (1754-1793). O que liga as duas personagens é o fato de que ambas foram guilhotinadas. A dissociação existe porque a primeira “foi líder dos Jacobinos e uma das principais figuras da Revolução Francesa, tendo participado ativamente do regime do Terror” (ASSIS, 2012, p. 80). Antes de ser decapitado, foi deposta do cargo que ocupava. Já a segunda, pertencia à “[...] dinastia dos Bourbon, foi rei da França, tendo governado de 1774 a 1792, quando a monarquia foi abolida” (2012, p. 80). Também teve o mesmo fim do republicano, levando consigo a sua esposa, Maria Antonieta um ano depois de Robespierre.

É interessante tentar compreender o sentido que o romancista quis apregoar ao usar essas duas personagens da história francesa, colocando-as na existência dos gêmeos. Um comprou o retrato do monarca e o outro, do revolucionário republicano. Contudo, ambos, por razões diversas, tiveram o mesmo destino: a guilhotina. No caso do Brasil, os fatos que compõem a narrativa machadiana dão conta de procedimentos e consequências diferentes para a família real. Ninguém foi executado, tendo inclusive o Marechal Deodoro da Fonseca, que conduziu a ruptura do sistema, preocupado com o que seria feito de D. Pedro II. A inculcação tinha sentido, tem em vista que o velho militar era amigo do monarca e essas relações íntimas proporcionaram a ele ascensão na carreira militar.

Outra apropriação intertextual que Machado utiliza neste seu romance diz respeito aos livros *Odisseia* e *Ilíada*, escritos por Homero. A referência está presente no capítulo XLV: *Musa, canta...* (ASSIS, 2008, p. 1. 131). Esta pequena seção começa com o fim do almoço entre Aires e os gêmeos, que viviam em conflito mais pelas questões políticas daquele momento do que simplesmente pela disputa da preferência de Flora.

No fim do almoço, Aires deu-lhes uma citação de Homero<sup>60</sup>, aliás duas, uma para cada um, dizendo-lhes que o velho poeta os cantara separadamente, Paulo no começo da *Ilíada*  
- “Musa, canta a cólera de Aquiles, filho de Peleu, cólera funesta aos gregos, que precipitou à estância de Plutão tantas almas válidas de heróis, entregues os corpos às aves e aos cães ...” (2008, p. 1.131).

---

<sup>60</sup> - “Os poemas homéricos, cuja cultura sensorial, linguística e, sobretudo, sintática, parece ser tanto mais elaborada, são contudo, na sua imagem do homem, relativamente simples; e também o são, em geral, na sua relação com a realidade da vida que descrevem” (AUERBACH, 2007, p. 10).

Enquanto Paulo se entretinha com a *Ilíada*, seu irmão litigante Pedro estava absorto em *Odisséia*. “-‘Musa, canta aquele herói astuto, que errou por tantos tempos, depois de destruída a santa Ílion...’” (2008, p. 1.131).

Era um modo de definir o caráter de ambos, e nenhum deles levou a mal a aplicação. Ao contrário, a citação poética valia por um diploma particular. O fato é que ambos sorriam de fé, de aceitação, de agradecimento, sem que achassem uma palavra ou sílaba com que desmentissem o adequado dos versos. Que ele, o conselheiro, depois de citar a frase em prosa, repetiu-os no próprio texto grego, e os gêmeos se sentiram ainda mais épicos, tão certo é que traduções não valem originais. O que eles fizera m foi dar um sentido deprimente ao que era aplicável ao irmão:

- Tem razão, senhor conselheiro – disse Paulo -, Pedro é um velhaco...
- E você é um furioso...
- Em grego, meninos, em grego e em verso, que é melhor que a nossa língua e a prosa do nosso tempo (ASSIS, 2008, p. 1.131).

O capítulo todo é interessante, ainda mais porque no item anterior, o autor Machado de Assis recorre a um texto do Antigo Testamento para fazer alusão às questões da decadência monárquica enquanto o movimento republicano, a partir de São Paulo – com a criação do Partido Republicano em 1870 na cidade de Itu – se fortalecia, culminando com o fim do Império em 1889.

Conforme apontamos no corpus dessa dissertação, Machado também cuidou da representação da questão militar, mas o fez de forma sutil, sem mais pretensões, atendo-se mais ao fato de que o posicionamento do republicano Paulo afrontaria o irmão monarquista Pedro e contrariaria a mãe, baronesa do Império. É importante nos determos mais um pouco nessa temática, até mesmo para entender a gravidade do conteúdo da carta enviada por Paulo mandou ao irmão.

A historiadora Maria Tereza Chaves de Mello (2007, p. 44) diz que é interessante observar que o aspecto relevante da *Questão militar* foi o seu caráter público, isto é, ganhar as ruas das cidades brasileiras, mais especificamente o Rio de Janeiro através das páginas dos jornais, principalmente porque a problemática surgiu justamente da manifestação pública por partes dos militares no que diz respeito às questões alusivas ao universo da política.

Uma “classe” prestigiada e culta, mas armada, participando de atos públicos na rua, era outro fator de sua valorização. Afinal, tratava-se, no caso das Forças Armadas, da própria encarnação da ordem. E, por fim, foi essa ordem encarnada que veio a se tornar perigosa para o

regime [imperial]. Por outro lado, em relação a esse importante segmento social<sup>61</sup>, estamos assistindo à perda, pelo regime monárquico, das guerras simbólica e ideológica ( MELLO, 2007, p. 44).

É preciso destacar que, assim como os gêmeos Pedro e Paulo, opostos em tudo, desde o ventre da mãe, foram gerados no mesmo útero, mesmo que a gestante, depois que eles vieram ao mundo tenha optado por um dos filhos, Monarquia e República em seus aspectos políticos fazem parte do mesmo *Gênesis*, ou seja, do mesmo sopro divino da gestação política do Brasil, isto é, a prática do favor e do conchavo, como ficou externado na conversão de Batista e a conquista de um cargo na província do Norte que não chegou a assumir, pois assim que anunciou a conquista na noite do dia 14 de novembro aos amigos da família, no dia seguinte a Monarquia já era somente restos, como o frango doado pela realeza na crônica que Machado fez publicar sob o pseudônimo de Lélío. Após a queda de seu reino, o monarca mal conseguiu voltar de Petrópolis.

Se o romance pode apontar, de forma despretensiosa que a República não substituiu a Monarquia e que tudo não passou de uma mudança de nomes e de instituições, pois as províncias passaram a ser designadas por Estados e uma nova forma de se fazer política foi criada pelos presidentes civis em que não havia molestamento no que diz respeito à conduta dos governantes em seus redutos, as crônicas machadianas podem apontar como foi à lenta derrocada da Monarquia chegando ao seu fim na madrugada do dia 15 de novembro quando boa parte da população mantinha-se dormindo.

Desta forma, as leituras destes textos jornalísticos, como a do romance, podem fornecer aos leitores deste início de Terceiro Milênio uma pequena amostra de como eram as relações sociais, econômicas e políticas na passagem de um sistema para o outro. Mudanças que possibilitaram a manutenção de boa parte da estrutura governamental no regime que sucedeu o trono, mesmo porque muitos indivíduos, principalmente àqueles ligados aos setores da cafeicultura do norte fluminense, a exemplo da família de Bento Santiago (*Dom Casmurro*, 2008), ao verem-se desprovido do braço escravo passam a apoiar a causa republicana, engrossando as fileiras do partido que iria subir ao poder após cinco anos de administração militar.

---

<sup>61</sup> - Sobre os militares enquanto integrantes de uma categoria social específica, ver o livro de Heloísa Fernandes: *Os militares como categoria social* (1979).



Enfim, nos parece que uma leitura detalhada deste penúltimo romance machadiano pode possibilitar uma compreensão maior sobre aqueles fatos, mesmo que no caso da obra ficcional existam apenas representações estéticas e literárias que Machado apresenta com seu estilo significativo, dizendo não querendo dizer nada, mas ao mesmo tempo, apontando possibilidades.

#### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Manoel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.

AMARAL, Antonio Barreto do. **Prudente de Moraes: uma vida marcada**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Tristeza do Império. In \_\_\_\_\_. **Nova reunião: 23 livros de poesia – volume 1**. 7ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013. [2009].

ARANHA, Graça (Org.). **Machado de Assis e Joaquim Nabuco: correspondência**. Prefácio a 3ª ed. José Murilo de Carvalho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks e Academia Brasileira de Letras, 2013. [1923].

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 1999. P. 35-75. (Coleção Os Pensadores).

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **O alienista**. 27ª ed. São Paulo: Ática, 1996. (Bom Livro).

\_\_\_\_\_. **Balas de Estalo de Machado de Assis**/Helena Paiva de Luca (Org.). São Paulo: Annablume, 1998.

\_\_\_\_\_. **Bons Dias!** John Gledson (Org.) São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. A cartomante. In \_\_\_\_\_. Contos. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1997. p. 36-50.

\_\_\_\_\_. Casa Velha. **Obra Completa: Machado de Assis, vol. II.** Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994 (disponível no site <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm06.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. Contos fluminenses. In \_\_\_\_\_ . **Obra Completa: Machado de Assis, vol. II.** Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994 (disponível no <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn001.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. O conto da vara. In \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 241-2247.

\_\_\_\_\_. O dicionário. In \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p.289-292.

\_\_\_\_\_. O enfermeiro. \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 143-157.

\_\_\_\_\_. **Esaú e Jacó.** 1ª ed. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **O grito do Ipiranga.** (Disponível no site <http://www2.ufscar.br/documentos/Poema%20def.pdf> – acessado 22/03/2015).

\_\_\_\_\_. **Helena.** 10ª ed. São Paulo: Ática, 1981 (Bom Livro).

\_\_\_\_\_. Histórias da meia-noite. In \_\_\_\_\_ . **Obra Completa: Machado de Assis, vol. II.** Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994 (disponível no <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn001.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. Um homem célebre. In \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p.225-233.

\_\_\_\_\_. Instinto de nacionalidade. In \_\_\_\_\_ . **Crítica.** Rio de Janeiro: Garnier, 1910. p. 7-28.

\_\_\_\_\_. J. M. de Macedo: O culto do dever. In \_\_\_\_\_ . **Obra Completa: Machado de Assis, vol. III.** Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994. (disponível no

<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. Notícias da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In. **Obra Completa: Machado de Assis, vol. III.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (disponível no <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. Páginas recolhidas. In \_\_\_\_\_ . **Obra Completa: Machado de Assis, vol. II.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (Disponível no site <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn006.pdf> - acessado no dia 31/03/2015).

\_\_\_\_\_. Pai contra mãe. In \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 249-258.

\_\_\_\_\_. O punhal de Martinha. In SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia. : ensaios e entrevistas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Quincas Borba. In \_\_\_\_\_ . **Obra completa em quatro volumes.** Organização Aluizio Leite; Ana Lima Cecílio e Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. Vol. 1, pag. 759-928.

\_\_\_\_\_. **Quincas Borba.** 6ª ed. São Paulo: Ática, 1985 (Bom Livro).

\_\_\_\_\_. **Memorial de Aires.** Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013 (Saraiva de bolso).

\_\_\_\_\_. **A Semana/John Gledson (Org.).** São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Sereníssima República. In \_\_\_\_\_ . **Os melhores contos de Machado de Assis.** Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 209-220. p. 85-91. [1882].

\_\_\_\_\_. **Terpsícore.** (Disponível no site [www.machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/contos/macn115.pdf](http://www.machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/contos/macn115.pdf) - acessado no dia 02/09/2014). [1886]

\_\_\_\_\_. **O velho Senado.** (Disponível no site <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macrc24.pdf> - acessado no dia 02/09/2014). [1898].

AUSTEN, Jane. **Persuasão**. Trad. Celina Portocarrero. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011 (Coleção L&PM Pocket, v. 948).

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013 (Coleção L&PM POCKET, v. 103). [1890].

AZEVEDO, Sílvia Maria. Esaú e Jacó: de rivalidades e progenitura. **Fronteiraz**, Revista digital do grupo de Pesquisa O narrador e as fronteiras do relato. (Disponível no site [www.pucsp.br/revistafronteiraz](http://www.pucsp.br/revistafronteiraz) - acessado no dia 24/01/2013).

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: teoria do romance**. São Paulo: Editora da UNESP; HUCITEC, 1988.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Trad. Leila de Aguiar Costa. São Paulo: Abril, 2010. v. 1,2 (Abril Coleções).

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão e a construção do Brasil**. Trad. Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 20ª ed. São Paulo: Ática, 1998 (Série Bom Livro). [1916].

BARTHES, Roland. Estrutura da notícia. In. \_\_\_\_\_. **Crítica e Verdade**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 56-60.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: 1889-1930**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1968.

BEIGUELMAN, Paula. A destruição do escravismo colonial. **Revista de História**. São Paulo, n. 69, p. 149-160, jan./mar. 1967.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 12994. P. 222-232 (Obras Escolhidas, v. 1).

BERGAMINI, Atílio. “Instinto de nacionalidade” na imprensa liberal. **Machado de Assis em linha**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, p. 15-31, dezembro de 2013.

BETELLA, Gabriela Kvacsek. **Narradores de Machado de Assis: a seriedade enganosa dos Cadernos do Conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons Dias! e A Semana)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Nankin, 2007.

BOSI, Alfredo. **Brás Cubas em três versões: estudos machadianos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 2000.

CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis**. Trad. Fábio Fonseca de Melo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

CALLIPO, Daniela Mantarro. Machado de Assis cronista: a importância do contexto histórico para a análise das crônicas machadianas. **Patrimônio e memória**. CEDAP, v. 1, n. 2005, p. 1-17 (Disponível no site <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem> - acessado no dia 21/05/2006).

CAMARGO, Fábio Figueiredo. **A escrita dissimulada: um estudo de Helena, Dom Casmurro e Esaú e Jacó, de Machado de Assis**. Belo Horizonte, MG: Edição do autor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 [1987]

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1990].

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [1996].

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. [1990]

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Disponível em [www.jahr.org](http://www.jahr.org). (Acessado no dia 29/06/2013).

CORTÁZAR, Julio. Do conto breve e seus arredores. In \_\_\_\_\_. **Valise de cronópio**. Trad. Davi Arriguicci Jr. e João Alexandre Barbosa. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 227-237.

COSTA, Emília Viottida. **A abolição**. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paul: Editora da UNESP, 2010 [1998].

COSTA, João Cruz. **Pequena história da República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

COSTA, Mariana Rocha Santos. **Esaú e Jacó: um retrato do Brasil em fins do século XIX**. (Disponível no site <http://www.inventario.ufba.br/09.htm> - acessado no dia 27/04/2014).

COSTA, Wilma Peres. Os militares e a primeira constituição da República. In MORAES, Joaquim Quartim de (Org.) **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. p. 19-53 (Coleção Grande Brasil, Veredas, v. 3).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro) [1902]

DOUGLAS, Mary. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégia de caramujo. In. ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Machado de Assis afrodescendente – escritos de caramujo [antologia]**. Organização, ensaio e notas: Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, MG: Pallas/Crisálida, 2007. P. 239-278.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1991. [1957].

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2001. [1974].

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2006 (Didática 1). [1994].

FARACO, Carlos. Machado de Assis: um mundo que se mostra por dentro e se esconde por fora. In. ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 25ª ed. São Paulo: Ática, 1998 (Bom Livro). p. 1-30.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary: costumes da província**. Trad., apresentação e notas Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007 [1857].

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Prefácio de José de Souza Martins, 5ª ed. São Paulo: Globo, 2000. [1975]

\_\_\_\_\_. A sociedade escravista no Brasil. In IANNI, Octávio (Org.) **Florestan Fernandes**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008 (p. 225-265) (Grandes Cientistas Sociais) [1976]

FERNANDES, Heloisa. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. A construção da República no Brasil. In ARAÚJO, Cícero; AMADEO, Javier (Org.) **Teoria política latino-americana**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2009. P. 123-141.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992 (Biblioteca básica) [1969].

FUENTES, Carlos. “Machado foi um rebelde quixotesco”. **Especial Folha de São Paulo**. 18 de junho, 2005, p. 12.

GILENO, Carlos Henrique. SANTOS, Gilberto de Assis Barbosa dos. Monarquia e República nas crônicas machadianas. **Composição: revista de Ciências Sociais**. Campo Grande, MS, n. 15. p. 117-129, jul./dez. 2014.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. 2ª ed. revisada e ampliada. Trad. Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLEDSON, John. Introdução. Trad. Lourdes Dias. In. \_\_\_\_\_. ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Bons Dias! (crônica – 1888-1889)**. São Paulo: HICITEC; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.p. 11-27.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Introdução: um romance em abismo. In ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Esau e Jacó**. 1ª ed. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012. p. 9-20.

\_\_\_\_\_. **Os leitores de Machado de Assis**. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Nankin: Edusp, 2012 [2004].

IRONIA. MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 245-249. [1974].

HATOUM, Milton. Encontros na península. In \_\_\_\_\_. **A cidade ilhada: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 103-110.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Estética: a ideia e o ideal. In \_\_\_\_\_. **Estética: a ideia e o ideal; Estética: o belo artístico ou o ideal**. Trad. Orlando Vitorino. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 1-80.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil monárquico, tomo II: do Império à República**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. O poder pessoal. In \_\_\_\_\_. **O homem cordial**. Seleção de Lilia Moritz Schwarz. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Notas sobre o romance. In \_\_\_\_\_. **Cobra de vidro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 59-66.

IMBROISI, Waldyr. A cabocla do norte e o espírita francês: um estudo sobre os videntes em *Esau e Jacó*. **Revista Alpha**. Patos de Minas, MG, n. 13, p. 104-119, 2012. (Disponível no site [http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A\\_cabocla\\_do\\_norte\\_e\\_o\\_espirita\\_frances.pdf](http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/A_cabocla_do_norte_e_o_espirita_frances.pdf) - acessado no dia 14/02/2015).

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A República: oposições e consolidação. In LAPA, José Roberto do Amaral. **História política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

LEÃO REGO, Walquíria G. D. **Estado e revolução burguesa no Brasil: um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República**. 1982, 292f. Dissertação Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas – USP, São Paulo: 1982.

LEONEL, Maria Célia. SEGATTO, José Antonio. **Ficção e ensaio: literatura e história no Brasil**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2012.

\_\_\_\_\_. Machado de Assis: representação literária do fim do Império. **Itinerários**, Araraquara, n. 29, p. 333-352, jul./dez. 2009.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 2ª ed. ver. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Ludmylla Mendes. A especificidade da representação dos fatos históricos em *Esau e Jacó*, de Machado de Assis. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 3, n. 1, p. 140-149, 2014.

LUKÁCS, Georg. Narrar e descrever. In \_\_\_\_\_. **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 149-185 [1936].

\_\_\_\_\_. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAGALHÃES JR, Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis, v. 2: ascensão**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTINS, Marília. Notícias do baile. **Revista USP**. São Paulo, n. 3, p.37-52, set./out./nov. 1989.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MEYER, Augusto. O estilo é homem. In \_\_\_\_\_. **Ensaio escolhidos**. Seleção e prefácio de Alberto da Costa e Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

MÓISES, Massaud. **Machado de Assis: ficção e utopia**. São Paulo: Cultrix, 2001.



NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In \_\_\_\_\_. **Essencial Joaquim Nabuco** (org.) e introdução Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2010. P. 35-109. [1883]

\_\_\_\_\_. Um estadista no Império. In \_\_\_\_\_. **Essencial Joaquim Nabuco**. Evaldo Cabral de Mello (Org.). São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2010. p. 331-514.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NITRINI, Sandra. Intertextualidade. In \_\_\_\_\_. **Literatura comparada: história, teoria e crítica**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 157-167.

ORTIZ, Renato. **A moderna transição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1988].

PASSOS, José Luiz. **Romances com pessoas: a imaginação em Machado de Assis**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: a perspectiva de um mundo hostil. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. São Paulo, n. 14, 2009. (Disponível no site <http://www.abralic.org.br/revista/> - acessado no dia 22/03/2015).

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O coronelismo numa interpretação sociológica. In FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: tomo III - o Brasil republicano – 1º v.: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1994.

PERISSINOTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PERRONE-MÓISES, Leila. Crítica e intertextualidade. In \_\_\_\_\_. **Texto, crítica e escrita**. São Paulo: 1993. p. 58-76.

PROENÇA FILHO, Domício. Permanência e atualidade da ficção machadiana. In \_\_\_\_\_. **Os melhores contos de Machado de Assis**. Seleção Domício Proença Filho. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004. p. 9-16.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Trad. Carlos Vogt. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis: curso literário em sete conferências na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2010 [1993].

RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo: conheça a verdadeira mensagem do apóstolo que construiu as bases do cristianismo**. Trad. Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Benvirá, 2013.

ROMERO, Silvio. **Machado de Assis: estudo de literatura brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992 (Coleção Repertórios).

\_\_\_\_\_. **Parlamentarismo e presidencialismo na República brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1893. (Disponível no site <http://www2.senado.org.leg.br/bds/item/id/185590> - acessado no dia 01/12/3013).

SANTOS, Gilberto de Assis Barbosa dos Santos. Movimento tenentista. 1994. 64f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1994.

SÁ REGO, Enylton José de. **O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira minipéia e a tradição luciânica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003 [1977].

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar: 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCLIAR, Moacyr. **Eu vos abraço, milhões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEGATTO, José Antonio. Ficção, política e história em Machado de Assis: Esaú e Jacó. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni (Org.) **Narrativa e representação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007 (Série Estudos Literários, v. 7). p. 129-143.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ciro. **Quintino Bocaiúva, o patriarca da República**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 32).

SILVA, Júlio Cezar Bastoni; Duas cabeças, uma sentença: Machado de Assis, Lima Barreto e a caracterização da política brasileira em Esaú e Jacó e Numa e a Ninfa. **Machado de Assis em linha**. Rio de Janeiro. v. 7, n. 14, p. 82-98, dezembro 2014

(Disponível no site <http://machadodeassis.net/download/numero14/artigo05.pdf> - acessado no dia 20/12/2014).

SOARES, Maria Nazaré. **Machado de Assis e a análise da expressão**. Rio de Janeiro: Instinto Nacional do Livro, 1968 (Coleção de Cultura Brasileira).

SOUZA, Antonio Candido de Mello. Esquema de Machado de Assis. In \_\_\_\_\_ . **Vários escritos**. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 17-39.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade: estudos de Teoria e História Literária**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

SOUZA, Eliana Maria de Melo. Itinerários do bovarismo. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, no. 14, p. 1-20, jul.-dez. 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In MOTTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Brasil em perspectiva**. 18ª ed. São Paulo: Bertrand & Brasil, 1988. p. 162-226.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

VALLADARES, Henriqueta do Coutto Prado. Esaú e Jacó: jogos para além da história, histórias por fora das linhas. In PINTO, Sílvia Regina. (Org.) **Tramas e mentiras: jogos de verossimilhança**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

VARELA, Fagundes. **Obras completas** (Org. Visconti Coaracy) Rio de Janeiro: H. Garnier, 1920, 3 vv.

VEBLEN, Törnstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P. 13-177 (Os Pensadores).

VICTOR HUGO. **Os trabalhadores do mar**. Trad. Machado de Assis. São Paulo: Abril Cultural, 1971 (Os imortais da literatura universal, 18) [1866].

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Dafoe, Richardson e Fielding**. Trad. Hildegard ?. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZILBERMAN, Regina. “Minha teoria das edições humanas”: Memórias póstumas de Brás Cubas e a poética de Machado de Assis. In. \_\_\_\_\_ et al. **As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2004. p. 17-117. (Humanitas).

## **ANEXOS**

## O grito do Ipiranga<sup>62</sup>

*Machado de Assis*

Liberdade!... Farol divinizado! –  
Sob o teu brilho a humanidade e os séculos  
Caminham ao porvir. Roma as algemas  
Quebrou dos filhos que a opressão lançara  
Dentre a sombra de púrpura dos Césares,  
Que envolvia Tarquínio em fogo e sangue,  
Cheia de tua luz e estimulada  
Por teu nome divino – essa palavra  
Imensa como as vozes do Oceano.  
Sublime como a ideia do infinito!  
Tal como Roma a terra americana,  
Um dia alevantando ao sol dos trópicos  
A fronte que domina os estandartes,  
Saudou teu nome majestoso e belo –  
E o brado imenso – Independência ou morte! –  
Soltado lá das margens do Ipiranga.  
Foi nos campos soar da eternidade.

---

<sup>62</sup> - Disponível no site <http://www2.ufscar.br/documentos/Poema%20def.pdf> – acessado 22/03/2015

Desenrola nas turbas populares  
Dos livres a bandeira o herói tão nobre,  
Digno dos louros festivais que outrora  
Roma dava aos heróis entre os aplausos  
Do povo que os levava ao Capitólio!  
Ele foi como o César de Marengo;  
Sua voz como a lava do Vesúvio  
Levada pela voz da imensidade  
Foi do Tejo soar nas margens, onde  
Estremeceu de susto o lusitano!  
Ipiranga!... Ipiranga!... A voz das brisas  
Este nome repete nas florestas!  
Caminhante! Eis ali onde primeiro  
Soou o brado – Independência ou morte! –  
O homem secular levando as águias  
Por entre os turbilhões de pó, de fumo,  
Ostentando nos livres estandartes  
O lúcido farol de um século ovante,  
Mais sublime não foi nem mais valente  
Que Pedro o herói, da América travando  
Do farol da sagrada liberdade,  
E acordando o Brasil, escravizado,  
Sob férreos grilhões adormecido.  
Somos livres! – Nas paginas da história  
Nosso nome fulgura – ali traçado  
Foi por Deus, que do herói guiando o braço,  
Nas folhas o escreveu do eterno livro.  
Somos livres! – No peito brasileiro  
A ideia da opressão não se acalenta!  
Somos já livres como a voz do oceano,  
Somos grandes também como o infinito,  
Como o nome de Pedro e dos Andradas!  
Seja bendito o dia em que Colombo  
César dos mares, afrontando as ondas,  
À Europa revelou um Novo Mundo;  
Ele nos trouxe o cetro das conquistas  
Nas mãos de Pedro – o fundador do Império!  
O herói calcando os pedestais da história,  
Ergue soberbo aos séculos vindouros  
A frente majestosa! Imenso vulto!  
É ele o sol da terra brasileira!  
Neste dia de esplêndidas lembranças  
No peito brasileiro se reflete  
O nome dele – como um sol ardente  
Brilha dourado no cristal dos prismas!  
Tomando o sabre, dominou dois mundos  
O herói libertador, valente e ousado!  
Ele, o tronco da nossa liberdade,  
Foi como o cedro secular do Líbano,  
Que resiste ao tufão e às tempestades!

Ipiranga! Inda o vento das florestas  
Que as noites tropicais respiram frescas  
Parecem murmurar nos seus soluços  
O brado imenso – Independência ou morte!  
Qual o trovão nos ecos do infinito!  
Disse ao guerreiro o Deus da Liberdade:  
Liberta o teu Brasil num brado augusto,  
E o herói valente libertou num grito!  
Joaquim Maria Machado de Assis  
7 de setembro de 1856.

Publicado em 9 de setembro de 1856 no Jornal *Correio Mercantil*, página 2.  
(Transcrição atualizada ortograficamente por Wilton Marques, professor da UFSCar)

### ***Balas de estalo***

*Publicada no dia 9 de setembro de 1884 no jornal Gazeta de Notícias\**

*Pour um comble, voilà un comble*

Ontem houve na Imperial Quinta da Boa Vista uma festa de S. Benedito, obra da respectiva irmandade, ali estabelecida. Sendo a Imperial Quinta uma residência particular, não é preciso dizer que a Irmandade está ali com autorização do imperador; parece mesmo que se compõe de uma parte do pessoal da casa, e não me admirará se o imperador ou a imperatriz a ajudar com alguma esmola.

Até aqui, tudo vai bem. A própria festa cuidou que não andou mal. Compôs-se de uma missa cantada, um *Te-Deum*, fogo de artifício, e um leilão de prendas. Quem pensa o leitor que fez o leilão de prendas?

Dou-lhe uma, dou-lhe duas, uma maior, outra menor, à maneira das praças judiciais. Não atina? Dou-lhe uma... Dou-lhe todas, se me disser quem foi o leiloeiro, dou a minha cabeça, dou as fraldinhas de Lulu Sênior (menino de mama), dou o meu lugar no céu, dou o lugar do Sr. Passos de Miranda na câmara; dou tudo, se o leitor for capaz de adivinhar quem fez ontem o leilão de prendas na Imperial Quinta da Boa Vista.

Quem fez o leilão foi o Sr. Augusto República. *Pour un comble, violàuncomble*. Ninguém dirá que a república não apregoou ontem as suas prendas na própria residência imperial, quase em cima do trono, ou, pelo menos, aos pés dele. Um frango! meus senhores! um frango! Quando dão por este frango? Seiscentos réis, tenho seiscentos, seiscentos... setecentos! Setecentos e oitenta! Oitocentos! mil réis, mil, mil, mil...

E Sua Alteza dança! Permita-me que lhe diga: Sua Alteza dança sobre um vulcão.

Note-se uma circunstância que dá a este fato maior gravidade. O Sr. República podia, só por uma noite, e em respeito ao lugar, trocar de nome, chamar-se, por exemplo, Esteves ou Perdigão. Mas não o fez; entrou República e República apregoou. E se isto honra a sua fidelidade política e onomástica, prova também que ele prefere a afronta à dissimulação.

Não se diga que exagero. República não é nome de gente. Ninguém se chama República, nem Monarquia. Só se pode tomar um nome desses por ser um símbolo. E se o Sr. República não o escolheu por si mesmo, se o herdou, então o caso é ainda mais

grave, porque as opiniões que vêm de trás tornam-se mais enérgicas: são legados de família, catecismo das gerações.

A única objeção que se me pode opor é que o Sr. República não se chama só República; chama-se também Augusto, e este nome tira ao outro o que possa haver nele subversivo. Em verdade, a objeção tem algum valor; mas então prefiro crer que o leiloeiro como outros leiloeiros deste mundo, usa de dois símbolos, um para a esquerda, outro para a direita, e toca a andar: - Um frango! meus senhores! um frango! é amarelo, posto que, em rigor, se possa dizer cinzento. Quanto dão por este frango amarelo-cinzento?

Os leiloeiros dessa classe são, decerto, perigosos, mas são também inofensivos, como os seus frangos de duas cores; e, uma vez que se lhes comprem os frangos, tudo irá regularmente. Agora outra suposição.

Pode ser que o Sr. República seja simplesmente um homem sagaz e maquiavélico. Concluindo da atual situação das coisas, que a revolução está perto, e o naufrágio das instituições é inevitável, o Sr. República engendrou um plano. Tão depressa vir a revolução triunfante, o imperador embarcado, e as aclamações na rua – Viva a república! o Sr. República aceita os vivas, dirige-se ao paço da Boa Vista e toma conta do poder. De maneira que, quando ali chegar a revolução, acha-lo-á sentado e ouvir-lhe-á estas e outras palavras análogas:

- Cidadãos! agradeço-vos a indicação que fizestes de minha pessoa para este elevado cargo. Compreendestes que as instituições, por mais livres que sejam, devem concretizar-se num homem, e preferistes ao acaso das eleições – a aclamação imediata do povo...

- Viva a República!

- Obrigado, concidadãos!

- Viva a República!

- Ainda uma vez obrigado! Ide agora, tornais aos trabalhos do dia, restabelecei a paz e a concórdia no seio da família brasileira. Vou nomear os meus ministros... Ide, ide.

- Viva a República!

E por este modo, no plano do maquiavélico leiloeiro, tomará ele conta do poder, assinando-se desde já com o nome da própria instituição – o que é um meio certo de lhe tirar o aspecto coletivo e comum – coisa sempre vaga – para lhe dar uma definição pessoal e distinta. E não se dirá que ele usurpou coisa nenhuma. Ele poderá responder, perante a história, que, estando muito descansado em casa, foi chamado ao poder pelas aclamações do povo. Viva a república, ou viva o República (concluirá) é uma questão gramatical, não política.

LELIO

*\*Extraído do livro Balas de Estado de Machado de Assis, organizado por Heloisa Paiva De Luca. p. 133-135*

***Bons Dias!***

(6)

*Publicada no dia 11 de maio de 1888\**



Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição<sup>63</sup>. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular<sup>64</sup>. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário.

Quem contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças.

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vendedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram

---

<sup>63</sup> - No noticiário e nos "A pedidos" dos jornais vinham todos os dias muitos anúncios de tais alforrias. Só para dar uma ideia do tom, e para exemplificar um caso que pode ter inspirado Machado aqui e na criação de Pancrácio (cr. 7), cito, dos "A pedidos" da *GN* de 17 de abril.

"Liberdade

José Moreira da Silva Rocha, negociante e proprietário no município de Itaguaí [o mesmo do conto *O Alienista*, de Machado de Assis (1996)], no lugar da ilha da Madeira, em atenção a fazer anos, libertou sua escrava Francisca parda, 45 anos de idade, sem condição alguma, já tendo feito o mesmo a cinco filhas da mesma que hoje são boas mães de família"

<sup>64</sup> - No *JC* de 19 de abril vem uma notícia que parece ter estado na origem desta parte da cr.: "Nos municípios vizinhos de Ouro Preto tem sido grande a agitação abolicionista. Na capital cresceu diariamente o número dos fugitivos, embora sejam muitos mandados para diversos pontos da província, às vezes com destino a estabelecimentos agrícolas.

"Os abolicionistas já lutavam com dificuldades para coloca-los e vão procurando libertar-se deles, mandando-os apresentar às autoridades. Não tardará que o desabrigo e a fome os dispersam ou afugentem".

aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a sua própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp<sup>65</sup>.

- Sim Senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso...

- Mas então quem é que está aqui doido?

- É o senhor, o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

- Vejo; creio que é um papagaio.

- Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

- Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu<sup>66</sup> é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

- Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com amonarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post*<sup>67</sup> de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

- Não.

- Não sabe alemão?

E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médio de Molière<sup>68</sup>, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

-  
Esdürfeleichtzuerveisensein,  
dassBrasilienwenigereinekonstitutionelleMonarchiealseineabsoluteOligarchieist.

- Mas que quer isto dizer?

- Que é deste último tronco que deve brotar a flor.

- Que flor?

- As

BOAS NOITES!

*\*Extraído do livro de crônicas Bons Dias! de Machado de Assis, organizado por John Gledson p. 56-59 – As notas de rodapé constam dessa edição.*

(7)

<sup>65</sup> - João Fernandes Clapp (? – 1902), presidente da Confederação Abolicionista.

<sup>66</sup> - Esta citação é apócrifa. No conto, “Capítulo dos chapéus” (de 1883), Machado dá como epígrafe duas frases de Molière, que provém de *Le médecin malgré des chapeaux*: *Dans quel chapitre, s’il vou plaît? Sganarelle: Dans le chapitre des chapeaux.* Sganarelle está fingindo de médido, e assevera que Hipócrates (não Aristóteles) diz que é preciso andar de chapéu, por razões de saúde, opinião que Géronte aceita logo, por ser de tal autoridade. Parece que Machado lançou mão da frase, inventando o seu próprio chavão com sua (falsa) autoridade. Não deixa de ser curioso que cite a mesma peça de Molière nesta mesma crônica (v. n. 7).

<sup>67</sup> - O *Rio-Post* era o jornal da colônia alemã da cidade. As palavras citadas significavam: “Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional”. O artigo que Machado de cita ocupa a primeira página, e é longo e interessante. É, sobretudo, um ataque à oligarquia, e aos partidos Liberal e Conservador, “panelinhas” que exploram o país. Lamenta a falta de uma classe média, urbana ou rural. Com suficiente independência para opor-se à sua influência, concluindo que se deve dar mais poder, não só às províncias, como também às municipalidades, para criar a democracia que só em teoria (i. é, na constituição imperial) existe no Brasil.

<sup>68</sup> - Como nota MJ, Machado imita aqui um diálogo de *Le médecin malgré lui* (Ato II, cena 4):

SGANARELLE: Vous n’entendez pont le latin?

GERONTE: Non.

SGANARELLE: (em faisant diverses plaisantes postures) Cabriciasarci Thuram, catalamus, singulariter, etc. etc.

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post facto, depois do gato morto*, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira<sup>69</sup>, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito anos, mais ou menos<sup>70</sup>. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coup dumilieu*, mas eu prefiro falar a minha língua<sup>71</sup>), levantei-me eu com a taça de champanhe e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um do de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, cm um furacão, e veio a abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que eu acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

- Oh! meusenhô! Fico.

- ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixe ver; olha, és mais alto quatro dedos...

- Artura não quédizê nada, não, senhô...

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis<sup>72</sup>, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

- Eu vaio um galo, sim, senhô.

- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito ou sete.

---

<sup>69</sup> - i. e., no dia 7 de maio.

<sup>70</sup> - Este “mais ou menos” talvez encerre uma história. Se tivesse realmente dezoito anos, Pancrácio teria nascido antes da lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), e portanto, não sendo ingênuo, valeria mais. Será que seu generoso senhor “esqueceu-se”, ou simplesmente falsificou a sua data de nascimento?

<sup>71</sup> - O *coup dumilieu* que normalmente vem escrito “coupe de milieu”, era uma bebida, às vezes acompanhada de brindes, que se tornava no meio de um banquete. Nosso herói não só mostra um patriotismo ridículo ao traduzir esta frase, como é bem possível que traduza mal, pois a tradução lógica seria “taça do meio”. Às vezes, como neste caso, ou na frase “boire um coup”, a palavra pode significar “taça” e não “golpe”.

<sup>72</sup> - Para dar uma ideia do mínimo valor deste ordenado, que seria mensal, dou os preços de alguns artigos: uma camisa normal custava uns 3 mil-réis, o aluguel mensal de uma casa de duas salas, dois quartos, cozinha e quinta, por mês, 35 mil-réis, um almoço ou jantar no Hotel Javanês, quatrocentos réis. A *GN* custava quarenta réis.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram os dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de Filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas o que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

*BOAS NOITES!*

*\*Extraído do livro de crônicas Bons Dias! de Machado de Assis, organizado por John Gledson p. 62-64 – As notas de rodapé constam dessa edição.*

## *A Semana*

(2)

*Publicada no dia 1 de maio de 1892\**

Vês este tapume<sup>73</sup>. Digo-vos que não ficará tábua sobre tábua. E assim se cumpriu esta palavra do Dr. Barata Ribeiro<sup>74</sup>, que imitou a Jesus Cristo, em relação ao templo de Jerusalém. Olhai, porém, a diferença e a vulgaridade do nosso século. A palavra de Jesus era profética: os tempos tinham de cumpri-la. A do presidente da intendência, que era um simples despacho, não precisou mais que de alguns trabalhadores de boa vontade, um advogado e vinte e quatro horas de espera. Ao cabo do prazo, reapareceu o nosso chafariz da Carioca, o velho monumento que tem o mesmo nome que nós outros, filhos da cidade, o nosso xará, com as suas bicas sujas e quebradas, é certo, mas eu confio que o Dr. Barata Ribeiro, assim como destruiu o tapume, assim reformará o *bicum*. E poderá ser preso, açoitado, crucificado; ressurgirá no terceiro minuto, e ficará à direita de Gomes Freire de Andrade<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> - Ao redor do chafariz do Largo da Carioca, uma empresa particular, a Companhia Metropolitana, tinha levantado este “tapume”. Barata Ribeiro insistiu na sua remoção, dando prazo à companhia, e ordenou depois a sua destruição. O tapume lembra o “tempo alegre e agitado” do Encilhamento porque a Companhia Metropolitana foi um dos seus frutos

<sup>74</sup> - Cândido Barata Ribeiro (1843-1910), prefeito do Rio de Janeiro.

<sup>75</sup> - Gomes Freire de Andrade. Conde de Bobadela (1688-1763), governador do Rio de Janeiro. Na sua administração fez muitas obras públicas, entre as quais um tanque de lavagem de roupa no Largo da Carioca.

Já que se foi o tapume, não calarei uma anedota, que ao mesmo tempo não posso contar. Valham-me Gulliver e o seu invento para apagar o incêndio do palácio do rei de Lilipute<sup>76</sup>. Recordam-se, não? Pois saibam que uma noite lavrava um princípio de incêndio no tapume, - algum fósforo lançado por descuido ou perversidade. Um Gulliver casual, que ia passando, correu apagá-lo. Pobre grande homem! Esbarrou com um soldado de sentinela, ao lado da Imprensa Nacional, que não consentiu na obra de caridade daquele corpo de bombeiro. Perseguido pela visão do incêndio (há desses fenômenos), o nosso Gulliver viu fogo onde o não havia, isto é, no próprio edifício da Imprensa Nacional, lado oposto, e correu a apagá-lo. Não achou sombra de sentinela! Disseram-lhe mais tarde que a sentinela do tapume era a mesma que o Governador Gomes Freire mandara pôr ao chafariz, em 1735, e que a Metropolitana, por descuido, não fez recolher. Vitalidade das instituições!

Mas esse finado tapume faz lembrar um tempo alegre e agitado, tão alegre e agitado quão triste e quieto é o tempo presente. Então é que era bailar e cantar. Dançavam-se as modas de todas as nações; não só o fadinho brasileiro, nem a quadrilha francesa; tínhamos o fandango espanhol, a tarantela napolitana, a valsa alemã, a habanera, a polca, a mazurca, não contando a dança macabra, que é síntese de todas elas. Cessou tudo por um efeito mágico. Os músicos foram-se embora, e os pares voltaram para casa.

Só o acionista ficou. - o acionista moderno, entenda-se, o que não paga as ações. Tinham-lhe dito: - aqui tem um papel que vale duzentos, o senhor dá apenas vinte, e não falemos mais nisso.

- Como não falemos?

- Quero dizer, falemos semestralmente; de seis em seis meses, o senhor reebe dez ou doze por cento, talvez quinze.

- Do que dei?

- Do que deu e do que não deu.

- Que não dei, mas que hei de dar?

- Que nunca há de dar.

- Mas, senhor, isso é quase um debênture.

- Por ora, não; mas lá chegaremos.

Desta moção recente tivemos, há dias, um exemplo claro e brilhante. Uma assembleia, tomando contas do ano, deu com três mil contos de despesas e incorporação. Nada mais justo. Entretanto, um acionista propôs que se reduzissem aquelas despesas; outro, percebendo que a medida não era simpática, lembrou que ficasse a diretoria autorizada a entender-se com os incorporadores para dar um corte na soma. A assembleia levantou-se como um só homem. Que reduzir que entender-se? E, por cerca de cinco mil votos contra dez ou onze, aprovou os três mil contos de réis. A razão advinha-se. A assembleia compreendeu que a incorporação, como a ação, devia ter sido paga pelo décimo, e conseqüentemente que os incorporadores teriam recebido, no máximo, trezentos contos. Pedir-lhes redução da redução seria econômico, mas não era razoável, e instituiria uma justiça de dois pesos e duas medidas. Votou os três mil contos, votaria trinta mil, votaria trinta milhões.

Hão de ter notado a facilidade com que meneio algarismos, posto não seja este o meu officio; mas desde que Camões & C. puseram uma agência de loterias no Beco das Cancelas, creio que, ainda sem ser Camões, posso muito bem brincar com cifras e números. Na explicação do Sr. Dr. Ferro Cardoso, por exemplo, acerca da não eleição, o que mais me interessou, foram os oito mil eleitores que deixaram de votar no candidato,

---

<sup>76</sup> - As viagens de Gulliver, cap. I, 5.

já porque eram milhares, já porque o argumento era irresponsável. Com efeito, ninguém obriga um homem a aceitar a cédula do outro; se a aceita e não vota, é porque cede a uma força superior.

Tudo é algarismo debaixo do sol. A própria circular do bispo aos vigários<sup>77</sup>, acerca dos padres e sacristães associados para vender caro as missas, reduz-se, como veem, a somas de dinheiro. Grande rumor nas sacristias. Grande rumor na imprensa anônima. Pelo que me toca, não sendo padre nem sacristão, cito este acontecimento da semana, não só por causa dos algarismos, mas ainda por notar que o bispo adotou neste caso o lema positivista: *Viver às claras*. Em vez de circular reservada, fê-la pública. Mas como, por outro lado, já alguém disse que o positivismo era “um catolicismo sem cristianismo”, a questão pode explicar-se por uma simpatia de origem, e os padres que se queixem ao bispo dos bispos.

Onde não creio que haja muitos milhares de contos é na República Transatlântica de Mato Grosso<sup>78</sup>. O dinheiro é o nervo da guerra, diz um velho amigo; mas um fino e grande político desmente o axioma, afirmando que o nervo da guerra está nas boas tropas<sup>79</sup>. Haverá este nervo em Mato Grosso? Quanto a mim, creio que a jovem república não é república. Aquele nome de Transatlântica dá ideia de um gracejo ou de um enigma. É talvez o que fique de toda a campanha. Também pode ser que a palavra, como outras, tenha sentido particular naquele estado, e traga uma significação nova e profunda. Às veze, de onde não se espera, daí é que vem. Há dias, dei com um verbo novo na tabuleta de uma casa da Cidade Nova: “*Opacam-se vidros*”. Digam-me em que dicionário viram a palavra tão apropriada ao caso.

\*Extraído do livro *A Semana*, organizado por John Gledson – crônica 2 (1996, p. 50-53).

(64)

*Publicada no dia 9 de julho de 1893 no jornal A Gazeta de Notícias\**

Uma batalha não tem o mesmo interesse para o estrategista que para o pintor. Esse cuida principalmente da composição dos grupos, da expressão dos combatentes, do modo de obter a unidade da ação na variedade dos pormenores, e de dar ao vencedor o lugar que lhe cabe. O estrategista pensa, antes de tudo, na concepção do ataque, no movimento e na distribuição das forças, na concordância dos meios para alcançar a vitória. Já o fornecedor não é assim. Sem preocupação estética nem militar, cuida tão-somente na execução dos seus contratos, mediante aquela porção de fidelidade compatível com lucros extraordinários. É claro que há fornecedores que acabam pobres, como há generais que perdem batalhas, e pintores que as pintam execravelmente.

---

<sup>77</sup> - Aos 22 de abril, o bispo do Rio publicou uma circular em que acusa algumas pessoas de exigir pagamentos extras para missas “em razão da grande falta de sacerdotes [e] superabundância de pedidos de missas diariamente”. A circular causou furor nos “A pedidos” (“a imprensa anônima”).

<sup>78</sup> - Desde abril, chegavam notícias do estabelecimento desta república, muitas delas em jornais estrangeiros. Suspeitava-se de que se tratava em parte de interferência de fora (da Argentina especialmente) em assuntos brasileiros.

<sup>79</sup> - Sir Francis Bacon (1561-1626) em “Da verdadeira grandeza de reinos e Estados”: “O dinheiro não é o nervo da guerra, como se diz trivialmente, onde os nervos dos braços dos homens faltam, entre gente vil e efeminada”.

Com os espetáculos da natureza dá-se a mesma diversidade de interesse. O geólogo cuidará da composição interior da montanha, que para o engenheiro dará ideia de uma via férrea elevada ou de um simples túnel. Vede o mar, vede o céu. Vede a flor. Entregue pela noiva ao noivo, à despedida, traz consigo todos os aromas dela, as suas graças, os seus olhos, a poesia que ela respira e comunica à alma do outro, e ainda as recordações de uma noite, de um beijo, a fugir entre a porta e a escada. Nas mãos de um botanista é um simples exemplar da espécie, a que ele dá certo nome latino. Grave, seco, sem ternura, ele diz o nome da espécie e da classe, e deita fora a flor, como um simples diário velho.

Quando os olhos, tantas vistas. Essa variedade é que torna suportável este mundo, pela satisfação das aptidões, das situações e dos temperamentos. O contrário seria o pior dos fastios.

Digo tudo isso, que talvez seja banal... Mas o que não é banal debaixo do sol, desde o amor até o empréstimo? Digo tudo isso a propósito do acontecimento central da semana, o caso dos estudantes e da Câmara dos Deputados<sup>80</sup>. Esse acontecimento teve para os homens políticos um aspecto. Condenando ou atenuando o ato, combinando ou divergindo na solução da crise, os políticos estão de acordo com os seus próprios olhos, aos quais o sucesso apareceu como um incidente na vida pública.

Eu, porém, achei nele outra coisa, não pela origem, senão pelo efeito. Todos viram a *emoção* produzida pelo caso. Viram ainda que ele deu lugar a uma florescência de *moções*. Na formação das línguas neolatinas observou-se um fenômeno, consistente na troca, transposição ou queda de certas letras. A ciência da linguagem remontou ainda no estudo desses e outros fenômenos: fiquemos naquele caso particular. Sou leigo em glossologia: mas os leigos também rezam, e pela cartilha do padre. Ora, dizem os padres da glossologia que a palavra *botica*, por exemplo, veio de *apotheca*, perdendo a primeira vogal. Aplicando esta observação da fonética à psicologia política, não se pode dizer que entre *emoção* e *moção* há, com a mesma perda da letra inicial, uma filiação evidente? Explico-me.

No regímen imperial, uma emoção destas levava à moção imediata. A Constituição republicana não mudou os hábitos morais dos homens, e, no meio da agitação produzida pela manifestação escolar, a primeira fórmula que ocorreu para consubstanciar os sentimentos da Câmara foi a moção, e não uma, nem duas, mas seis e sete. A consequência é que o parlamentarismo parece estar ainda na massa do sangue -, outra ideia banal -, mas eu hoje estou banal como um triste molambo velho.

Concluir daí que sou parlamentarista é imitar aquele homem que me dizia, uma vez notando-lhe eu que certa casa estava pintada de amarelo:

- Ah! o senhor gosta de amarelo?
- Perdão: digo-lhe esta casa esta pintada de amarelo...
- Estou vendo; mas que graça acha em semelhante cor?

Mandei o homem ao diabo. Vá o leitor com ele, se concluir a mesma coisa. O que eu digo é que esta bota parlamentarista há de levar tempo a descalçar. Que não seja próprio do clima, não serei eu que o negue; mas a minha questão no capítulo das botas (Sganarello achou um capítulo dos chapéus)<sup>81</sup> é que a bota parlamentarista, por menos ajustada que haja sido ao pé, há de levar tempo a arrancá-la. São costumes. Fazia doer

---

<sup>80</sup> - “No dia 5 de julho, os estudantes da Escola Militar protestaram contra Benedito Valadares, deputado de Minas, ‘em consequência de apreciações que S. Exa. Fizera num discurso sobre a organização das escolas militares, e que os manifestantes consideraram ofensivas’. O protesto foi tão barulhento que os deputados tiveram que suspender a sessão, e, nos dias seguintes, houve várias moções de protesto na Câmara”.

<sup>81</sup> - “Citação habitual do *Médecinmalgré lui* de Molière”

os calos e cambava para o lado de fora, mas era de fábrica inglesa, Westminster & Companhia, e nós sempre gostamos de fábricas estrangeiras. Nos primeiros tempos éramos todos franceses; no segundo reinado passamos aos bretões. Vida, patrícios, vida para a indústria nacional.

\*Extraído do livro *A Semana*, organizado por John Gledson – crônica 64 (1996, p. 263-265).

*05 de agosto de 1894*

## **O PUNHAL DE MARTINHA**

Quereis ver o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver a desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade balaria podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário. "Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural". Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dous atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, corri o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se a casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: "Não se aproxime, que eu lhe furo". João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendesses. A diferença das duas ações é justamente a que vai



do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórias que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: "Não se aproxime que eu lhe firo". A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravaiillac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento, Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade dos destinos!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

Disponível no site  
[http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio\\_de\\_janeiro/ano1894/05ago1894.html](http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio_de_janeiro/ano1894/05ago1894.html) (Acessado no dia 04/02/2014)

### **Tristeza do Império\***

*Carlos Drummond de Andrade*

Os conselheiros angustiados  
ante o colo ebúrneo  
das donzelas opulentas  
que ao piano abemolavam  
“bus-co a cam-pi-nase-re-na  
pa-ra- li-vresus-pi-rar”,  
esqueciam a guerra do Paraguai,  
o enfado bolorento de São Cristóvão,  
a dor cada vez mais forte dos negros

e sorvendo mecânicos  
uma pitada de rapé,  
sonhavam a futura libertação dos instintos  
e ninhos de amor a serem instalados nos arranha-céus de  
[Copacabana, com rádio e telefone automático  
*\*Extraído do livro Nova reunião: 21 livros de poesia – volume 1 (2013)*